



PONTO &
VÍRGULA



Conselho Editorial

Ana Amélia da Silva
Carla Cristina Garcia
Carmem Junqueira
Dorothea Voegeli Passetti
Edgard de Assis Carvalho
Edison Nunes
Edson Passetti
Eliane Hojaij Gouveia
Guilherme Simões Gomes Júnior
Lucia Helena Vitalli Rangel
Lucia Maria Bógus
Lúcio Flávio Rodrigues de Almeida
Maria Helena Villas Bôas Concone
Maria Margarida Cavalcanti Limena
Marisa Borin
Mariza Martins Furquim Werneck
Maura Pardini Bicudo Vêras
Mônica de Carvalho
Noêmia Lazzareschi
Rafael de Paula Aguiar Araújo
Rita Alves Oliveira
Rosemary Segurado
Salette Oliveira
Silvana Maria Totorá
Silvia Borelli
Teresinha Bernardo
Vera Lucia Michalany Chaia

Coordenação do Programa de Estudos Pós-Graduados em Ciências Sociais da PUC-SP

Lucia Maria Bógus
Vera Lucia Michalany Chaia

Editor

Rafael de Paula Aguiar Araujo, PUC-SP, Brasil

Organização do dossiê 100 anos de Revolução Russa

Lúcio Flávio Rodrigues de Almeida

Cartoon

Toni D'Agostinho

Revisão de texto

Deysi Cioccarì

Arte e Diagramação

Yasmin Mancini

Ponto-e-Vírgula: revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em Ciências Sociais da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP)



Este trabalho está licenciado sob uma Licença Creative Commons Attribution 3.0 .

No 22 - Segundo semestre de 2017

Nota do editor	3
Cartoon - Toni D'Agostinho	4
Epistemologia das Ciências Humanas e Sociais Katia Oliveira Lima e Gilson Vieira Monteiro	5-19
Redes digitais e debate político: o caso “Truco Popular” no Facebook e a formação para a cidadania Desirèe Luíse e Rosemary Segurado	20-42
Crise do trabalho na virada do século XX-XXI: economia solidária versus empreendedorismo Laura Senna Ferreira	43-58
O ensino híbrido: processo de ensino mediado por ferramentas tecnológicas Emílio Bertholdo Neto	59-72
Pós-colonialismo e feminismo decolonial: caminhos para uma compreensão anti-essencialista do mundo Gabriel de Sena Jardim e Cláudio de São Thiago Cavas	73-91
Resenha - A elite do atraso: uma reinterpretação do Brasil por Jessé Souza Jorge Felix	92-96
Resenha - Autónomos, autodependientes y libres en movimiento. Personas mayores como espacio y tiempo en la atención de las agendas académicas y pública y foco de interés del sector privado Dr. Oscar Gerardo Hernández Lara	97-102

.....Nota do editor.....

O número 22 da Revista Ponto-e-Vírgula traz o artigo “Epistemologia das Ciências Humanas e Sociais”, de Kátia Oliveira Lima e Gilson Vieira Monteiro, para discutir a emergência de algumas correntes epistemológicas nas Ciências Humanas e as relações que estabelecem com o contexto de emergência do capitalismo. Tal discussão lança luz para a necessidade de uma compreensão mais cuidadosa do processo de produção de conhecimento que praticamos.

No texto “Pós-colonialismo e feminismo decolonial: caminhos para uma compreensão anti-essencialista do mundo”, os autores, Gabriel de Sena Jardim e Cláudio de São Thiago Cavas, desenvolvem a questão do feminismo a partir de uma compreensão histórico-sociológica sobre a colonialidade. Laura Senna Ferreira, em seu texto “Crise do trabalho na virada do século XX-XXI: economia solidária versus empreendedorismo”, apresenta uma reflexão sobre o empreendedorismo e a economia solidária como respostas à crise da década de 1970.

Os três artigos têm em comum a epistemologia. Nas três situações vemos a importância de se recuperar teorias e conceitos como meio seguros para se chegar a respostas e análises críticas. Os três artigos também guardam a semelhança de contribuírem de alguma forma para a caracterização do sistema capitalista.

O artigo “O ensino híbrido: processo de ensino mediado por ferramentas tecnológicas”, de Emílio Bertholdo Neto, apresenta uma nova maneira de educar com uma resposta ao acelerado desenvolvimento das práticas sociais. A educação como meio formativo de cidadãos e trabalhadores aptos ao mercado de trabalho requisita a devida atualização. O texto discute de que forma ocorre a dinâmica professor-aluno nessa nova alternativa ao ensino tradicional.

De alguma maneira, o texto antecipa o debate desenvolvido por Desirée Luíse e Rosemary Segurado em “Redes digitais e debate político: o caso ‘Truco Popular’ no Facebook e a formação para a cidadania”, que propõe uma avaliação sobre o ambiente digital como meio formativo. O aplicativo “Truco!”, criado durante o pleito de 2014, promoveu o debate e a participação política na rede social apontando para o potencial formativo da internet.

Este número termina com duas resenhas. Uma do professor Jorge Felix sobre o polêmico livro “A elite do atraso: uma reinterpretação do Brasil”, de Jessé Souza, e a outra sobre o “2º Congresso Internacional Interdisciplinario sobre vejez y envejecimiento”, importante encontro acadêmico realizado na Universidad Nacional Autónoma de México entre os dias 20 e 22 de junho de 2017, escrita pelo professor Oscar Gerardo Hernández Lara.

Desejamos a todos uma boa leitura!

..... Toni D'Agostinho



Epistemologia das Ciências Humanas e Sociais

Katia Oliveira Lima¹

Gilson Vieira Monteiro²

Resumo: A transição da Idade Média para o Modernismo transformou de forma gradual a política, a sociedade e a economia, que passou do feudalismo para o capitalismo, logo em uma relação dialética influenciou no modo de perceber e investigar o mundo, inspirando a emergência de novas correntes filosóficas que subsidiaram o surgimento de novas ciências questionando as verdades até então inquestionáveis. Nas discussões sobre correntes filosóficas e científicas percebemos os conflitos e confluências entre diversas teorias. Iremos notar que algumas dessas correntes aceitam a influência externa para explicar os fenômenos, enquanto outras repudiam tal ideia buscando explicação em si mesma em uma perspectiva mais fechada. Essas aparentes dicotomias, por vezes dentro de uma análise mais profunda, se complementam a partir do olhar de alguns estudiosos ao perceberem os pontos de convergência entre elas. Nesse sentido propomos apontar as divergências e confluências entre as teorias que serão apresentadas bem como seus pressupostos e principais teóricos procurando refletir acerca das Ciências Humanas e Sociais a partir das teorias apresentadas, lembrando que as características de cada uma estão intrinsicamente ligadas ao contexto histórico.

Palavras-chave: Positivismo. Razão. Complexidade.

¹ Mestranda no Programa de Sociedade e Cultura na Amazônia pela Universidade Federal do Amazonas-UFAM.

² Doutor em Ciências da Comunicação pela Universidade de São Paulo. Professor associado II da Universidade Federal do Amazonas.

Abstract: The transition from the Middle Ages to modernism turned gradually to politics, society and the economy went from feudalism to capitalism, then in a dialectical relationship influenced the way we perceive and investigate the world, inspiring the emergence of new philosophical currents, which supported the emergence of new sciences questioning the truths hitherto unquestioned. In discussions of philosophical and scientific currents, we see conflicts and confluences between different theories, we note that some of these chains accept outside influence to explain the phenomena, while others reject such an idea seeking explanation itself in a closer perspective, these apparent dichotomies sometimes within a deeper analysis complement each other, from the look of some scholars, to realize the points of convergence between them. In this sense we propose to point out the divergence and convergence between the theories to be presented as well as its assumptions and main theoretical, tries to understand the human and social sciences in from the theories presented, noting that the characteristics of each are intrinsically linked to the historical context.

Keywords: Positivism. Reason. Complexity.

Introdução

No decurso da nossa vida acadêmica somos apresentados a inúmeras teorias científicas e filosóficas, mas por vezes de forma superficial. Logo, não conseguimos compreender as suas distinções tão pouco nos apropriar das suas características, o que dificulta nossa análise crítica na hora de escolher uma *corrente filosófica ou método científico* para nortear nossas investigações. Dada essa situação pretendemos abordar algumas teorias filosóficas e científicas, em especial as que estão correlacionadas às Ciências Humanas e Sociais, com o objetivo de contribuir para a compreensão destas diferentes correntes.

Para subsidiar nossa pesquisa recorreremos às bibliografias referentes à temática proposta, primeiro realizando um recorte histórico da filosofia e da ciência, trazendo para discussão teorias e métodos que as permearam, pontuando as divergências e convergências entre elas, ressaltando as contribuições desta relação ora dialética ora oposta para os avanços e desenvolvimento das sociedades. Buscaremos manter um diálogo entre filósofos e cientistas que influenciaram a Filosofia e a Ciência.

Para compreender as mudanças no modo a perceber o mundo e a as inter-relações e interinfluências entre essas transformações perceptivas e a Filosofia e a Ciência, é válido conhecer os períodos históricos e seus marcos, ou seja, quais as características que mais se evidenciam em cada um, assim como os estudiosos de cada época.

Por exemplo, a transição do período medieval para a era moderna trouxe grandes transformações para a sociedade, entre elas as formas de trabalho como reflexo da expansão comercial, logo, também para as relações sociais que foram modificadas nesse processo. Concernente à filosofia e à percepção de mundo, podemos dizer que a principal mudança foi a passagem do teocentrismo para o antropocentrismo, o que evidente no renascimento cultural e científico.

Nesse contexto o homem passa a ser o centro, as artes passam a figurar o homem e desta forma começa-se a questionar os dogmas religiosos, o que provocou alguns estudiosos a ir em busca de meios para chegar ao conhecimento verdadeiro.

Na busca por este método científico, o filósofo René Descartes adota a razão pura, que tem por princípio o pensar. A partir daí surgem estudiosos que irão admitir esse princípio e outros que o refutarão, assim apresentando outras teorias a fim de chegar ao conhecimento verdadeiro.

Nesse sentido versaremos sobre o método cartesiano a partir da razão fechada como oposto ao empirismo- experiência, apresentando as consequências dessa dualidade para

as ciências, até chegar em teóricos que abordam e as percebem como complementares. Seguindo esta lógica chegaremos a ideia de complexidade e/ou de ecologia.

Nesse enredo pretendemos:

- Observar os pontos de vistas das diferentes correntes teóricas filosóficas e científicas;
- Investigar as confluências e divergências existentes entre elas;
- Conhecer e reconhecer diferentes teorias epistemológicas.

Transição da Idade Média para a Idade Moderna e as mudanças no pensamento científico

Até a Idade Média ou período medieval que tem seu início com a queda do Império Romano Ocidental, mais especificamente no século V no ano de 476 d.C e seu declínio com a queda do Império Romano Oriental e de Constantinopla no século XV no ano de 1453, a economia girou em torno da agricultura. A sociedade manteve uma organização hierárquica tripartite: clero, nobres (aristocracia) e servos, na qual era muito difícil passar de uma classe a outra. A ideia de conhecimento que prevalecia era associado ao teocentrismo. Deus era o centro do universo e a fé e a autoridade da Igreja eram inquestionáveis.

Durante a Idade Média buscavam-se explicações e justificativas para os fenômenos naturais, culturais e econômicos nos dogmas religiosos da Igreja Católica. As literaturas eram basicamente teológicas. Nas artes, as pinturas e esculturas tinham como preocupação e objetivo retratar e corroborar com este pressuposto. Não considerava o belo, o estético da figura humana, retratava apenas as imagens divinas, a Santa Ceia, santos, as imagens da Sagrada Família.

Ainda no início do século XV, a Escolástica apesar de ser um modelo pedagógico nascido no século XI, mantinha-se forte. Este paradigma teve como precursor São Tomás de Aquino que “[...] soluciona as antinomias entre o aristotelismo e a filosofia cristã e elabora uma síntese entre o aristotelismo e a tradição herdeira do platonismo de Santo Agostinho” (CHIZZOTTI, 2014, p.10.) Conciliando fé e razão, cabe ressaltar que a razão da qual se fala aqui é a razão do inatismo, ideia de Platão que defende que temos ideias antes de nascer.

Nessa conciliação, Tomás de Aquino não sobrepôs razão sobre a fé afirmando que “– Fé e razão provêm ambas de Deus- logo, não se podem opor realmente. – No entanto,

como a razão humana não pode ter a pretensão de ser a razão absoluta, deve aceitar o controle da fé”. (Descartes, 2001, p. IX). Desta forma os dogmas da Igreja Católica ainda se mantinham relativamente fortes, pois o sistema de ensino basilar era centrado no método escolástico que tinha como pressuposto epistemológico refletir sobre fé e razão. Para tanto “propõe-se uma afirmação ou tese (*pro*) em que analisam as afirmações dos adversários e contestam a tese (*sed contra*), e finalmente, são apresentados os argumentos racionais para a solução[...]” (CHIZZOTTI, 2014, p. 09) e assim inúmeros pensadores foram formados.

Com o fim do período medieval, emerge a Idade Moderna na qual há a transição da economia feudal para a capitalista, que se fortalece por meio do comércio e das navegações e descobrimentos e colonização de novos territórios.

Nesse período a autoridade da Igreja passou a ser questionada. Houve um rompimento com os dogmas religiosos tidos como verdade absoluta, buscou-se colocar qualquer relação mística à margem enquanto ciência. Martinho Lutero liderou a Reforma Protestante, o teocentrismo deu lugar ao antropocentrismo, no qual o homem é o centro das reflexões, e passa a ser visto como ser dotado de razão e portanto pensante capaz de responder as questões que antes eram de domínio da Igreja. Sendo assim, ao invés de se buscar respostas para as questões dos fenômenos físicos e naturais, por exemplo, na religião e na fé, passou-se a usar a razão, polarizando em dois extremos de forma antagônica fé e razão, no sentido de que fé não se sobrepunha mais sobre a razão.

A partir da Idade Moderna, a ruptura entre Filosofia e Ciência se torna mais evidente pois a ciência moderna surge aceitando apenas os conhecimentos baseados apenas em evidências empíricas [...]. A filosofia busca construir conhecimento predominante a partir da razão” (VOLPATO, 2013, p. 04), nesse contexto surge o Renascimento.

Renascimento

No século XVI surge o Renascimento “provocado pelo desenvolvimento do comércio, da economia monetária, de novos conhecimentos e de invenções técnicas, que confluíram na renovação das artes, das ciências, do platonismo e da cultura europeia”, (CHIZZOTTI, 2014, p. 11). A partir de então há a emergência de renovação cultural, artística, filosófica e científica. As artes nesse momento merecem um destaque especial, visto que passam de um extremo a outro, no instante em que as obras passam a retratar o homem em suas diferentes condições, apresentando nas pinturas e nas esculturas

utilizando-se nessa da geometria para moldar a figura do homem naturalmente, mostrando a sensualidade, a beleza corporal, diferente das artes anteriores na qual o homem ficava em segundo plano, não podia retratar tais características humanas uma vez que as artes em geral até então eram basicamente religiosas e retratavam apenas as passagens bíblicas e imagens sagradas de Deus, anjos e santos. Dado esse novo modelo de desenvolvimento social, cultural e científico, os anseios da sociedade clamam um por um novo modo de investigação.

Uma das primeiras reivindicações e fortes aspirações da Renascença se cristalizava na exaltação e exigência da emancipação da razão. Que ela viesse reconquistar os espaços do saber e da normatividade da vida ocupados pela ortodoxia religiosa, imposta por pressão, se não por opressão autoritária. Em contraste com a Fé, entendida na estreiteza desse contexto inquisitorial, surgia a Razão também com maiúscula e designando o livre e autêntico pensar. (JOSAPHAT, 2003, p.2)

Como Josaphat aponta, a razão ressurgiu como meio de chegar ao conhecimento verdadeiro, e o método utilizado para alcançar a verdade é a verificação, sendo assim adotada em detrimento da fé para indicar os caminhos a serem seguidos.

Este foi um período de consideráveis avanços científicos. Tomamos como exemplo para ilustrar, o descobrimento do astrólogo Nicolau Copérnico, que mudou a concepção de universo ao afirmar que a Terra gira em torno do sol – heliocentrismo - colocando-o no centro do universo e refutando a teoria anterior de Ptolomeu que atestava que a Terra seria o centro do universo- geocentrismo - realizando assim uma descoberta extremamente importante para servir como base em diversas áreas do conhecimento. Outro fato que não podemos deixar de mencionar é a descoberta de Galileu Galilei, físico, matemático e astrônomo, nascido na Itália, que fez grandes descobertas astronômicas e construiu a primeira luneta –telescópio, o que lhe permitiu observar a lua e serviu de base, assim como a descoberta de Copérnico, para novas pesquisas. Podemos dizer que a partir de então as ciências começaram a evoluir.

[...] o Renascimento representa um período de magníficas conquistas. As grandes descobertas ampliaram a imagem do mundo. A astronomia modificou a concepção do universo. Os eruditos divulgaram as grandes obras do passado. Fizeram reviver doutrinas da Grécia e do Oriente: Platão, Plotino, O Estoicismo [...]. Enfim, o Renascimento deu aos homens, com vontade de ampliarem seus conhecimentos, o gosto pelo pensamento autônomo. (DESCARTES, 2001, p. X).

Mas cabe ressaltar que parte das descobertas realizadas no início do Renascimento, permaneceram por um longo tempo “engavetadas” visto que os cientistas tinham receio de publicá-las e serem julgados e condenados pelo Santo Ofício, por conta delas.

Em O mundo ou tratado da luz, Descartes desenvolvera, a propósito do problema particular da luz, as ideias diretrizes de sua física. A obra refutaria definitivamente a antiga cosmologia de inspiração aristotélica, ainda ensinada nas escolas, e fundaria, finalmente, o mecanicismo moderno dos modernos. Mas a doutrina era vinculada às concepções heliocêntricas que, desde Copérnico, despertavam um interesse cada vez maior. Ora, o Santo ofício acabava de condenar Galileu, assustado, Descartes renunciou a publicação do livro. (DESCARTES, 2001, p. XVII).

Isso fez com que aumentasse a precaução por parte de outros cientistas e estudiosos em publicar seus escritos, com receio de não ter tanta sorte quanto Galileu, que apesar de ser condenado à masmorra e de ter seus livros proibidos de serem consultados e comercializados, teve sua pena amenizada, após renegar suas convicções. Essa liberdade do livre pensar e a ruptura emergente fortaleceu-se apenas no Iluminismo.

Iluminismo

Nesse momento iremos discutir a Teoria da Razão, que apesar de ser uma teoria nascida no século XV – Idade Moderna, que se consolidou no período conhecido como Iluminismo- ainda hoje é basilar para as diversas ciências. Discutiremos a cerca da teoria apresentando a resistência da Igreja Católica quanto a esse novo modo de ver as ciências e de investigá-las, buscando apresentar seus pontos positivos, negativos e contribuições para os avanços científicos e para o livre pensar.

Kant, em seu opúsculo *Resposta à pergunta: O que é iluminismo* de 1784, tece uma crítica ao teocentrismo, predominante na Idade Média, comentando que é mais confortável para o homem buscar explicações na fé e no modelo de razão por ela aceito, razão platônica ou escolástica, para os fenômenos em geral, do que pensar a respeito deles. O autor reflete também sobre como estes dogmas têm poder coesivo social imposto pela Igreja para manter a regulação e o conformismo. Mas com o advento do Renascimento há necessidade de uma ruptura dogmática.

Depois de terem emburrecido os seus animais domésticos e evitado cuidadosamente que estas criaturas pacíficas ousassem dar um passo para fora de sua carroça que se encerram, mostravam-lhes o perigo que os ameaça se tentarem andar sozinhos. (KANT, 1784, p.02).

Este trecho do folheto *Resposta à pergunta: “O que é o Iluminismo?”* nos mostra a resistência da Igreja e o receio da grande massa em se aventurar por esta nova ótica, a do pensar de uma nova razão, nova porque até então segundo Cassirer, (1992, p.23) :

A razão é una e idêntica para todo o indivíduo pensante, para toda a nação, toda a época, toda a cultura. De todas as variações dos dogmas religiosos, das máximas e convicções morais, das ideias, e dos julgamentos teóricos, destaca-se um conteúdo firme e imutável, consistente, e sua unidade e consistência são justamente a expressão da essência da própria razão.

Mas com o desenvolvimento econômico e a necessidade do progresso de todos os demais setores da sociedade o homem sai da menoridade, por meio desse novo modelo de razão – ciência que não nos torna totalmente esclarecidos, pois a partir dela “temos apenas claros indícios de que se lhes abre agora o campo em que podem atuar livremente, e diminuem pouco a pouco os obstáculos à ilustração geral ou à saída dos homens da menoridade de que são culpados” (KANT, 1784, p.4), são responsáveis porque se permitiram dominar e condicionar.

Partindo dessa nova concepção de razão que se torna antagônica ao ponto de vista anterior, como explica Cassirer (1992, p.23), “a palavra razão deixou a muito tempo de ser uma palavra simples e unívoca”. Durante essa transição entre Idade Média, Moderna e Iluminismo ela ganhou novo sentido, acepção esta que trouxe junto com ela a renovação do pensamento.

Dentre alguns cientistas e pesquisadores renascentistas e/ou iluministas, gostaríamos de destacar Descartes, nascido França no século XVI que apesar de não fazer parte, em vida, do movimento iluminista, defendia e ratificava os princípios do racionalismo e sua teoria cartesiana e foi basilar para progressos científicos alcançados a partir do Iluminismo ao se opor à educação escolástica que concilia fé e razão.

Descartes combate a instrução que recebeu do modelo escolástico propondo uma nova forma de conhecimento. Esse processo epistemológico instaurava a dúvida de todas as certezas antes postas, passando a questionar as **verdades** pré-estabelecidas. Sobre isso Descartes, em seu livro *Meditações Metafísicas* (1973, p.93) comenta que “há algum tempo eu me apercebi de que, desde meus primeiros anos, recebera muitas falsas opiniões como verdadeiras”. Cabe ressaltar que Descartes não passou a desacreditar no divino Deus, apenas passou a ver de outro modo, se ele pensa em Deus, Deus existe, pois segundo Descartes a razão vem antes da experiência.

Com sua célebre frase “penso, logo existo”, posta no seu livro “Discurso do Método” Descartes demonstra que percebe o indivíduo como ser pensante e conclui que

até para duvidar das verdades postas é necessário pensar, mas para que este pensamento esteja ordenado e possa ser considerado válido é imprescindível que siga o método de verificação, que seja comprovado cientificamente. Desta forma aponta o conhecimento como fator inerente a consciência humana.

Com ânsia para acalmar a inquietação que o afligia, o pensador elaborou o método **cartesiano**, dedutivo, que consiste em duvidar, analisar, sintetizar e revisar o objeto de pesquisa fragmentado, que segundo Capra (1996, p.24) trata-se de um “método analítico, que consiste em quebrar os fenômenos complexos em pedaços a fim de compreender o comportamento do todo a partir das propriedades das suas partes”. É um modelo no qual após o final desse processo de investigação não pode restar qualquer dúvida no resultado para que assim esse passe a ser considerado verdadeiro.

Nessa lógica os organismos vivos passam a ser vistos como máquinas altamente previsíveis.

Um físico importante que utilizou do cartesianismo, em especial a ideia do mecanicismo, foi Isaac Newton.

Apesar destas conquistas e avanços científicos, uma vez que contribuíram fortemente para a tecnologia, novas formas de trabalho, medicina, a emergência do livre pensar, o rompimento com os dogmas coesivos religiosos, as ânsias do novo modelo de sociedade que surgiu com o advento da navegações e novas demandas comerciais, este racionalismo fechado cartesiano ao qual o positivismo tem sua aproximação, que exclui tudo o que considera ruído, julgando como válido apenas as hipótese verificáveis de forma mensurável, sancionando como inverdade tudo que fuja a sua lógica, e que de acordo com MORIN (2010, p.159) “dispõe de uma visão do mundo comportando identidade do real, do racional, do calculável e de onde foram eliminadas toda desordem e subjetividade” excluindo a essência do ser, a mitologia, a ecologia, a complexidade, a condição humana, o cosmos, é danoso ao extremo no momento em que desconfigura os seres vivos e passa a tratá-los como máquinas, que teriam suas ações e reações previsíveis e provavelmente manipuláveis.

Partindo dessa ideia pretendemos realizar um diálogo entre a razão fechada-positivista que não erra é técnica, logo é pragmática e a razão aberta- ecológica que percebe não apenas o todo das estruturas, como também apresenta a ideia de interligação entre seres vivos, natureza e fenômenos, vendo-os como seres mutáveis e instáveis que estão em processo contínuo de formação, que são naturais, sociais, culturais cosmológicos, biológicos, físicos, portanto imprevisíveis. Buscaremos ponderar acerca

das consequências metodológicas e epistemológicas que este pensamento racional, fechado e duro das Ciências Exatas que aceita apenas o que está dentro de uma lógica verificável, traz às Ciências Sociais, que tem explícita necessidade de ser compreendida em um contexto que tal teoria não abrange.

Razão fechada e razão aberta

Nosso objetivo é fazer aqui uma breve análise entre a razão mensurável fechada cartesiana postulada pelo filósofo, matemático e físico René Descartes, junto ao positivismo de Auguste Comte, considerado pai da sociologia e uma contraposição a esta ideia com a teoria mais atual como da complexidade defendida atualmente por diversos pensadores, entre eles Edgar Morin, sociólogo, nascido na França no século XIX, por uma razão aberta complexa, ecológica, que compreende o ser na sua totalidade, na qual a concebe a investigação científica, sabendo que as partes são mais do que o todo e o todo mais do que as partes.

Como já foi explicitado no capítulo anterior, o cartesianismo é mecanicista e exclui a ideia de mundo orgânico, assim o positivismo anos mais tarde serve-se deste método, que considera válido como ciência o que pode ser medido, comprovado, tornando-se indubitável. Cabe ressaltar que para Descartes o conhecimento parte do espírito humano e para Comte das observações externas, mas ambos buscam regras gerais.

De acordo com o positivismo, que tem o princípio do “ver para prever” (COMTE, 1978, p.20), por meio da ciência mensurável pode-se predeterminar as necessidades emergentes, assim como, permite manter a ordem na sociedade. Para Comte (1978, p.20) “a dinâmica social subordina-se à estática, pois o progresso provém da ordem e aperfeiçoa os elementos permanentes de qualquer sociedade: religião, família, propriedade, linguagem, acordo entre poder espiritual e temporal etc.”. Isso quer dizer que a partir das observações, segundo a lógica positivista, se tornaria exequível *lapidar* as sociedades. Podemos perceber que o lema do positivismo era justamente a ordem e o progresso, não é por acaso que temos essas mesmas palavras na bandeira nacional brasileira.

A sociologia surge nesse contexto com o objetivo de investigar a sociedade como objeto, e o pesquisador deve manter a neutralidade durante a pesquisa, como se não fizesse parte desse objeto, “assim como quanto ao conteúdo social a apatia política se apresenta como *politicum*, também acontece quanto à enaltecida neutralidade científica” (ADORNO, 1996, p.141). É isso que nos faz refletir sobre esse modo positivista

de pesquisar a sociedade, como algo separado, independente das ciências, na qual os pesquisadores devem manter-se distantes, como se não fizessem parte dela, pois para o positivismo “[...] em verdade, o conceito da sociedade seria, quanto ao conteúdo, o que os positivistas costumavam denominar de desprovido de sentido; nesta medida a sociologia, também como teoria crítica da sociedade, é “lógica”(ADORNO, 1996, p.140). Desconsiderando dentre outros, as subjetividades, o que não pode ser mensurado como por exemplo, os mitos.

Uma corrente filosófica que tem raízes no modelo positivista, mas que abriu o campo no momento em que aceita mitos, por exemplo, para fundamentar suas investigações no campo social é o Estruturalismo.

O percussor dessa corrente é Claude Levi Strauss, etnólogo francês, que estudou comunidades indígenas na Amazônia por um longo tempo. O pesquisador desenvolveu seu trabalho por meio da indução, buscando pontos de convergência sobre um mesmo tema em diferentes sociedades. O diferencial desta teoria é o fato deste etnólogo considerar os mitos, podemos citar para ilustrar melhor tal afirmação a observação que Levi Strauss faz ao comparar a validade ciência com a magia

Entre magia e ciência, a diferença primordial seria, pois deste ponto de vista, que uma postula um determinismo global e integral, enquanto que a outra opera distinguindo níveis, dos quais apenas alguns admitem formas de determinismo tidas como inaplicáveis a outros níveis. (p.32)

Desta forma buscando colocá-las não como duas polarizações antagônicas, e sim paralelas.

Não se pode negar que já foi um grande passo essa ruptura paradigmática, o fato de Levi Strauss ter confirmado para corroborar seus ensaios, no entanto, o fato de vivermos em um universo complexo, no qual tudo se encontra inter-relacionado, e que está em constante processo de transformação e pede de nós uma reforma de pensamento, que perceba o ser na sua complexidade.

Edgar Morin, em seu livro “Ciência com Consciência” expressa uma crítica à ideia da razão universal. Para ele o conceito de universalidade aparece como uma ideologia hegemônica e etnocêntrica, na qual algumas economias, sociedades sobrepõem-se sobre outras, moldando a sociedade conforme os mandos da hegemonia, o que já comentamos anteriormente quando falamos em positivismo, ordem e progresso.

Em congruência a esta percepção de mundo, Capra deixa claro em seus escritos que as problemáticas atuais se apresentam cada vez mais interligadas, sendo diferentes

pontos de um mesmo holograma precisam, portanto, dialogar entre si, a fim de serem compreendidas.

Refletindo sobre as posturas de Morin e Capra, podemos dizer que não se deve romper com o contexto social, histórico e cultural, uma vez que estas características estão inter-relacionadas. Tanto na teoria da complexidade de Morin quanto na ecológica de Capra, a razão é vista na sua dinamicidade e na sua interdependência com os saberes. Para Morin o que é tecido junto chama-se de *complexo*, e para Capra, *Teia*, muda a nomenclatura, mas a essência é basilar para ambos e é convergente, sendo assim, os dois concordam que a vida é eco-auto-reguladora.

Para que haja a eco-auto-organização Morin expõe o conceito de razão aberta que consiste em uma organização e reorganização entre campos que aparentemente são dicotômicos, mas na verdade são interdependentes. Para compreender esse processo não analisamos as partes separadamente, e sim, as contextualizamos no todo. A vida tem sua essência, mas necessita dialogar com o interno e externo para eco-auto-organização.

Há um todo complexo em uma célula, neste composto temos as informações necessária para identificar uma vida, mas essa célula não compõe o ser no seu todo, o todo é mais que isso dada as inter-relações, que depender dessa abertura dialética.

Uma observação importante que ilustra a razão aberta da fechada positivista é quem pela perspectiva sistêmica complexa fundamenta da relação de teia eco-auto-organizada é que não há hierarquia científica entre os campos. Afirmarções ou fundamentações de artes têm o mesmo valor que a matemática, além disso dialogam entre si. Já no positivismo:

[...] matemáticas, astronomia, física, química, biologia e sociologia. As matemáticas possuem o maior grau de generalidade e estudam a realidade mais simples e indeterminada. A astronomia acrescenta a força ao puramente quantitativo, estudando as massas dotadas de forças de atração [...] (COMTE, 1978, 22)

Essa afirmação corrobora mais uma distinção entre complexidade e positivismo.

Cabe ressaltar que anteriormente e paralelamente a Morin e Capra, outros estudiosos já contribuíram para a percepção da vida na sua complexidade. Capra (1996) cita o filósofo Kant, o poeta Goethe, o pesquisador James Lovelock, o geólogo escocês James Hutton, o neurobiólogo Maturana. Sendo assim notamos, apesar de não se tratar de uma ideia recente, que essa mudança paradigmática torna-se cada vez mais emergente, em especial para as Ciências Sociais que, cada vez mais percebem o homem na plenitude. Partindo desse pressuposto iremos abordar, brevemente, as contribuições de Kant para a ciência e para o pensamento complexo.

Immanuel Kant, filósofo do século XVII, já nos mostrava livro *Crítica a Razão Pura*, que empirismo e razão têm seus pontos positivos e negativos, além de não percebê-las como antagônicas. Nesta obra o autor tece uma crítica a razão pura, fechada, que encontra resposta em si mesma para tudo ao comentar que:

Não se pode duvidar de que todos os nossos conhecimentos começam com a experiência, porque, com efeito, como haveria de exercitar-se a faculdade de se conhecer, se não fosse pelos objetos que, excitando os nossos sentidos, de uma parte, produzem por si mesmos representações, e de outra parte, impulsionam a nossa inteligência a compará-los entre si, a reuni-los ou separá-los, e deste modo à elaboração da matéria informe das impressões sensíveis para esse conhecimento das coisas que se denomina experiência. (1781, p. 03)

Questionando o conhecimento a *priori*, como oposto a *posteriori* que precede a experiência à qual nos fornecer subsídios para compreender alguns fenômenos, acontecimentos e até prever de que forma se darão, em caso de reincidências ou similaridades, aqui percebemos uma crítica ao positivismo.

Immanuel Kant foi um dos grandes filósofos do Iluminismo e buscou meios de compreender o mundo pelo racionalismo e pelo empirismo, não como duas polaridades antagônicas, mas numa relação interdependente dialógica entre mundo interior e exterior. Para o filósofo uma parte do nosso conhecimento seria oriundo das experiências do contato com o mundo e outra parte teria origem a *priori* que ele chama de *intuição*. Segundo Buckingham, (2011, p. 171) “a teoria do idealismo transcendental de Kant afirma que tanto a razão quanto a experiência são necessárias para compreender o mundo” sendo, portanto, complementares e o empirismo passa a ser frutífero para as ciências.

Immanuel Kant foi um dos primeiros estudiosos pós-renascimento a perceber a natureza humana e a natureza ecológica na sua complexidade. Como nos diz Jordão (1992, p. 63):

Kant procurou que este reencontro se desse com a passagem dum pensamento fragmentário a um pensamento organizado pela ideia de um todo, que teria de assentar num princípio unitário, capaz de congrega todos os aspectos particulares num sistema em que estivesse implicada a influência recíproca das partes e fosse possível um juízo de valor sobre a existência humana.

Como já foi dito anteriormente, o positivismo percebia o homem e natureza como máquinas previsíveis, porém Kant foi de encontro a esta ideia defendendo que os organismos vivos são auto-organizados onde as partes são inseparáveis, logo é impossível compreender o todo sem compreender as partes, percebemos aqui que a ideia de complexidade não é tão recente quanto muitos podem imaginar.

Considerações Finais

Esse trabalho propôs traçar uma sucinta retrospectiva de algumas correntes filosóficas e científicas preponderantes para o desenvolvimento e processo do conhecimento científico sabendo que muitas outras aqui não estão elencadas tiveram forte influência nesse percurso.

Ao refletirmos a cerca da mudança do pensamento aristotélico e teocêntrico para o racional e antropológico, acentuado no século XVI, percebemos os pontos positivos e negativos para as ciências, de um lado novas descobertas, de outro a fragmentação, a divisão do todo em partes que não se comunicam. Essa fragmentação exerceu forte influência no modo de *fazer ciência*.

Dentro deste discurso há um confronto ora explícito ora implícito entre racionalismo e empirismo. Nesse sentido procuramos encontrar pontos de convergência entre eles, e as inferências resultantes para o conhecimento científico.

Não podemos negar a importância de nenhuma destas correntes filosóficas e científicas, uma vez que todas dentro de um contexto histórico contribuíram de uma forma ou de outra para o progresso científico e para a ideia de homem, cultura, sociedade e cosmos, bem como para o surgimento de novas ciências.

Acreditamos que a percepção da complexidade sobre o sujeito e sua realidade, considerando-o nas suas multidimensionalidades, contribui de maneira mais eficaz para o resultado da pesquisa em detrimento do cartesiano. O modelo das ecologias não dispensa a rigorosidade científica, apenas recorrem a outros métodos.

Os pesquisadores sociais precisam escolher uma corrente para realizar suas investigações e nesse texto buscamos apresentar, as que isolam o homem como objeto e como pesquisador em polos distintos e as que os relacionam entre si e com o meio, mas para chegarmos a esta última foi necessário realizar uma retrospectiva histórica epistemológica.

Esperamos ter deixado claras as mudanças no modo de ver e fazer ciência, em especial após a ruptura com a filosofia da escolástica, assim como se deu o processo de mudança paradigmática epistemológica entre da sociedade medieval para a moderna, bem como suas influências para as ciências na atualidade.

Referências

ADORNO, Theodor Wiesengrund. Textos Escolhidos. Coleção: Os pensadores. Traduções: Zeljko Loparic, et.al. — São Paulo: Nova Cultural, 1996.

BUCKINGHAM, Will. **O livro da filosofia** – Título original: **The philosophy book**. Tradução: Douglas Kim. São Paulo: Globo, 2011

CAPRA, Fritjof. **A teia da Vida**: Uma nova compreensão científica dos sistemas vivos. 11 ed. SP: Editora Cultrix, 1996.

CHIZZOTTI, Antônio. Apoio Didático das Aulas da disciplina Pesquisa em Educação. PUC-SP. São Paulo, 2014.

CASSIRER, Ernest. **A Filosofia do Iluminismo**. Tradução: Álvaro Cabral. Campinas: UNICAMP, 1992.

COMTE, Auguste. Seleção de textos de José Arthur Giannotti. Coleção: Os pensadores. Traduções de José Arthur Giannotti e Miguel Lemos. — São Paulo: Abril Cultural, 1978.

DESCARTES, René. **Discurso Do Método**. Tradução: Maria Ermantina Galvão. Revisão da tradução. MONICA STAHEL. Martins Fontes. São Paulo 2001.

_____, **Meditações Metafísicas**. In: Coleção Os Pensadores. Tradução, Bento Prado Jr. São Paulo: Abril, 1973.

JORDÃO, Francisco V. **NATUREZA, SENTIDO E LIBERDADE EM KANT**. Revista Filosófica de Coimbra - 1 (1992), p 63-81. Disponível em: < http://www.uc.pt/fluc/dfci/publicacoes/natureza_sentido> Acesso em: 10 de setembro de 2016.

JOSAPHAT, Carlos. **Fé e razão**. Revista IDE. Janeiro /2013, p. 71-90. Disponível em: < <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/ide/v36n56/v36n56a05.pdf>> acesso em 10 de agosto de 2016.

KANT, Immanuel. “**Crítica da Razão Pura**”. (1781). Tradução: J. Rodrigues de Meringe. [s.d.] Créditos da digitalização: Membros do grupo de discussão Acrópolis. Disponível em < <http://www.psb40.org.br/bib/b25.pdf>> acesso em 08 de agosto de 2016.

_____. Resposta a pergunta: “**O que é iluminismo?**” (1784) Tradução Arthur Mourão. [s.d.]. Disponível em < http://www.lusosofia.net/textos/kant_o_iluminismo_1784.pdf> acesso em : 11 de agosto de 2016.

LEVI-STRAUSS, Claude. **O pensamento selvagem**. São Paulo: nacional, p 19-55.

MORIN, Edgard. **Ciência com consciência**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2016.

VOLPATO, Gilson. **Ciência**: da filosofia à publicação. 6 ed. São Paulo: Cultura acadêmica, 2013.

Redes digitais e debate político: o caso “Truco Popular” no Facebook e a formação para a cidadania

Desirèe Luíse¹

Rosemary Segurado²

Resumo: O artigo tem por objetivo analisar se a plataforma digital “Truco!”, desenvolvida para as eleições de 2014, estimulou o debate político por meio da ação do “Truco Popular” no *Facebook*, além de avaliar aspectos de como as interações entre os debatedores aconteceram. A técnica metodológica consistiu na elaboração de indicadores para a coleta de dados primários, definidos a partir de padrões de interações e relacionados à proposta inicial da pesquisa. Os resultados permitem identificar atividades de colaboração e participação política geradas na rede social e relacioná-las com a concepção de que a internet contém elementos para contribuir com a formação cidadã. A possível construção do saber por meio da troca nas redes digitais está presente nesse processo, considerando a convergência e a educação integral.

Palavras-chave: Internet; Debate político; Ciberpolítica; Redes sociais; Cidadania.

¹ Desirèe Luíse Lopes Conceição, jornalista e mestranda do Programa de Estudos Pós-graduados em Ciências Sociais da PUC-SP. Especializada em Mídia, Política e Sociedade pela Escola de Sociologia e Política de São Paulo (Fesp-SP). Contato: deluise19@gmail.com

² Professora do programa de Estudos Pós-graduados em Ciências Sociais da PUC-SP e da Escola de Sociologia e Política de São Paulo (Fesp-SP). Pesquisadora do Núcleo de Estudos em Arte, Mídia e Política da PUC-SP (Neamp). Contato: roseseg@uol.com.br

Abstract: The article aims to analyze if the digital platform “Truco!”, developed in 2014 election, stimulated the political debate with the “Truco Popular” activity on Facebook, as well as evaluating how the interactions between the debaters happened. The methodology consists an elaboration for primary data collection, defined from the interactions and linked to the initial proposal of this research. The results recognize collaboration and political participation activities in social networks, and it’s possible relating them to the concept that the internet has elements to contribute to citizen education. The possible knowledge construction with reciprocation in digital networks is present, considering convergence and a lifelong education.

Keywords: Internet; Political debate; Cyberpolitics; Social media; Citizenship.

Introdução

A internet como meio que constitui a forma organizativa da sociedade contemporânea traz uma nova base, a estrutura social construída em redes de informação (CASTELLS, 2005). Nesse contexto, as redes digitais alteraram o ecossistema de comunicação, pois tratam-se de um meio que possibilita emitir mensagens e informações de forma massiva, onde muitos falam com muitos. A partir da internet, com formatação classificada como a de uma rede distribuída, não há centros obrigatórios em que a comunicação deve perpassar³. A partir dessa arquitetura, surgem plataformas que permitem a conexão *online* de atores sociais diretamente uns com os outros, como as denominadas redes sociais digitais.

O aumento do uso das redes digitais pela população cresce ininterruptamente. Segundo a Pesquisa Brasileira de Mídia (BRASIL, 2014), a internet alcançava quase 50% dos brasileiros e as redes sociais estão entre os principais usos que as pessoas fazem nesse espaço, com destaque para o acesso ao Facebook, que chegava a 83% dos usuários. Um levantamento do *Facebook*, referente ao último trimestre de 2014, revelou que 92 milhões de brasileiros acessavam a plataforma ao menos uma vez no mês⁴.

Em especial, a população brasileira é ativa produtora de informação e participante de redes sociais (LEMOS & LEVY, 2010) o que pode viabilizar práticas de colaboração e interação já que “o ciberespaço permite uma liberação da expressão pública” (LEMOS & LEVY, 2010, p. 10). Ainda, em termos de cidadania, a internet pode proporcionar um espaço importante para o debate político, tema que ganhou visibilidade nos últimos anos nas pesquisas acadêmicas (IASULAITIS, 2012; CERVI, 2013 apud CARVALHO, CERVI & MASSUCHIN, 2016).

Considerando que as novas tecnologias precisam ir além do agrupamento mecânico de sujeitos sociais, há necessidade de as pesquisas sobre internet e política contemplarem, além do campo da retórica, também o da prática relacionada às ferramentas digitais e oportunidades oferecidas pelo ambiente *online* (CARREIRO & ROSSETTO, 2012), entendendo que há complementariedade entre o que os insumos empíricos e os teóricos podem trazer para ampliar a compreensão desse campo de estudo.

Atrelada a esse contexto, ocorreu, por ocasião das eleições em 2014, uma ação na rede social *Facebook* denominada “Truco Popular”, que será o objeto de análise deste

³ Análise realizada por Sérgio Amadeu da Silveira durante o curso “Educação e Participação em Rede”, da plataforma Educação e Participação, no formato educação à distância, entre julho e setembro de 2017.

⁴ Disponível em www.facebook.com/business/news/BR-45-da-populacao-brasileira-acessa-o-Facebook-pelo-menos-uma-vez-ao-mes. Acesso em 19/11/17.

artigo como um estudo de caso. A atividade fez parte da plataforma digital “Truco!”⁵, lançada em agosto daquele ano como um projeto de *fact-checking* da Agência Pública⁶. Com o intuito de trabalhar com uma nova abordagem de cobertura política, a prática do *fact-checking* – checagem de informação, na tradução livre – tem como ideia central a de verificar o discurso dos políticos, especialmente nas eleições.

Para compreender as declarações dos presidentiáveis durante o Horário Gratuito de Propaganda Eleitoral (HGPE) na televisão no pleito mencionado, a agência desenvolveu na internet o projeto “Truco!”. Parte desse, a atividade colaborativa “Truco Popular” consistiu em ceder espaço para os internautas realizarem o que chamaram de “trucar os candidatos” utilizando o *Facebook* como auxílio. “Trucar” significou questionar os políticos com perguntas para entenderem suas declarações e posicionamentos. As perguntas sugeridas pelos participantes mais votadas pela rede social foram enviadas às campanhas dos presidentiáveis. Assim, além de realizar o trabalho de checagem do discurso, a Pública convidou os possíveis eleitores a participarem, sugerindo que também verificassem as afirmações dos candidatos.

Este artigo tem por objetivo analisar se o projeto “Truco!” estimulou o debate político por meio do “Truco Popular”, além de avaliar aspectos de como as interações entre os debatedores se desenvolveram, já que a dinâmica propiciou no Facebook diversas manifestações dos interessados, para além de somente o envio das perguntas destinadas aos candidatos. Por fim, buscou relacionar o abordado com a concepção de que a internet contém elementos para contribuir com a formação cidadã.

Metodologia

A técnica metodológica consistiu na elaboração de indicadores para a coleta de dados primários. Para analisar a interação e a presença de argumentação nos debates na rede social, partiu-se de três indagações, orientando a criação dos indicadores: as perguntas enviadas pelos participantes são bem argumentadas? A interação entre os internautas continha comentários com argumentação? A interação entre esses mesmos internautas ocorreu de uma forma saudável, sem ofensas verbais?

As categorias para realizar o enquadramento nos indicadores serão melhor explicitadas a seguir. Pontua-se que os padrões de interações entre os participantes do

⁵ Disponível em apublica.org/truco2014. Acesso em 25/11/17.

⁶ A agência é uma iniciativa de mídia independente – não atrelada a um veículo comercial –, que produz conteúdo de jornalismo investigativo.

“Truco Popular” compuseram subsídios para a construção das categorias de análise. No entanto, a metodologia implementada não apresenta preceitos únicos por se utilizar de parâmetros que se ajustam à proposta inicial de estudo para esta pesquisa.

O recorte metodológico focou como campo de coleta de dados três períodos de publicações realizados pela agência no *Facebook*: *posts*⁷ para abertura de envio de perguntas; posts de divulgação das perguntas escolhidas; e posts de divulgação das respostas dos candidatos à pergunta escolhida.

“Truco popular” e debate político

Concomitante ao processo de checagem de informação do HGPE, a Agência Pública abriu um chamamento no Facebook para que os interessados na iniciativa sugerissem perguntas aos candidatos. Durante o primeiro turno das eleições 2014, um post relacionado a cada um dos políticos concorrente à presidência foi publicado na rede social para convidar ao envio de questões (imagem 1). As sugestões de perguntas dos internautas eram, então, postadas na área de comentários do post e ocorria uma votação por meio do botão “curtir”⁸. Qualquer pessoa poderia votar e uma pergunta vencedora para cada um dos candidatos foi enviada às campanhas dos políticos.

Imagem 1: exemplo de post com chamamento para perguntas à candidata Marina Silva (PSB)



Fonte: reprodução

⁷ Palavra para designar mensagem publicada para um grupo de pessoas, mais comumente atrelada às redes sociais. O ato de postar ou realizar postagens corresponde ao envio da mensagem.

⁸ A expressão “curtir” junto ao *Facebook* surgiu como manifestação de apoio positivo a determinada publicação. Assim, são “curtidas” o número de vezes que uma publicação recebeu esse apoio.

Em um segundo momento, a Pública divulgou, também por meio de publicações – um post por candidato –, quais foram as perguntas vencedoras a serem enviadas para cada político (imagem 2). Posteriormente, quando recebeu o retorno das campanhas dos presidencialistas, publicou os posts – novamente um por candidato – com as respostas obtidas, esclarecendo cada uma das dúvidas (imagem 3). Os materiais para análises foram coletados a partir de links dos posts no Facebook da Pública⁹.

Imagem 2: exemplo de post com a pergunta vencedora destinada à candidata Marina Silva



Fonte: reprodução

Imagem 3: exemplo de post com resposta da candidata Marina Silva à pergunta vencedora.



Fonte: Reprodução.

⁹ Disponível em www.facebook.com/agenciapublica/. Acesso em 16/11/17.

Para melhor exposição dos resultados desta pesquisa, foram segmentadas as atividades em dois momentos. Denomina-se o envio das perguntas pelos participantes de momento A, que será melhor detalhado no item 2.1. Já o momento B (item 2.2) é configurado pelas interações ocorridas tanto nos posts realizados pela Agência Pública convidando a sugerir questões, como ao divulgar as perguntas vencedoras e, depois, nos posts com as respostas obtidas dos políticos. Dessa forma, o *corpus* de análise para verificar as interações ocorridas no “Truco Popular” ficou composto por 396 perguntas enviadas durante o momento A. Ainda, mais 60 debates que aconteceram entre os internautas durante o momento B, como demonstrado na tabela 1.

Tabela 1 –Corpus de análise

Atividade	Definição	Materiais de análise
Truco Popular	Convite ao público para que também fizessem perguntas aos candidatos	396 perguntas sugeridas (momento A) 60 debates ocorridos entre os internautas (momento B)

Fonte: Autoras.

O levantamento de dados permitiu a formulação dos seguintes indicadores: “Nível de formulação da pergunta” (item 2.1); “Nível de presença de argumentação no debate” e “Classificação da interação no debate” (item 2.2). Junto aos resultados da categorização serão disponibilizados exemplos da participação dos internautas. Cabe mencionar que se optou por omitir fotos e nomes para preservar o anonimato das fontes.

Nível de formulação da pergunta

O indicador “Nível de formulação da pergunta” foi criado a partir da intenção de coletar dados que pudessem responder se as indagações enviadas durante o “Truco Popular” eram bem argumentadas. Com isso, foi possível entender se a ação da Pública pôde estimular a construção de perguntas interessantes do ponto de vista político, que levantassem alertas sobre determinado assunto, e propiciassem reflexão para aqueles que as formularam.

Das 396 perguntas postadas, 45,71% foram classificadas com um nível alto de formulação; 41,6% com médio; enquanto 13,13% tiveram um nível baixo, como explicitado na tabela 2. Foram excluídas da classificação perguntas retóricas ou manifestações em tom cômico que não caberiam ser enquadrados na análise como uma sugestão de pergunta.

Tabela 2 – Nível de formulação das perguntas

Nível de formulação	Alto	Médio	Baixo	Total
Número de perguntas	181	163	52	396
Porcentagem	45,71%	41,16%	13,13%	100%

Fonte: Autoras.

Os questionamentos foram classificados com nível alto quando demonstraram estar calcados em uma base mais aprofundada. Isso ocorreu quando a pergunta problematizou diretamente declarações feitas pelos candidatos; utilizou-se de contextualização sobre o assunto antes de colocar o questionamento; formulou uma análise sobre o tema antes de realizar a pergunta; trouxe informações sobre assuntos tratados durante o HGPE; mencionou o plano de governo dos candidatos; ou enviou links de referência sobre o assunto tratado. Como exemplos as imagens 4 e 5.

Imagem 4: pergunta com nível de formulação alto

 Pastor Everaldo, em seu programa, o senhor prega o Estado mínimo. Afirma que o aparelho estatal está inflado e "sufocando" a população como um todo. Disse, em entrevista ao Jornal Nacional, que pretende, no seu governo, promover "mais Brasil e menos Brasília na vida da população". Entretanto, na mesma entrevista, o senhor também disse: "Acredito que o casamento é homem e mulher". Supondo que apareça em suas mãos um projeto de lei favorável à união civil entre homossexuais, qual das alternativas abaixo o senhor escolheria:

1. Aceitar a proposta, tendo em vista que o Estado deve interferir minimamente na vida população, mas contrariando sua crença pessoal de que o casamento deve ser apenas entre homem e mulher.
2. Recusar a proposta, ou seja, negar a união civil entre pessoas do mesmo sexo, por crenças pessoais, medida que seria claramente um intervencionismo do Estado na vida privada da população.

Agradeço a atenção!

Fonte: Reprodução.

Imagem 5: pergunta com nível de formulação alto

 Candidata, qual é o seu posicionamento e o de seus aliados na área das relações internacionais? Recentemente, os EUA foram descobertos espionando governo, empresas e pessoas brasileiras; um representante de Israel chamou o Brasil de "anão diplomático" depois do Itamaraty condenar a ação na Faixa de Gaza; o Banco dos BRICS tem deixado em alerta o Banco Mundial para o alinhamento e fortalecimento econômico dos países emergentes. Sabemos do interesse estadunidense no petróleo (o que motiva grande parte de suas ofensivas militares e a sua preocupação em ter governos 'aliados' com os seus interesses em países e regiões estratégicos), sendo que a Petrobras inclusive foi uma das empresas espionadas. A senhora não acredita que a revisão da política de conteúdo local, como consta na reportagem da FSP (<http://www1.folha.uol.com.br/.../1516563-campanha-de...>), pode abrir espaço à intromissão econômica e mesmo política dos EUA e de outros países alinhados (Reino Unido, p. ex.) à exploração de recursos em outros cantos do planeta?

Mesmo no seu plano de governo, na seção que trata das Relações Internacionais, há indicativos de repensar as relações brasileiras, que nos últimos anos deram menos espaço aos Estados Unidos e se envolveram diretamente no

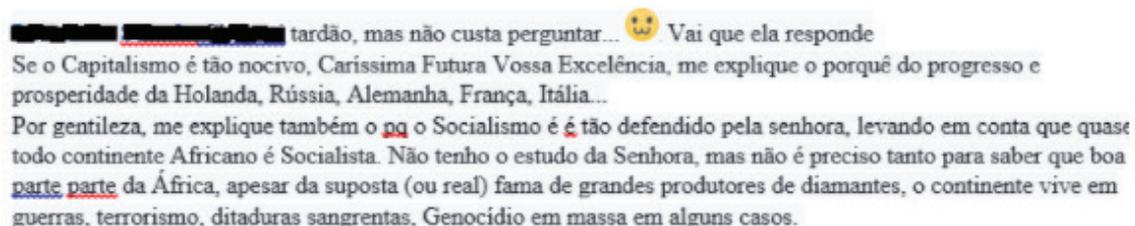
fortalecimento e na criação de um banco pelos BRICS (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul) e na chamada integração Sul-Sul, com a América Latina e a África. A ideia do seu partido e dos seus aliados é de retomar o protagonismo das alianças com as economias ditas de primeiro mundo e que nos colocaram em uma crise sem precedentes nos últimos 90 anos?

Fonte: Reprodução.

Já para a classificação médio, considerou-se perguntas mais simplificadas que aquelas categorizadas como alto, o que significou: questionar sobre o que o candidato acha sobre algum assunto (pedir a opinião); não conter a realização de uma análise a posteriori; ou solicitar uma informação sem problematizá-la. Como exemplos, as seguintes perguntas: “Candidata, qual sua posição em relação a privatização das empresas estatais, rodovias e tercerização?” e “Como o governo Marina pretende tratar os movimentos sociais e outros manifestantes (não organizados em entidades da sociedade civil) que forem às ruas levar suas reivindicações ou expressar insatisfações com este governo?”.

Ainda, a classificação baixa aconteceu quando os questionamentos abarcavam temas de forma ampla e genérica. Apesar de legítimas, perguntas como “O que pretende fazer para a educação?” denotaram pouca exigência em termos de elaboração da pergunta. Além disso, fez parte dessa classificação perguntas que traziam acusações aos políticos sem menção às provas, questionamentos sem aparente coerência interna (em relação a própria constituição da pergunta) ou de difícil compreensão, como na imagem 6.

Imagem 6: pergunta com nível de formulação baixo



... tardão, mas não custa perguntar... 😊 Vai que ela responde
Se o Capitalismo é tão nocivo, Caríssima Futura Vossa Excelência, me explique o porquê do progresso e prosperidade da Holanda, Rússia, Alemanha, França, Itália...
Por gentileza, me explique também o pq o Socialismo é q tão defendido pela senhora, levando em conta que quase todo continente Africano é Socialista. Não tenho o estudo da Senhora, mas não é preciso tanto para saber que boa parte parte da África, apesar da suposta (ou real) fama de grandes produtores de diamantes, o continente vive em guerras, terrorismo, ditaduras sangrentas, Genocídio em massa em alguns casos.

Fonte: reprodução

Enfatiza-se que a maioria das perguntas postadas (45,71%) contiveram um grau alto de formulação. Para a realização de perguntas bem argumentadas acredita-se requerer uma articulação de ideias e certo grau de conhecimento político. O processo para a formulação dos questionamentos acabou por ser suscitado pelo “Truco Popular”, o que ajudaria o sujeito a organizar o pensamento para se expressar, estimulando a reflexão. Além de tornar pública informações políticas, por meio de perguntas robustas, que puderam ser acompanhadas por outros atores sociais no *Facebook*.

Por outro lado, também houve percentual relevante de perguntas que contiveram um grau médio de formulação (41,16%), total semelhante ao de nível alto, o que denota ausência de análise e menor exigência do indivíduo para elaboração das indagações, apesar de tratarem-se de questionamentos pertinentes para obtenção de mais informações políticas.

Argumentação no debate e classificação da interação

Também, comentários que geraram debates nos posts do *Facebook* foram analisados com o intuito de verificar a presença de argumentação durante as discussões na rede a partir do indicador “Nível de presença de argumentação no debate”. Pôde-se apreender se a interação entre os debatedores se desenvolveu a partir de uma disposição para explicarem seus posicionamentos, identificando um esforço de construir para além de uma afirmação contundente sem justificativas. Do total de 60 debates levantados, 60% contiveram alta presença de argumentação; 28,33% média; e 11,67% fraca presença, como demonstrado na tabela 3.

Tabela 3 – Argumentação no debate

Presença de argumentação	Alta	Média	Fraca	Total
Número de debates	36	17	7	60
Porcentagem	60%	28,33%	11,67%	100%

Fonte: Autoras.

Para categorizar um debate com alta presença de argumentação, tomou-se como base quando os debatedores justificavam os seus posicionamentos; traziam elementos que ampliassem a questão abordada no debate; informações com fonte eram citadas como referência; ou quando enviavam links para embasamento de sua fala. Como média, debates que apresentaram pouca disponibilidade para justificar uma posição; sem citações de referência; ou maior dificuldade na elaboração de ideias. Já fraca aconteceu quando foram utilizadas frases generalistas, afirmações contundentes e citações categóricas como “isso é pouco, precisamos de mais” sem explicar o porquê da colocação; ou quando não foi possível o entendimento das ideias centrais expostas.

As matérias foram analisadas com foco em cada debate como um todo. Dessa maneira, ocorreram casos em que algum comentário compondo a discussão não continha argumentação, mas no todo do debate não foi a tônica predominante, pois no processo de trocas revelou-se uma sobriedade sobre o assunto tratado justamente pela contribuição dos diversos atores. Assim, verificou-se, de maneira geral, que grande parte dos debates (60%) contiveram como característica a ampliação da perspectiva sobre o abordado ou contribuição com esclarecimentos, como nas imagens 7 e 8.

Imagem 7: debate classificado com alta presença de argumentação e interação positiva

Sancho [redacted] hoje o modelo de educação brasileira prioriza o estudo das matérias técnicas (matemática, física, química, biologia) e deixa em segundo plano (com menor carga horária) as matérias críticas (história, filosofia, geografia e sociologia). O resultado é que a escola não forma um cidadão, mas um técnico específico. Qual a proposta de governo do PV para tornar da escola, um lugar de formação de cidadãos, conscientes e críticos do mundo onde vivem?

[Curtir](#) · [Responder](#) · 80 · 18 de setembro de 2014 às 11:30

Aline [redacted] Qual o embasamento da afirmação de que disciplinas "técnicas" possuem maior carga horária que as "críticas"? Nos currículos das escolas em que trabalhei, o número de aulas era o mesmo, com exceção de matemática e língua portuguesa.

[Curtir](#) · [Responder](#) · 2 · 18 de setembro de 2014 às 19:55

Matheus [redacted] As disciplinas "técnicas" podem formar cidadãos, conscientes e críticos tanto quanto as "críticas". O que deve mudar é a metodologia e enfoque da educação como um todo.

[Curtir](#) · [Responder](#) · 2 · 18 de setembro de 2014 às 20:29

Juliana [redacted] um aluno sem disciplina de história, filosofia, geografia e sociologia perde a chance de refletir sobre o mundo ao seu redor, e perde a chance de aprender com erros passados. Acho que as disciplinas críticas são fundamentais na educação e precisam ser ensinadas de forma que o aluno se interesse (não de forma monótona como é de costume).

[Curtir](#) · [Responder](#) · 1 · 18 de setembro de 2014 às 21:32

Sancho [redacted] [Participei](#) em alguns projetos de educação em escolas públicas e o que vi foi uma carga horária maior das ciências exatas do que das ciências humanas. Não estou dizendo que humanas é melhor nem pior para a formação do cidadão, mas acho que todas as disciplinas do plano curricular são importantes igualmente. Claro que também não adianta igualizar a carga horária de todas as disciplinas, se não levar esse conhecimento de maneira renovada para as escolas, como disse Matheus [redacted] e a Juliana [redacted]

[Curtir](#) · [Responder](#) · 1 · 18 de setembro de 2014 às 21:43

Marco [redacted] [Se](#) puder responder a questão comentando a proposta de federalização da educação básica eu agradeço!

Fonte: Reprodução.

Imagem 8: debate classificado com alta presença de argumentação



Fonte: Reprodução.

Os mesmos 60 debates ainda foram avaliados quanto ao tipo de interação gerada entre os debatedores para entender se a comunicação entre os internautas ocorreu respeitando o ponto de vista alheio, sem ofensas verbais. A partir do indicador “Classificação da interação no debate” demonstra-se que 71,67% dos debates obtiveram interação positiva (imagem 7); 6,66% neutra; e 21,67% negativa, como apresentado na tabela 4.

Tabela 4 – Classificação da interação no debate

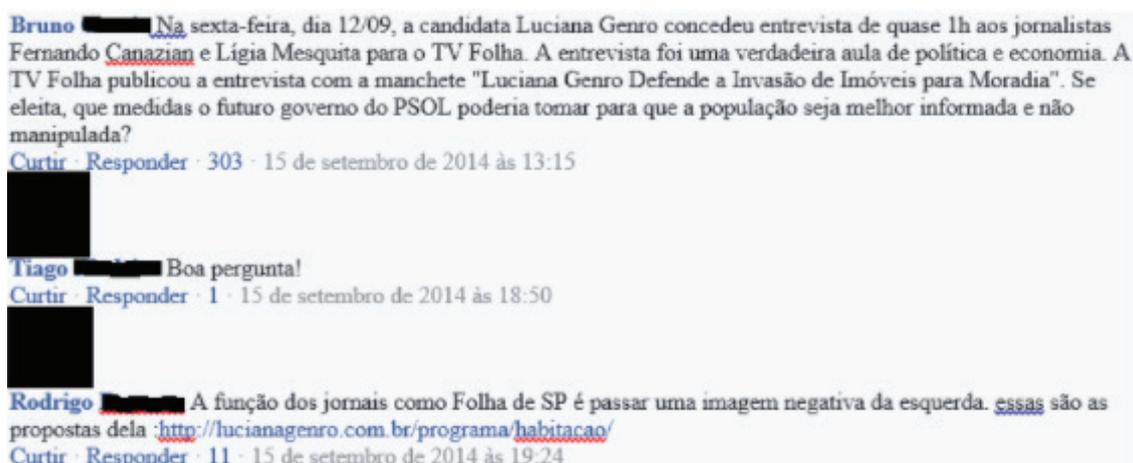
Classificação da interação	Positiva	Neutra	Negativa	Total
Número de debates	43	4	13	60
Porcentagem	71,67%	6,66%	21,67%	100%

Fonte: Autoras.

Para a construção desse indicador tomou-se como base a análise de valência¹⁰, mas de forma adaptada ao presente estudo de caso. Assim, avaliou-se a partir da seguinte pergunta: a interação nesse debate, e as mensagens contidas nele, é positiva, negativa ou neutra para o estabelecimento de troca de informações e argumentações de maneira harmoniosa. Não se tratando de verificar se o abordado é verdadeiro ou falso, mas avaliar o significado para a interação.

Portanto, diferenciou-se os debates em que ocorreram exposição ou contraposição de pontos de vista no âmbito da negociação e do consenso (positiva) de outros que continham imposição de uma opinião ou que tenha gerado ofensa (negativa), como no exemplo da imagem 9 que demonstra a não aceitação ao pensamento divergente. Ou ainda discussões que tenham permanecido sem expressividade, não havendo características positivas de troca e nem de ofensas verbais (neutra).

Imagem 9: debate classificado com interação negativa



¹⁰ Criado pelo Instituto de Estudos Sociais e Políticos, da Universidade Estadual do Rio de Janeiro (Iesp-Uerj), a análise de valência é avaliada a partir da seguinte pergunta: essa manchete ou chamada, e o texto que a acompanha, é positiva, negativa, neutra ou ambivalente para a imagem do candidato, partido, pessoa ou governo a qual faz referência. Não se trata de estabelecer se o noticiado é verdadeiro ou falso, mas avaliar o significado da informação para a imagem do objeto do texto, de acordo com explicação em manchetometro.com.br/metodologia. Acesso em 1/4/17.

Adriano  Acho que primeiro deveria processar o jornal, o jornalista e as páginas Movimento Contra Corrupção, Movimento Contra Corrupção - São Paulo, Política na Rede, Folha Política por calúnia e difamação e obriga-los a se retratarem.
Curtir · Responder · 1 · 15 de setembro de 2014 às 19:28

Aurélio  A

nossa, quantos nazistas apareceram por aqui, ppp, daonde saem esses psicopatas?
Curtir · Responder · 1 · 16 de setembro de 2014 às 01:59 · Editado

Aurélio  ""A entrevista foi uma verdadeira aula de política e economia.""
ahhHUAHAUHAUHAUHAUHAU

tive que rir
Curtir · Responder · 3 · 16 de setembro de 2014 às 01:16

João Victor  nazistas..... no brutalmente falando estar do lado dos pobres, miseráveis, negros, dos movimentos sociais que são oprimidos é bem a cara de HITLER.
Curtir · Responder · 3 · 16 de setembro de 2014 às 18:37

Luã  João, se você não sabe. O discurso de Hitler era contra os capitalistas judeus, e que eles geravam a pobreza no país e a diferença das classes sociais! Se você for ver, é parecido com o comunismo/socialismo. "Vai estudar"
Curtir · Responder · 17 de setembro de 2014 às 08:10

Rhuan  Luã  (serve pro Aurélio  tbm), o discurso do Hitler era nacionalista e contra os judeus, que para ele eram sub-humanos que roubavam o dinheiro e os empregos dos alemães, esses sim pertencentes a uma raça superior.
O Nazismo acreditava que as pessoas eram diferentes, não pregava igualdade. Nem econômica. Pregava a propriedade privada, acreditava nas classes sociais como algo benéfico. Acreditava em um tipo de meritocracia. No máximo pregavam um ideal de coletividade entre os alemães.
Um dos ideais do Nazismo, aliás, era o anticomunismo. Os comunistas foram perseguidos, morreram ou fugiram da Alemanha no período, assim como os judeus, os negros, etc. etc. Os ideias eram basicamente nacionalistas e tradicionalistas, fruto de um longo processo histórico e de leituras filosóficas que disseminaram no Regime o ódio ao outro, ao diferente.
Existem centenas de discursos do Hitler e de textos sobre o período de fontes variadas disponíveis na internet e eles não tem nada de parecido com o socialismo, seja o real ou o utópico (defendido pela Luciana Genro). Quem precisa estudar é vc, que sai por ai repetindo asneiras de olavete e faz papel de burro na frente de centenas de pessoas.
Curtir · Responder · 5 · 17 de setembro de 2014 às 15:20 · Editado

Hellen  cadê as respostas?

Fonte: Reprodução.

Convergência e participação política

Tomando como base os resultados desta pesquisa, pode-se olhar para o apresentado a partir de um processo hermenêutico. Este afirma que os produtos midiáticos são recebidos pelos indivíduos por meio de um processo de interpretação (THOMPSON, 2001). Portanto, o receptor das mensagens da Pública na rede social, ou do retorno dos candidatos, ou ainda a troca entre os próprios debatedores durante as discussões, está implicado em um grau de atenção e de atividade interpretativa.

A interpretação é um exercício que requer pressuposições e, assim, exige de quem recebe a mensagem algum grau de processo ativo e criativo, que ocorre considerando a história particular do indivíduo, mas também o “caráter social e histórico mais amplo” (THOMPSON, 2001: 44). Assim, as interpretações das formas simbólicas (no caso estudado, das mensagens circulantes na rede social durante o “Truco Popular”) exige uma contribuição do participante, não podendo classificá-lo como um receptor passivo de conteúdo. Ainda, segundo o autor:

[...] ao interpretar as formas simbólicas, os indivíduos as incorporam na própria compreensão que têm de si mesmos e dos outros. Eles as usam como veículos para reflexão e auto-reflexão, como base para refletirem sobre si mesmos, os outros e o mundo a que pertencem. (THOMPSON, 2001: 45).

Sartori (2001) também aponta que a linguagem fundadora, aquela que institui o homem como animal simbólico, é a linguagem-palavra. Trata-se da linguagem do falar dos indivíduos que, inclusive, está em constante “colóquio consigo próprio” (CASSIER, 1948: 47 apud SARTORI, 2001), diferenciando-o das outras espécies de seres vivos. Posto isso, destaca-se o que interessa para esta pesquisa: a ideia de que os sujeitos sociais refletem aquilo que dizem, pois “a linguagem não é apenas instrumento do comunicar, mas também do pensar” (SARTORI, 2001: 20).

Além dos processos mencionados, ressalta-se que as formas as quais os cidadãos utilizam para se informar sobre governos, candidatos e partidos não está atrelada apenas aos conteúdos produzidos e divulgados pelos políticos e meios de comunicação. De acordo com Samuel Popkin (1994 apud QUINDERÉ, 2007), as campanhas eleitorais e a mídia somente enviam as mensagens iniciais, mas que a parte essencial da dinâmica política acontece entre os eleitores. Quando há conversas entre os atores políticos, as mensagens também são validadas entre si (QUINDERÉ, 2007):

Dialogar é descobrir na trama do nosso próprio ser a presença dos laços sociais que nos sustentam. É lançar as bases para uma posse coletiva, comunitária

do mundo. A palavra não é um mundo à parte, mas faz parte da práxis do homem: “a justiça é o direito à palavra”, pois é a possibilidade de ser sujeito em um mundo onde a linguagem constitui o mais expressivo lugar do “nós”. (MARTÍN-BARBERO, 2014, p. 33).

Nesse sentido, ao refletir sobre a capacidade de atuação dos indivíduos como sujeitos dos processos políticos, Henry Jenkins (2008) chama a atenção para o poder constituído pela construção de significados que ocorre por meio da troca, o que resultaria em uma produção coletiva do saber. O autor traz o conceito de convergência, que não acontece somente de forma física por meio dos aparelhos tecnológicos que congregam múltiplas funções, mas sim no interior de cada indivíduo e suas interações sociais, em uma perspectiva cultural:

Cada um de nós constrói a própria mitologia pessoal, a partir de pedaços e fragmentos de informações extraídos do fluxo midiático e transformados em recursos através dos quais compreendemos nossa vida cotidiana. Por haver mais informação sobre determinado assunto do que alguém possa guardar na cabeça, há um incentivo extra para que conversemos entre nós sobre a mídia que consumimos. (JENKINS, 2008, p. 30).

Apesar de o autor fazer uma reflexão principalmente tomando como referência as novas formas de consumo e alertar que a sociedade ainda está usando o poder coletivo para fins recreativos, acredita que “[...] em breve estaremos aplicando essas habilidades a propósitos mais ‘sérios’” (JENKINS, 2008, p. 30), como parece acontecer no caso do “Truco Popular” ao propiciar discussões e questionamentos políticos. A noção de evolução é compartilhada por Lemos & Levy (2010) ao classificarem o período de 1950, quando apareceram os primeiros computadores, até a primeira década do século XXI como apenas o período da pré-história da cibercultura mundial e de sua esfera pública.

Portanto, a partir das redes digitais e as possibilidades de processos colaborativos e interativos, surge a perspectiva da cultura participativa, em que produtores e consumidores de mídia não ocupam papéis separados, e “podemos agora considerá-los como participantes interagindo de acordo com um novo conjunto de regras, que nenhum de nós entende por completo” (JENKINS, 2008, p. 30).

Mesmo frente a um ambiente com excesso de informação e propício à dispersão como o Facebook, a rede social pôde ser utilizada como auxílio ao projeto “Truco!” para que ocorresse a participação dos internautas questionando os candidatos à presidência, portanto, confrontando-os por meio de perguntas, bem como trocando informações entre si. Jenkins (2008) cita o cientista político do Massachusetts Institute of Technology (MIT) Ithiel de Sola Pool para ressaltar que algumas tecnologias da comunicação suportam maior diversidade e alto nível de participação do que outras.

Por outro lado, há necessidade de pontuar que os processos de convergência não significam estabilidade ou unidade. Pool (apud JENKINS, 2008) previu um longo período de transição em curso, marcado por direções imprecisas e consequências, em muitos casos, inesperadas. “A convergência altera a lógica pela qual a indústria midiática opera e pela qual os consumidores processam a notícia e o entretenimento. Lembrem-se disto: a convergência refere-se a um processo, não a um ponto final” (JENKINS, 2008: 43).

Ao identificar na literatura que trata de internet e participação, dentre as suas vantagens, o potencial de o meio *online* remover os obstáculos de tempo e espaço para a comunicação entre os atores sociais, Gomes (2005b) comenta também sobre a troca de ideias nas redes digitais ser um exemplo de participação política, assim como a disseminação de informações políticas e a cobrança exercida sobre os representantes eleitos ocorridas na internet. Portanto, situa-se o “Truco Popular” neste contexto já que possibilitou interações e a ocorrência de debates políticos por meio do *Facebook*.

Também, ao permitir comunicar com velocidade, a praticidade do uso das redes digitais acaba por ganhar relevância principalmente na dinâmica das grandes cidades, nas quais o tempo dos sujeitos sociais é escasso. Com os indivíduos ocupados pelo trabalho e pela indústria do entretenimento, o interesse em participar da política torna-se prejudicado (ARAÚJO, PENTEADO & SANTOS, 2012). Dessa forma, a partir da internet há uma nova perspectiva de envolvimento com as questões de ordem pública.

Ainda sobre a estrutura, a interatividade nas redes digitais acontece de maneira horizontalizada, o que se relaciona com a concepção de discussão pública política. Assim, a arquitetura de comunicação em mão dupla permite uma interação política que “é, neste sentido, uma forma de incrementar o poder simbólico e material do público como eleitor mas também como sujeito constante de convicções, posições e vontade a respeito dos negócios públicos” (GOMES, 2005b, p. 68):

Se o requisito para melhorar a vida democrática é a injeção de mais deliberação de massa, então, certamente, este novo meio com suas oportunidades de debate em mão dupla ou multidirecionais oferece uma solução potencial. Dos modelos radicais de democracia direta a sistemas representativos mais delgados e transparentes, as propriedades interativas da internet poderiam levar a um novo nível de prestação de contas dos governantes e a um novo nível de diálogo público. (GIBSON, 2001, p. 563 apud GOMES, 2005b, p. 69).

Porém, para além da dimensão que configura o meio com possíveis vantagens para o envolvimento com a política, há necessidade de pontuar a importância da qualidade e dos

modos de participação civil. Segundo Maia (2002 apud GOMES, 2005b), o foco central seria o tipo de argumentação pública construído. Conflitos, fragmentação e inconclusão aparecem, em pesquisas, como a tônica da argumentação política no ambiente *online* (GOMES, 2005a). No caso estudado, não se objetivou avaliar o nível de qualidade dos debates, porém apreendeu-se que conflitos, fragmentação e inconclusão aconteceram em menor grau no “Truco Popular”, já que a classificação de interação como negativa surgiu em 21,67% dos casos.

Também, se consideradas as sete categorias desenvolvidas para sintetizar as práticas e apropriações na internet pela sociedade civil no Brasil, publicadas por Carreiro e Rossetto (2012), em decorrência das sessões do Centro de Estudos Avançados em Democracia Digital (Ceadd), o “Truco!” enquadra-se em “Participação” e “Expressão de reivindicação civil”. Enquanto a primeira compreende ferramentas e iniciativas capazes de permitir *inputs* da esfera civil em discussões, “Expressão” listou projetos em que a sociedade se manifeste em relação a melhorias e reclamações, sem que necessariamente ocorra contato com representantes políticos.

Contudo, julga-se importante reconhecer que a internet não promove participação política de forma automática. Apesar disso, a partir de motivações dos sujeitos e seu contexto, a literatura na área destaca que a comunicação digital tem facilitado atividades nesse sentido (CARREIRO & ROSSETTO, 2012).

Formação cidadã em diálogo com a educação integral

Considerando os debates ocorridos na internet como possibilidade de participação política durante a atividade do “Truco Popular”, além do processo de disponibilização de informação e ampliação dos assuntos tratados durante o horário eleitoral por meio do *fact-checking* do “Truco!”, pode-se situar a atuação da Agência Pública durante as eleições de 2014 como prática que contribui para a formação da cidadania:

Se o característico da cidadania é estar associada ao “reconhecimento recíproco”, isto passa decisivamente hoje pelo direito de informar e ser informado, de falar e ser escutado, imprescindível para poder participar nas decisões que dizem respeito à coletividade. (MARTÍN-BARBERO, 2014, p. 107).

O doutor da Universidade do Vale do Rio dos Sinos Danilo Streck ressalta que em termos de cidadania, a participação se tornou um conceito ainda mais importante,

“porque sentimos um certo esgotamento da democracia representativa”¹¹. “As pessoas têm direito a dizer e a serem ouvidas, isso é importante. Então, nesse sentido a participação é fundamental para a formação de uma cidadania”¹². A formação cidadã é pensada neste trabalho como viabilizar a capacidade de pensar de forma autônoma e de participar ativamente na construção de uma sociedade justa e democrática (MARTÍN-BARBERO, 2014).

Completa-se o raciocínio com a definição agora apenas do termo cidadania, como participação nas atividades de interesse da comunidade, bem como a interação entre cidadãos e instituições de forma a influenciar o poder político. A definição faz parte da linha teórica denominada democracia expansiva, citada por Vieira (2001) sobre conceitos trabalhados por Janoski (1998). A teoria da democracia expansiva pretende um equilíbrio entre direitos individuais, direitos do grupo e obrigações, compondo definição de cidadania que ultrapassa o mero *status* para ser vista como prática do sujeito pertencente à determinada comunidade.

Assim, destaca-se também a importância da ação como complemento ao processo de educação política, além da reflexão no campo do debate e, portanto, em relação à troca de informações e produção do pensamento. “Se a palavra sozinha é impotente, a ação sozinha é estéril, a imagem do futuro se engendra entre as duas: a palavra desenha a utopia que as mãos constroem” (MARTÍN-BARBERO, 2014: 20).

Por isso, reforça-se a ideia do projeto “Truco!” ser uma *contribuição* para a formação cidadã, admitindo-se que a educação política não ocorre de forma restrita ou pontual. Sérgio Amadeu enfatiza que a internet é um terreno de redes de opinião em constante enfrentamento. “Resta saber se as redes democráticas vão prevalecer, mas o sucesso disso não está só na internet, está nas práticas educativas, na cultura dos povos, nos processos de sociabilização que a gente desenvolve. E que a internet é um deles”¹³.

Nessa perspectiva, Gomes (2005a) alerta que as atividades políticas ocorridas no meio *online* também sofrem influência e refletem a política tradicional. Por isso, “os meios, instrumentos, ferramentas que constituem a internet são apenas mais um recurso

¹¹ Análise realizada por Danilo Speck durante o curso “Educação e Participação em Rede”, da plataforma Educação e Participação, no formato educação à distância, entre julho e setembro de 2017. Disponível em educacaoeparticipacao.org.br. Acesso em 18/11/17.

¹² Idem.

¹³ Análise realizada por Sérgio Amadeu da Silveira durante o curso “Educação e Participação em Rede”, da plataforma Educação e Participação, no formato educação à distância, entre julho e setembro de 2017.

dentre os dispositivos sociais da prática política, ainda novo, ainda pouco experimentado” (GOMES, 2005 a, p.221). O autor sugere que um melhor aproveitamento das oportunidades está atrelado também a uma cultura e um sistema político dispostos a isso.

Por outro lado, ao admitir que as tecnologias digitais podem transformar modos de perceber, de saber e de sentir, aceita-se também as Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs) como “tecnologias intelectuais” (LEVY, 1993 apud MARTÍN-BARBERO, 2014), ou seja, como possíveis instrumentos para estratégias de conhecimento e não apenas como plataformas de ilustração ou difusão de informação. Se antes formas para construir e adquirir o saber estavam centralizadas no espaço da escola, outros modos de aprendizado podem ser considerados com novas maneiras de circular a informação e possibilidades de interações.

Assim, as redes digitais podem estar relacionadas com a participação e a educação se adotarmos que “os sujeitos aprendem e ensinam uns com os outros. Em que os saberes são compartilhados, em que a colaboração pode ser transformadora, em que a participação é emancipadora”¹⁴, como traz a professora do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estácio de Sá (Unesa) Jaciara de Sá Carvalho. Somando isso à convergência e à cultura da participação, tratado anteriormente, o valor da educação integral é impulsionado.

A educação integral pode ser definida como a concepção de que o indivíduo aprende para além dos ambientes formais de educação (como a escola), e comporta o pleno desenvolvimento do ser humano nos mais diversos espaços, seja em casa, em uma praça, no museu, ou no ciberespaço, segundo Maria Amabile do Centro de Estudos e Pesquisas em Educação, Cultura e Ação Comunitária (Cenpec)¹⁵.

Não se afirma, com isso, que a instituição escolar vai desaparecer, “mas as condições da existência desse lugar estão sendo transformadas radicalmente por uma pilha de *saberes-sem-lugar-próprio* e por um tipo de *aprendizagem* que se torna contínua, isto é, *ao longo de toda a vida*” (MARTÍN-BARBERO, 2014: 127). Passa-se à uma sociedade de aprendizagem permanente, “cuja dimensão educativa atravessa tudo: o trabalho e o lazer, o escritório e a casa, a saúde e a velhice” (MARTÍN-BARBERO, 2014, p. 121). O que abre caminho para a reflexão de novos modelos da relação entre comunicação e educação com a presença das novas tecnologias.

¹⁴ Análise realizada por Jaciara de Sá Carvalho durante mesmo curso e período.

¹⁵ Análise realizada por Maria Amabile durante mesmo curso e período.

Considerações finais

Assim, conclui-se que a internet pode ser um espaço a contribuir com o estímulo ao debate político, a partir de práticas colaborativas da mídia independente, tendo como exemplo a ação do “Truco Popular”, desenvolvida como parte do projeto de *fact-checking* da Agência Pública durante as eleições de 2014. Apesar do característico distanciamento do sujeito da política no Brasil (FUNG, 2006; MAIA, 2008 apud ARAUJO, R., PENTEADO, C. e SANTOS, M, 2012), com grau elevado de descrença dos eleitores nos partidos políticos¹⁶, constatou-se que as redes digitais possibilitam a criação de iniciativas que incentivam a manifestação de opiniões, gerando discussões políticas.

O projeto “Truco!”, por meio da interatividade permitida pela rede social Facebook, ao convidar os interessados a enviarem perguntas, estimulou o pensamento crítico na formulação de questões, como também possibilitou a conexão entre os internautas no âmbito digital, tornando-se exemplo do uso das TICs para trocas entre os sujeitos sociais. Esses indicativos permitem situar o projeto como mais uma iniciativa que se soma ao fortalecimento de uma esfera pública interconectada (SILVEIRA, 2009).

Diante disso, entendendo uma correlação entre processos comunicativos, participação e educação, as novas tecnologias da comunicação contam com o potencial de alterar para a melhor as possibilidades de formação da cidadania nas sociedades contemporâneas ao considerar que as redes digitais podem “assegurar aos interessados em participar do jogo democrático dois dos seus requisitos fundamentais: informação política atualizada e oportunidade de interação” (GOMES, 2005 a, p. 220). Nesse sentido, a tecnologia digital expõe que a verdadeira brecha não é a técnica, mas a “brecha cognitiva” (MARTÍN-BARBERO, 2014).

Como o Facebook está caracterizado como um agregador de uma infinidade de propósitos, e que por isso há circulação de informações em grande parte dos casos com a finalidade de entretenimento, surpreende que discussões sobre o campo político tenham acontecido revelando uma disponibilidade dos debatedores em argumentarem sobre seus pontos de vista para além de apenas emitirem suas preferências. O que demonstra que o “Truco Popular” foi capaz de despertar interesse de segmento da população.

¹⁶ Pesquisa sobre o nível de confiança em instituições traz os partidos políticos em último lugar. Disponível em g1.globo.com/politica/noticia/2014/07/forcas-armadas-e-pf-sao-instituicoes-mais-confiaveis-diz-datafolha.html . Acesso em 2/4/17.

Porém, se trata de um potencial e, ao mesmo tempo, de um desafio já que a internet também é terreno fértil “para trazer coisas que não são verdadeiras”, segundo Maria Elizabeth Almeida, do Centro de Ciências, Matemáticas, Físicas e Tecnológicas da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP)¹⁷. Somado a isso, ressalta-se que o recorte temporal para esta pesquisa – período da campanha nas eleições de 2014 – não captou com veemência o que nos anos seguintes apareceu com mais força sobre o Facebook, o crescimento das bolhas de filtro¹⁸ e as manifestações de discurso de ódio.

Ainda, considera-se importante lembrar que a reflexão aqui exposta atrelada à formação para a cidadania deve ser entendida dentro de uma formulação processual do aprendizado. Os posicionamentos políticos dos sujeitos não são reprocessados a cada nova informação constantemente, mas mesmo assim, se estruturam procurando fugir do sentimento de aleatoriedade (ALDÉ, 2004). O processo acontece de forma sedimentar, dia após dia, modificando os sujeitos sociais por meio de variadas mensagens e conteúdos significativos (THOMPSON, 2001).

Pondera-se também que o “Truco Popular” é apenas um caso retratado e que apesar de haver outros com características de estímulo à participação política, projetos desse tipo ainda não são a predominância na internet. O que é interessante pontuar é a perspectiva que as redes digitais apresentam e a possibilidade dessas iniciativas reverberarem na população. Portanto, parece ser promissor, como próximos estudos, verificar quais as características mais específicas que levam um projeto digital a alcançar objetivos políticos, além de meios para sua massificação.

Por fim, considerando o debate político um campo chave para a manutenção e o aperfeiçoamento das sociedades democráticas, além do avanço em ritmo acelerado das tecnologias da informação e comunicação no cotidiano da população em geral, a pesquisa traz elementos para o pensamento sobre novos espaços e formas de contribuir com a formação para a cidadania. A tríade comunicação em rede, participação e educação política parece compor uma articulação com oportunidades para isso.

¹⁷ Análise realizada por Maria Elizabeth Almeida durante o curso “Educação e Participação em Rede”, da plataforma Educação e Participação, no formato educação à distância, entre julho e setembro de 2017.

¹⁸ Do inglês “filter bubble”, a expressão configura bolhas de interações causadas a partir de filtros como ocorridos no Facebook. Eli Pariser lançou “The Filter Bubble: What the Internet is Hiding from You” para explicar o funcionamento dos filtros a partir de algoritmos.

Referências

- ALDÉ, A (2004). “Jornalistas e internet: a rede como fonte de informação política”. Paper apresentado no IV Encontro dos Núcleos de Pesquisa da Intercom. Porto Alegre.
- ARAUJO, R., PENTEADO, C. & SANTOS, M (2012). “Sociedade Civil e Políticas Públicas: o uso da internet pela Rede Nossa São Paulo na articulação política”. Paper apresentado no 36º Encontro Anual da ANPOCS. Águas de Lindóia.
- BRASIL. Presidência da República. Secretaria de Comunicação Social. “Pesquisa brasileira de mídia 2015: hábitos de consumo de mídia pela população brasileira” – Brasília: Secom, 2014. www.secom.gov.br/atuacao/pesquisa/lista-de-pesquisas-quantitativas-e-qualitativas-de-contratos-atuais/pesquisa-brasileira-de-midia-pbm-2015.pdf/view (Consultado em 19/11/17).
- CARREIRO R. & ROSSETTO, G.P.N (2012). “Democracia digital: e sociedade civil: uma perspectiva do estado atual no Brasil”. In: *C&S. São Bernardo do Campo*, v. 34, nº 1, jul/dez, p. 273-296.
- CARVALHO, F. C.; CERVI, E. U. & MASSUCHIN, M. G. (orgs) (2016). “Internet e eleições no Brasil”. Curitiba: Grupo de pesquisa em Comunicação Política e Opinião Pública. www.academia.edu/30246524/2016_Internet_e_elei%C3%A7%C3%B5es_no_Brasil. (Consultado em 18/11/17).
- GOMES, W (2005a). “A democracia digital e o problema da participação civil na decisão política”. In: *Revista Fronteiras – estudos midiáticos*. São Leopoldo, v. VII, nº 3, setembro/novembro, p. 214-222.
- GOMES, W (2005b). **Internet e participação política em sociedades democráticas**. In: *Revista Famecos*. Porto Alegre, nº 27, agosto, p. 58-78.
- JENKINS, H (2008). *Cultura da Convergência*, São Paulo: Aleph.
- LEMOS, A. & LÉVY, P (2010). *O futuro da internet: em direção a uma ciberdemocracia planetária*. São Paulo: Editora Paulus.
- MARTÍN-BARBERO, J (2014). “A Comunicação na Educação”. São Paulo: Contexto.
- QUINDERÉ, M (2007). “Reflexões sobre jornalismo, poder e democracia: afinal, para que serve o jornalismo?”. Paper apresentado no XXX Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação. Santos.
- SILVEIRA, S. A (2009). “Esfera Pública Interconectada, blogosfera e redes sociais”. In: *Esfera Pública, Redes e Jornalismo*. Rio de Janeiro: e-papers.
- THOMPSON, J. B (2001). *A mídia e a modernidade: uma teoria social da mídia*. Petrópolis: Editora Vozes.
- VIEIRA, L (2001). “Notas sobre o conceito de cidadania”. In: *Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais*. São Paulo, nº 51, p. 35-47.

Crise do trabalho na virada do século XX-XXI: economia solidária versus empreendedorismo

Laura Senna Ferreira¹

Resumo: A finalidade deste artigo é analisar o debate teórico envolvendo os temas da economia solidária e do empreendedorismo. Busca-se responder às seguintes indagações: Quais os fundamentos epistêmicos das noções de empreendedorismo e de economia solidária? Estas perspectivas podem ser associadas, respectivamente, aos princípios liberais e socialistas? Quais elementos aproximam e quais diferenciam ambos os pressupostos? Tais questionamentos tem como base histórica a conjuntura de reconversão produtiva que, a partir dos anos 1970, como saída para a crise da sociedade salarial, fortalece, por um lado, a economia solidária e, por outro, o empreendedorismo.

Palavras-chave: Crise da sociedade salarial. Economia solidária. Empreendedorismo.

Abstract: The central issue of the article is to analyze the debate about solidarity economy and entrepreneurship. The aim of this study is to answer the following questions: Which are the epistemic basis of entrepreneurship and solidarity economy ideas? Could such principles to be associated with liberalism and socialism respectively? Which elements approach and which one distinguish both assumptions? These questions have as historical basis the process of production restructuring, from 1970. Since then, as an exit from wage society crisis, it has been strengthened, on the one hand, the solidarity economy, on the other hand, the entrepreneurship.

Keywords: Wage society crisis. Solidarity economy. Entrepreneurship.

¹ Doutora em Sociologia pelo Programa de Pós-graduação em Sociologia e Antropologia (PPGSA) da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Professora de Sociologia no Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais (PPGCS) da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM).

Introdução

A partir dos anos 1970, relacionado à crise da sociedade salarial, fortalece-se o debate envolvendo os temas economia solidária e empreendedorismo. O período caracteriza-se pelo declínio do regime fordista; flexibilização da produção e do trabalho; inovação tecnológica; terceirização; produção enxuta; privatização; globalização econômica; aumento do desemprego, entre outros aspectos.

A crise da sociedade salarial e do estado de bem-estar social leva ao declínio do contrato de trabalho e da noção de pleno emprego como fatores constitutivos da ordem social (CASTEL, 1998). O Estado se exime de uma série de responsabilidades sociais e, no lugar da política, o mercado expande o seu controle.

Como saída para a crise, que gerou desemprego e exclusão social, desenham-se soluções que vão desde iniciativas individuais até ações coletivas. Destarte, o empreendedorismo e a economia solidária emergem como alternativa, podendo ser concebidos como campos epistêmicos e políticos opostos.

As iniciativas solidárias são baseadas em valores de reciprocidade. Trata-se da possibilidade de admitir a economia articulada às demais relações sociais (POLANYI, 1980). Ou seja, engendra-se a alternativa de uma economia e de uma forma de produção da vida que não esteja completamente inserida na lógica capitalista de mercado. Com isso, sublinha-se que, se o mercado capitalista é dominante, ele não é a única saída para os desafios econômicos e sociais postos nesta virada dos séculos XX para o XXI.

No caso latino-americano, nos anos 1980/1990, as medidas, no âmbito da economia solidária, se fortalecem como solução para a crise do trabalho. Por razões semelhantes, o empreendedorismo, também, se revigora como saída individual para os dilemas do desemprego e da carência de renda. A perspectiva de que é preciso ser empreendedor e criar o próprio emprego impõe-se de forma hegemônica.

Economia solidária e empreendedorismo representam duas formas distintas de organização do trabalho e da produção. Por meio da economia solidária não apenas busca-se melhorar as condições de vida da população, mas, igualmente, encaminham-se outras alternativas de convivência social. A economia solidária não parte do Estado nem da empresa, não é privada nem é pública, não nega o mercado nem se inclui nele. Ela origina não apenas uma forma de inserção econômica, mas uma participação nas decisões e nos rumos da sociedade.

A ênfase nas noções de empreendedorismo e de economia solidária é coetânea à intensificação da precariedade do trabalho. Frente à crise da sociedade salarial se, por um lado, faz-se fundamental entender os infortúnios laborais, por outro, considera-se imprescindível analisar as saídas, individuais e coletivas, acionadas como subterfúgio para superação dessas vicissitudes.

Por vezes, reporta-se a expressão “empreendedorismo solidário”. Conquanto, no presente artigo, tal locução será questionada, por considerar-se que ambas as categorias (empreendedorismo e solidário) se referem a matrizes teóricas e ideológicas não apenas diferentes, mas opostas (individualismo *versus* coletivismo ou liberalismo *versus* socialismo).

O presente artigo, focando, principalmente, no tema da economia solidária, busca analisar sua relação e oposição ao empreendedorismo. Trata-se de uma pesquisa teórica, a qual perpassa parte da bibliografia sobre o assunto. Na primeira parte do artigo, discutem-se os parâmetros essenciais que tem marcado o debate sobre economia solidária. Num segundo momento, abordam-se as principais nuances envolvidas nas discussões sobre empreendedorismo. Por fim, analisam-se em que medida empreendedorismo e economia solidária se aproximam ou se opõem como modelo econômico e societário.

Economia solidária e autogestão

As cooperativas são a maior expressão da economia solidária. No debate mais recente elas são consideradas, basicamente, a partir de duas interpretações, as quais se associam ao compromisso político com a perspectiva de autogestão:

1) Cooperativa como germe de um novo modo de produção: posse coletiva dos meios de produção e gestão democrática. Além de ser opção ao desemprego e forma de recuperação de postos de trabalho, em empresas falimentares, esses empreendimentos colocam-se como “semente de uma economia social na qual a lógica de mercado estaria subordinada a uma lógica solidária” (LIMA, 2006, p.100).

2) Cooperativa como modelo de trabalho flexível, pós-fordista e funcional ao capital: colaboração capital-trabalho. Transforma trabalhadores em proprietários, mas representa intensificação da jornada e instabilidade de ganhos, conforme oscilações do mercado. Lança-se mão da contratação de assalariados para cargos técnicos e gerenciais, criando-se novas hierarquias. O trabalhador, assumindo a gestão, reduz o ônus da empresa em controlá-lo (LIMA, 2006).

A primeira alternativa tem como crucial a questão da autogestão, que diz respeito a “uma proposta democrática e coletivista de gestão, historicamente construída a partir de um ideário socialista, na qual, além da propriedade, as decisões e o controle do empreendimento são exercidos pelos trabalhadores” (GUIMARÃES et.al., 2006, p.293). A autogestão difere da co-gestão e da gestão participativa, que visam o aumento da eficiência da empresa. Ela não inclui somente a dimensão econômica, mas também as instituições políticas e culturais, a propriedade social dos meios de produção e de intercâmbio, as transformações da organização social e da vida como um todo, o que remete para a questão macroeconômica de transformação radical da sociedade.

Na autogestão, pautada por valores de solidariedade e coletivismo, os trabalhadores decidem, de forma direta, os processos produtivos e a partilha do produto final. Há uma distribuição igualitária de poder e a divisão de trabalho carece da fragmentação entre os que concebem e os que executam. Altera-se a forma de organização do trabalho, que passa a ser composta por rodízio de tarefas, debates, tomada de decisões e aprendizado cotidiano. Trata-se de trabalho associado em vez de assalariado, o que requer uma transformação cultural mais ampla (PAULUCCI, 2014).

Os grupos fundadores das cooperativas – Organizações Não Governamentais (ONGs), governo, movimentos sociais, sindicatos, empresas – ensejam projetos políticos e ideológicos diferentes, no que tange às noções de autonomia, autogestão, processos decisórios, relações de trabalho e emancipação. Assim, o rumo que um determinado empreendimento solidário irá tomar depende, em grande medida, dos grupos que o compõem desde as suas origens.

Com a autogestão de perfil mais autêntico, inicia-se um processo de ensino-aprendizagem que busca “alcançar metas coletivas, construir espaços de representação e participação democráticos” (PAULUCCI, 2014, p.79). Nas assembleias, através da interação ativa e das tomadas coletivas de decisão, vai se construindo um fazer mais democrático do que aquele que se faz presente nas relações de assalariamento.

Com respeito à questão da autogestão, Faria (1985) sugere o termo “organizações com características auto-gestionárias”, pois considera improvável a existência de experiências autogeridas plenas no capitalismo. Não há casos que rompam completamente com a ordem econômica vigente, estando todos empreendimentos perpassados pela dependência do mercado, devido a necessidade de insumos, matéria-prima, materiais secundários e maquinários produzidos por grandes empresas.

Independente dos propósitos originais das cooperativas, os empreendimentos precisam se inserir no mercado, promovendo, para tanto, adequações gerenciais, tecnológicas e de custos. “Mesmo quando vinculadas a propostas de uma ‘outra economia’, mais justa e solidária, a questão do mercado se impõe” (LIMA, 2006, p.98).

A economia solidária é um conceito diverso, mas tem em comum a “contraposição entre solidariedade e o individualismo competitivo predominante na sociedade capitalista” (LIMA, 2004, p.53).

Na perspectiva de Singer (1998), a cooperativa é a expressão máxima da economia solidária, que se caracteriza pela propriedade coletiva e pela autonomia decisória. Singer (1998) concebe positivamente as iniciativas solidárias, pois considera que elas permitem contemplar a economia como horizonte de transformação social.

Para Gaiger (2003), no capitalismo, pode continuar existindo formas atípicas e não dominantes de produção da vida material, que, embora periféricas, tem chance de alargamento da sua influência, esquivando-se do controle imediato do capital.

Gaiger (2003) observa que as formas cooperadas, mais do que as assalariadas, têm sido aliadas da eficiência e da racionalização do processo produtivo, envolvendo um maior rendimento, devido à motivação dos trabalhadores. A noção de eficiência assume, aqui, um caráter mais amplo, associada à qualidade de vida e à satisfação dos trabalhadores, tanto em termos culturais e cognitivos como ético-morais, evidenciando as vantagens comparativas da autogestão em relação aos empreendimentos capitalistas. Como efeito, explicita-se, para os trabalhadores, que, pela via coletiva, podem satisfazer melhor seus interesses.

Os empreendimentos solidários apropriam-se, a sua maneira, da base técnica herdada do capitalismo ou desenvolvem a sua própria base, antepondo o dilema de como assimilar o suporte técnico capitalista sem o seu conteúdo social. A questão da eficiência relaciona-se a aspectos, tais como: a supressão das relações assalariadas desonera a produção, por eliminar custos com controle e supervisão; as jornadas e retiradas são ajustadas às flutuações do mercado; não é preciso gastar com estratégias para recompor o espírito corporativo sempre que vem a toda as contradições de classe; o excedente não é mais apropriado para fins privados, ficando a cargo dos trabalhadores se serão destinados para a remuneração ou se serão reinvestidos na própria empresa; há uma garantia contra o desemprego para os cooperados, sendo baixa a rotatividade.

No caso dos empreendimentos solidários há uma maior relação entre a performance da organização e os benefícios individuais, motivando os trabalhadores a quererem

garantir o sucesso da empreitada. Isso elimina desperdício, tempo ocioso e garante a busca pela qualidade do produto. Por meio dessas estratégias, o “solidarismo econômico” promove “uma racionalidade própria, virtualmente superior a das empresas capitalistas” (GAIGER, 2003, p.203).

Os empreendimentos solidários convivem e, ao mesmo tempo, se contrapõem ao modo de produção capitalista. Fica sempre a questão de até que ponto ele democratiza o trabalho e até que ponto se subordina ao capital (LIMA, 2004). “A economia solidária não reproduz em seu interior as relações capitalistas, pois as substitui por outras, mas tampouco elimina ou ameaça a reprodução da forma tipicamente capitalista, ao menos no horizonte por ora apreensível pelo conhecimento” (GAIGER, 2003, p.194).

Contudo, “ao mudar a situação da empresa, mudam os sujeitos, constroem-se suas subjetividades” (PAULUCCI, 2014, p.152). Desenha-se aí uma nova ética baseada na solidariedade, liberdade e confiança. Tem-se a existência de “novos valores sendo colocados em prática cotidianamente, gerando a possibilidade de construir uma ‘nova ética’” (PAULUCCI, 2014, p.153), um novo tipo de interação e de sociabilidade.

Na prática dos empreendimentos solidários, os trabalhadores questionam as hierarquias ocupacionais e as relações de poder; percebem sua capacidade de luta; assumem novas responsabilidades; desenvolvem novas subjetividades; criam novas institucionalidades; constroem laços com cooperativas, comunidades, sindicatos e movimentos sociais. Nessa experiência, “as práticas auto-gestionárias, além de construir um modo alternativo de gerir as unidades produtivas, induzem ao surgimento de um novo sujeito social e político” (PAULUCCI, 2014, p.194).

Todavia, os limites das empresas auto-gestionárias se evidenciam nos déficits de autonomia que possuem nas cadeias produtivas. Com a crise da sociedade salarial, no final do século XX e início do XXI, o cooperativismo emerge como alternativa diante do crescimento do desemprego, da perda de direitos sociais e do enfraquecimento do movimento sindical. Trata-se menos de uma saída planejada e voluntária do que de uma via de combate ao desemprego estrutural. Não diz respeito, portanto, a uma “ideologia que pretende abolir a propriedade privada, nem se contrapor ao capital” (PAULUCCI, 2014, p.152). Assim, “fica a questão se é uma alternativa à exploração capitalista, ou à falta dessa mesma exploração” (LIMA, 2004, p.58). Da mesma maneira, questiona-se em que medida o trabalho autogestionário não é favorável às empresas em processo de flexibilidade, sendo o cooperativismo apenas um novo momento do desenvolvimento capitalista.

O modelo de associativismo vem se multiplicando como alternativa de ocupação, manutenção de emprego e geração de renda, em um contexto que decorre da reestruturação produtiva dos anos 1970, e que teve como corolário o fechamento e deslocamento de muitas empresas, abalando regiões inteiras. Nessa conjuntura, a economia solidária tem representado a possibilidade de um desenvolvimento mais sustentável, uma resposta a “precarização do trabalho e da vida social” (LIMA, 2004, p.53), construindo relações sociais alternativas, que tanto integram como contrariam os ditames do capitalismo.

As experiências associativistas – em cooperativas de trabalho e de produção, que se diferenciam das tradicionais cooperativas de crédito, habitacional ou agrícola – ressurgem em um momento de crise do fordismo e de políticas neoliberais, bem como associado aos movimentos contraculturais do final da década de 1960. Os últimos expressaram o desencanto com o capitalismo e com o socialismo de Estado, defendendo a democracia, os movimentos ecológico, feminista e as demais minorias (LIMA, 2004).

Com a reestruturação produtiva se acende o debate em torno da definição do que seriam as falsas ou verdadeiras cooperativas. Consideram-se as primeiras como auxiliares do capital, e as segundas como marcadas pela expectativa de emancipação do trabalho. No primeiro grupo, assentam-se as cooperativas pragmáticas, de fachada, que, apesar de legalmente constituídas, funcionam como terceirizadas. Muitas delas são organizadas pelas próprias empresas e integram programas estatais de geração de renda, estando “desvinculadas dos princípios do movimento cooperativista”. No segundo grupo, localizam-se as cooperativas defensivas, as quais são formadas pelos trabalhadores para manter seus empregos em fábricas em situação falimentar, bem como por programas governamentais de geração de renda para pobres. “Nos dois grupos, predomina uma grande dependência, seja de redes empresariais e órgãos públicos – nas chamadas cooperativas pragmáticas –, seja de órgãos públicos de fomento e instituições da sociedade civil – nos chamados empreendimentos solidários” (LIMA, 2004, p.46).

Com a focalização das empresas, muitas delas passaram a sugerir aos próprios empregados que organizassem cooperativas para realizar as atividades que deixaram de exercer diretamente. Mais do que norteadas pelas propostas auto-gestionárias e de autonomia, esses empreendimentos estão voltados para reduzir os custos com força de trabalho. “E a aceitação pelos trabalhadores é igualmente ‘pragmática’: a manutenção de emprego”. Em muitas dessas cooperativas tem-se “a presença formal da autogestão, com conselhos fiscais e diretoria eleita, mas vinculadas às empresas primeiras. O caráter pragmático refere-se à associação Estado-empresa na fórmula geração de emprego e renda e, principalmente, redução de custos” (LIMA, 2004, p.52).

A degeneração em falsa cooperativa caracteriza-se por elementos como erosão da democracia interna, contratação de gerente e trabalhadores assalariados e transformação em empresas regulares. As falsas cooperativas representam um setor das empresas que as organizaram e que as gerem, através de funcionários que trabalham como supervisores.

Não obstante, apesar de explicativa, a dualidade “falso *versus* verdadeiro” é simplificadora, pois desconsidera os inúmeros formatos e os limites encontrados na busca de efetiva autonomia de gestão e de democratização das relações de trabalho, subestimando as dificuldades culturais de participação e o cotidiano concreto das cooperativas (LIMA, 2006).

Existem muitos aspectos que dificultam a adesão ao cooperativismo. “Elementos culturais presentes no assalariamento, entendido como acesso a direitos de cidadania, dificultam a compreensão de uma proposta auto-gestionária” (LIMA, 2004, p.54).

Para os trabalhadores, a cultura do assalariamento representada pelos direitos sociais, ou a possibilidade de acesso a eles, marca profundamente a cultura do trabalho em seus aspectos relativos ao poder e autoridade e, enquanto tal, relativiza a incorporação dos valores do auto empreendimento e da autogestão (LIMA, 2010, p.193).

Para os trabalhadores, as cooperativas, muitas vezes, são uma empresa como qualquer outra, com o porém de que, nela, inexistem os direitos trabalhistas tradicionalmente associados à carteira de trabalho. Alguns percebem o vínculo com a cooperativa apenas de forma temporária, até arrumarem um emprego melhor. Ou seja, eles estão ali por falta de opção e tem dificuldade de entender que são trabalhadores e patrões ao mesmo tempo. Ocorrem muitos problemas disciplinares, de hierarquia, de divisão tradicional do trabalho e de participação. Com respeito ao último aspecto, muitos trabalhadores pensam que a administração não é problema deles e continuam agindo como empregados. Tais fatores dificultam, sobremaneira, o caráter democrático dos empreendimentos. Ainda, a aceitação de novos membros gera o problema de que esses não participaram das lutas iniciais da cooperativa. A contratação de assalariados gera um dualismo, resultando em “associados que enfrentam o dilema de serem os patrões e, ao mesmo tempo, terem menos direitos que seus colegas assalariados protegidos, em certa medida, pela legislação trabalhista” (LIMA, 2004, p.57).

Tais circunstâncias, somadas a carência de uma educação integrada aos princípios do cooperativismo, dificultam a adesão ao associativismo, que não é concebido do ponto de vista da autonomia e da democracia do trabalho. Nesse quadro, muitas vezes, os trabalhadores não se percebem nem como autônomos nem como proprietários, mas sim como sujeitos sem direitos.

São muitas as dificuldades enfrentadas pelas cooperativas, dentre essas: dependência de apoio externo (como isenção de impostos pelo Estado); risco de contratação de assalariados; desconfiguração do caráter igualitário; equipamentos tecnológicos obsoletos; falta de capital de giro; insatisfação frente aos ganhos; dificuldade de mercado para os seus produtos, entre outros aspectos (LIMA, 2006).

Apesar dos empecilhos ao desenvolvimento das iniciativas solidárias faz-se pertinente conceber o papel do associativismo como alternativa coletivista, em oposição às saídas econômicas e sociais individualistas. Em oposição ao “solidarismo”, as soluções individualizadas se expressam, sobretudo, nos princípios do empreendedorismo, conforme analisado a seguir.

Empreendedorismo: saída individual aos dilemas coletivos

A ideia de empreendedorismo ganha expressão com as obras de Richard Cantillon (1680-1734) e Jean-Baptiste-Say (1767-1832). Eles definiam os empreendedores como empresários capazes de correr riscos e de buscar vantagens com as incertezas econômicas. Apesar da relevância desses autores, para a definição de empreendedorismo, é com Joseph Schumpeter (1883-1950) que a expressão estará, fundamentalmente, associação à inovação e criação, sendo considerados empreendedores aqueles indivíduos que promovem “novas combinações”, gerando novos produtos e empreendimentos.

A ideia de empreendedorismo, submetida a uma interpretação renovada, é retomada, sobretudo, a partir da crise da sociedade salarial (CASTEL, 1998), que se desenha por volta dos anos 1970. A noção será mobilizada como uma das principais receitas para superação da estagnação, do desemprego e da exclusão social.

Associa-se o empreendedorismo à construção de uma nova subjetividade. Para além dos empresários *stricto sensu*, tais ideais passam a ser críveis e disponíveis para todos os indivíduos. A literatura gestorial e aqueles que a acionam, da parte do governo, da empresa ou da sociedade civil, prometem a edificação de uma sociedade de indivíduos empreendedores. Concebe-se que, por essa via, a sociedade caminharia em direção ao progresso econômico e social.

Simultâneo às transformações na produção, alteram-se as percepções e os valores associados ao trabalho. O neoliberalismo recolocou “a ação individual como única possibilidade emancipadora e a perspectiva coletiva como burocrática, autoritária e ultrapassada” (Lima, 2010, p. 160). Esse novo horizonte abre caminho para uma

cultura marcada pelos valores do capitalismo flexível, associados às ambições dos empreendedores: risco; liderança; inovação; competência; ousadia, entre outros ideais.

O empreendedorismo emerge como o “novo espírito” do capitalismo (BOLTANSKI; CHIAPELLO, 2009). Possivelmente, uma nova forma de representar simbolicamente a mesma materialidade dominante na sociedade moderna. Como visão de mundo, o empreendedorismo transcende o âmbito dos negócios para inserirem-se nas mais diferentes esferas da vida, como ocorre no campo da educação. Pretende-se que o empreendedor seja uma forma de ser válida para todas as atividades (Dolabela, 2003). Assim, a escola deve preparar os indivíduos para que sejam capazes de “auto produzir sua existência pela criação de seu próprio posto de trabalho ou dinamizar as empresas/ organizações por meio de seus atributos de portador de um perfil empreendedor” (COAN, 2011, p.456).

Nessa gramática discursiva considera-se que não se pode mais educar para um emprego com estabilidade, pois esse já não está mais disponível ou está em vias de extinção. O empreendedorismo se expressa como saída para o desemprego, como paradigma de desenvolvimento social e como modelo de conduta. Enquanto expressão de subjetividade e de sociabilidade, ele enseja uma cultura baseada no individualismo e na competição. O discurso empresarial tem apelado para as mídias, escolas e espaços de entretenimento como meio de fortalecer esses ideais privados de projeção de sucesso.

Os louvores gestoriais recentes emergem como agenda política de perfil, sobretudo, neoliberal. As teorias dos *managements* têm proposto sínteses que traduzem a realidade para o público, com grande capacidade de convencimento. Enquanto isso, outras perspectivas econômicas e sociais são negligenciadas. O discurso gestorial é, também, uma mercadoria. Hoje em dia ele tem valorizado muito o mote da ética nos negócios (BOLTANSKI; CHIAPELLO; 2009). Dito de outro modo: há uma pauta corporativa que destaca os valores democráticos, a autonomia e a liberdade, embora isso nem sempre se verifique na prática.

Do ponto de vista do empreendedorismo todos devem investir em si mesmo, mediante o auto-empresariamento, assim, as “estratégias individuais de sobrevivência no emprego substituem as coletivas por conquistas para toda a categoria” (LIMA, 2010, p.168).

No âmbito teórico e político, a noção de empreendedorismo contrapõe-se a de empreendimento autogestionário. Em termos de fundamentos epistêmicos situam-se a autogestão na esfera do coletivismo e o empreendedorismo no plano do individualismo liberal.

Para o liberalismo clássico, o mundo humano estava constituído de átomos individuais com certas paixões e necessidades, cada um procurando acima de tudo aumentar ao máximo suas satisfações e diminuir seus desprazeres, nisto igual a todos os outros, e naturalmente não reconhecendo limites ou direitos de interferência em suas pretensões... No curso da busca desta vantagem pessoal, cada indivíduo nesta anarquia de competidores iguais achava vantajoso ou inevitável entrar em certos tipos de relações com outros indivíduos, e estes complexos de acordos úteis – constantemente expressos na terminologia francamente comercial de ‘contrato’ – constituía a sociedade e os grupos políticos ou sociais (HOBSBAWN, 1977, p.327).

De modo diferente, o coletivismo tem por base um prisma comunitário:

Os socialistas voltaram à mais antiga de todas as tradições ideológicas humanas: a crença de que o homem é naturalmente um ser comunitário... A ideia smithiana de que o intercâmbio de mercadorias equivalentes no mercado garantia de alguma forma a justiça social lhes chocava como algo incompreensível ou imoral. A maior parte do povo compartilhava este ponto de vista mesmo quando não podia expressá-lo (HOBSBAWN, 1977, p.337).

No contexto das novas formas de organização do trabalho a noção de empreendedorismo tem se referido tanto a ação dos proprietários como a dos trabalhadores. A partir da ideia de empreender em negócios que não seja o seu, quer dizer, como trabalhador empreendedor (o chamado intraempreendedorismo), a concepção de empreendedorismo procura transcender as classes sociais.

Nos últimos anos, o conceito tem recebido uma visibilidade sem precedente. Fala-se na liberdade do empreendedor e na possibilidade que esse tem de ser dono dos próprios tempo e ritmo de trabalho. Na euforia das possíveis vantagens relacionadas a essa categoria escondem-se as precariedades de muitas das atividades laborativas (COAN, 2012), bem como escamoteia-se o fato de que boa parte das iniciativas dizem respeito a um mero “empreendedorismo por necessidade”. Não raro, o trabalho autônomo, informal, a domicílio, por tempo parcial e determinado é classificado sob a alcunha de empreendedorismo.

Associam-se aos empreendedores características, tais como: independência; postura energética; originalidade; habilidade para resolver problemas; aceitação do “dinheiro como medida de desempenho”, entre outros elementos. Tais discursos já não dizem respeito apenas ao âmbito econômico, mas referem-se a um novo indivíduo, quer dizer, a um novo modo de ser, o qual envolve uma determinada visão de mundo e um projeto de sociedade (COAN, 2012). Esse projeto tem como principais fundamentos a competição e a rivalidade entre grupos e indivíduos.

Parte da literatura sobre empreendedorismo assume que empreender, por si mesmo, representa produção e distribuição de riqueza, sendo, portanto, uma estratégia para resolver o problema da desigualdade (DOLABELA, 1999). É como se o lucro, por si mesmo, representasse a possibilidade de distribuição de riquezas, o que ignora a efetiva apropriação heterogênea dos resultados desses empreendimentos.

A expansão desse campo ideológico tem se expressado através de publicações, conferências, eventos, periódicos e revistas, bem como por meio de políticas públicas.

O empreendedorismo está associado, de diversas maneiras, aos seguintes aspectos: 1) crise da sociedade do trabalho; 2) individualismo; 3) Terceira via; 4) neoliberalismo. Da mesma forma, observam-se que existem vários desdobramentos relacionados às possibilidades de ser empreendedor: 1) autoemprego (trabalho autônomo); 2) empreendedorismo comunitário; 3) intraempreendedorismo (empregado empreendedor).

Os limites do empreendedorismo, como conceito, fazem dessa categoria a miríade de um idealismo fraco em termos epistêmicos, quer dizer, no que tange a sua capacidade de explicar e, por corolário, de resolver problemas sociais.

A dimensão perversa do empreendedorismo fica por conta das considerações de que cada um emerge como projeto de si mesmo (BARBOSA, 2011). Nesse repertório argumentativo, com frequência, a ausência de emprego e de oportunidades resulta de uma falta de habilidade individual para escolher as qualificações certas, requeridas pelas empresas, como se a qualificação garantisse o próprio emprego, o que tem, sistematicamente, se demonstrado um engodo (ANTUNES, 2011; POCHMANN, 2014).

Weber (2004) identificou o sistema de valores como importante para entender o comportamento empreendedor, trazendo a importância da análise subjetiva. Por meio do empreendedorismo a racionalidade da empresa (cálculo previsível e quantificável; eficácia; desempenho; rendimento) dissemina-se para todas as esferas da vida, inclusive, para os recantos mais íntimos das vivências individuais.

A ideologia do empreendedorismo acaba por representar a empresa como se fosse uma comunidade. Para a “ideologia dos recursos humanos” (GORZ, 2003) todos – trabalhadores, gestores e patrões – são iguais, do ponto de vista da ação empreendedora. A imagem da empresa como espaço de aperfeiçoamento pessoal dos empregados arrefece os conflitos. “De fato, essa descrição de um trabalhador de tipo novo reflete, não uma realidade, mas ‘uma mudança de paradigma’” (GORZ, 2003, p.70). O novo tipo refere-se ao “trabalhador empreendedor”, o qual vem a ser uma, quase mágica, invenção empresarial recente.

A ideia de “trabalhador empreendedor” compõe o cálculo instrumental da empresa. Ela favorece a corrida por objetivos individuais em detrimento dos objetivos comuns, fragilizando os engajamentos coletivos. Os resultados obtidos são concebidos como resultado de esforços individuais. A ausência de direitos que, muitas vezes, significa ser um “trabalhador empreendedor” é secundarizada por essa ideologia, a qual sustenta que o empreendedor é responsável pela própria “permanência num mercado de contínua transformação” (LIMA, 2010, p.160).

Os trabalhadores são incentivados a construir uma “identidade de rede”; tipo de coletivo efêmero, mas que remete a uma mobilidade voluntária. Nessa forma de identidade a noção de “precariedade” pode

adquirir uma conotação positiva: uma espécie de “precariedade identificante”, isto é, uma conduta de exploração incessante de um meio profissional, por meio de experiências curtas, mas cada vez mais enriquecedoras... Trata-se de uma forma identitária similar à dos atores (DUBAR, 2009, p.152).

Um tipo de identidade sincronizada com os valores do empreendedorismo. Assim, formas anteriores de identificação com coletivos e papéis se tornaram problemáticas.

As identidades “tayloriana”, “de ofício”, “de classe”, “de empresa” são desvalorizadas, desestabilizadas em crise de não-reconhecimento. Todos os “nós” anteriores, marcados pelo “comunitário” e que tinham permitido identificações coletivas, modos de socialização do “eu” pela integração definitiva a esses coletivos, são suspeitos, desvalorizados, desestruturados... supõe um indivíduo racional e autônomo que gera suas formações e seus períodos de trabalho segundo uma lógica empresarial de “maximização de si” (DUBAR, 2009, p.153).

Essa identidade de rede é “individualista” e “incerta”. Esta “voltada para a ‘realização de si mesmo’, para o desabrochar pessoal, num contexto de forte competição, coloca os indivíduos na obrigação de enfrentar a incerteza e, cada vez com mais frequência, a ‘precariedade’ tentando dar-lhe um sentido” (DUBAR, 2009, p.153).

Se o resultado de trinta anos de crise do emprego, de transformação do trabalho no sentido da responsabilidade individual, da valorização da competência pessoal e da “empregabilidade de cada um” foi fazer desta última forma identitária a única desejável no futuro, a única suscetível de reconhecimento temporário, a única a propor à geração nova, então entramos numa crise identitária permanente. Cada um deverá, no futuro, “vender-se”, por algum tempo, a um empregador ou “tentar a sorte” numa criação de empresa incerta? (Idem, 2009, p.153).

O debate sobre empreendedorismo, assim como o da empregabilidade, do ponto de vista do trabalhador, assemelha-se com a teoria neoclássica do capital humano. Para

essa, o assalariado é administrador do próprio capital. Os seus investimentos definem a oferta de trabalho, que encontra a demanda das empresas em um mercado concebido conforme o modelo da concorrência. Nesse caso, as desigualdades salariais deveriam se explicar pelas diferenças de níveis de investimentos. Por conseguinte, o argumento ignora as desigualdades de gênero, étnicas, rurais e urbanas, bem como antiguidade na empresa, organização coletiva e demais dimensões que segmentam o mercado de trabalho (DUBAR, 2009).

Com isso, recupera-se a matriz liberal a que pertence às perspectivas vinculadas à ideia de intraempreendedorismo, a qual difere, sobre medida, das orientações coletivistas, associadas à economia solidária anteriormente referida.

As iniciativas utilitaristas relacionadas ao empreendedorismo, como prática e como projeto, estão em oposição às ideias coletivistas, em particular, como antítese dos propósitos associadas a uma perspectiva autêntica de autogestão. Nos últimos anos, quando comparado à economia solidária, o empreendedorismo tem vencido as disputas práticas e ideológicas. Todavia, se essa é uma perspectivamente hegemônica, ela não é a única. Outras iniciativas têm surgido para além da via individualista, como bem evidenciou a análise, aqui realizada, a partir da economia solidária.

Considerações finais

A economia solidária não é, necessariamente, uma luta para abolir a propriedade privada ou ação direta contra o patrão. A intenção imediata desses empreendimentos não é a construção de um novo modo de produção, mas sim a possibilidade de geração de trabalho e renda em um contexto de crise da sociedade salarial, gerador de desemprego e de desigualdades sociais.

A economia solidária significa um percurso no sentido de uma nova economia e um novo projeto de sociedade. Todavia, faz-se difícil a permanência de princípios solidários “numa sociedade não solidária, o que exige, de forma permanente, um renovar de energias na crença das possibilidades efetivas de construção de uma nova forma de produzir e viver” (LIMA, 2006, p.109).

Isso se torna ainda mais veemente quando se considera que o associativismo tem sido um recurso de fachada. Em muitos desses casos atribui-se o nome de economia solidária para ações que, efetivamente, representam a precarização do trabalho.

O associativismo diz respeito à outra forma de sociabilidade, diferente daquela baseada nos valores individualistas. Propõe-se a construir uma sociabilidade que vai além de um modelo de desenvolvimento baseado no acúmulo de riquezas, representando, assim, uma experiência contra hegemônica (SANTOS, 2002). Trata-se de formas alternativas de organização da economia, que estão orientadas por determinações sociais, igualitárias, solidárias e ecológicas, mais comunitárias e sustentáveis do que as versões capitalistas da organização do trabalho e da produção.

Não obstante, sob o nome de economia solidária ou empreendedorismo social tem se ocultado as mazelas da precarização do trabalho. De modo geral, nas cadeias de produção, as grandes empresas reduzem trabalho para aumentar o número de empregados nos pequenos estabelecimentos, nos quais se paga menores salários e as condições de trabalho são inferiores, mais vulneráveis.

Apesar dos limites e debilidades que apresenta a economia solidária ela indica que existe algo além do horizonte do empreendedorismo. Em certa medida, ela aponta para a possibilidade de se superar assimetrias sociais e vislumbrar uma sociedade menos heterogênea do ponto de vista econômico.

Desse prisma, questiona-se a generalização do conceito de empreendedor. Por representar uma alternativa, não somente diferente, mas, sobretudo, oposta ao individualismo econômico, considera-se prudente evitar a associação entre as noções de empreendedorismo e de economia solidária, posto que cada uma dessas perspectivas diz respeito a paradigmas econômicos e societários distintos.

Referências Bibliográficas

- BARBOSA, Attila Magno e Silva. O empreendedor de si mesmo e a flexibilização no mundo do trabalho. *Rev. Sociol. Polit.* Curitiba, v.19, n.38, p.121-140, fev.2011.
- BOLTANSKI, Luc; CHIAPELLO, Éve. *O novo espírito do capitalismo*. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2009.
- CANTILLON, Richard. *Ensaio sobre a natureza do comércio em geral*. Curitiba: Segesta, 2002.
- CASTEL, Robert. *As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.
- COAN, Marival. Educação para o empreendedorismo como estratégia para formar um trabalhador de novo tipo. In: *IX ANPED Sul*, 2012.

DUBAR, Claude. *A crise das identidades: A interpretação de uma mutação*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2009.

FARIA, J.H. *Relações de Poder e Formas de Gestão*. Curitiba; *Criar Edições/ FAE*, 1985.

GUIMARÃES; Valesca; KOROUSE, Aline; CORRÊA, Fernanda Zanin. Empreendimentos autogeridos em Santa Catarina: uma alternativa democrática à produção. In: PICCININI, Valmiria et al. (Orgs.). *O mosaico do trabalho na sociedade contemporânea: persistências e inovações*. Porto Alegre: editora da UFRGS, 2006.

HOBBSAWM, Eric J. *A era das revoluções: Europa 1789-1848*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

LIMA, Jacob Carlos. O trabalho autogestionário em cooperativas de produção: o paradigma revisitado. *Rev. bras. Ci. Soc.*, Out 2004, vol.19, no.56, p.45-62.

LIMA, Jacob Carlos. Participação, empreendedorismo e autogestão: uma nova cultura do trabalho? *Sociologias*, Porto Alegre, ano 12, nº 25, set./dez. 2010, p.158-198.

PAULUCCI, Maria Alejandra. *Novos olhares: de trabalhadores assalariados a trabalhadores cooperados. Um estudo sobre a caminhada de luta dos trabalhadores das empresas recuperadas do Brasil*. UFSC, 2014.

POLANYI, Karl. *A grande transformação - as origens de nossa época*. Rio de Janeiro: Campus LTDA, 1980.

SANTOS, Boaventura. *A globalização e as ciências sociais*. SP: Cortez, 2002.

SCHUMPETER, Joseph Alois. *Teoria do desenvolvimento econômico: Uma investigação sobre lucros, capital, crédito, juro e o ciclo econômico*. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

SINGER, Paul. *Uma utopia militante: repensando o socialismo*. Petrópolis: Vozes, 1998.

SAY, Jean-Baptiste. *Tratado de economia política*. São Paulo: Abril cultural, 1983.

WEBER, Max. **A ética protestante e o espírito do capitalismo**. São Paulo: Cia das Letras, 2004.

O ensino híbrido: processo de ensino mediado por ferramentas tecnológicas

Emílio Bertholdo Neto¹

Resumo: As universidades têm encontrado um novo perfil de aluno ocupando suas cadeiras, definido como membros da Geração Y. Esta geração é constituída, de acordo com alguns autores, por indivíduos nascidos aproximadamente entre os anos de 1980 e 2000 e possuem perfil mais questionador, com rápido acesso à informação devido aos grandes avanços tecnológicos e relacionamentos pautados no ambiente virtual. Considerando tais fatores, as metodologias tradicionais de ensino-aprendizagem demonstram-se pouco efetivas para ensinar os membros dessa geração em comparação com os membros de gerações passadas. Este estudo visa entender algumas questões acerca da metodologia de ensino híbrido, conhecida também como *blended learning*. Tal metodologia é caracterizada pela união entre ensino presencial, por meio de projetos e resolução de problemas, e estudo on-line, alterando a dinâmica professor-aluno, onde o professor assume o papel de mediador do conhecimento, e não o de portador, como é caracterizado no ensino tradicional.

Palavras-chave: Ensino Híbrido. Geração Y. Desenvolvimento Docente. Cibercultura.

¹ Emílio Bertholdo Neto - é arquiteto, urbanista e especialista em metodologia e práticas educacionais e mestrando no PPG em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Presbiteriana Mackenzie. Sua pesquisa faz conexões entre as áreas de urbanismo, gestão urbana e territorial, ferramentas inovadoras de gestão, tecnologias aplicadas a cidades e inteligência territorial. Tem experiência com projetos na área de arquitetura, projetos urbanos e docência, atuando principalmente nos seguintes temas: arquitetura, urbanismo, análise de projetos, tecnologia.

Abstract: Universities have been facing a new student profile occupying their college chairs, defined as members of Generation Y. This generation has been formed, according to some authors, by individuals born approximately between the years 1980 and 2000 showing a more questing profile, quick access to information due to technological breakthroughs and guided relationships in the virtual environment. Considering these factors, the traditional methods of teaching and learning is not very effective reaching the members of this generation in comparison to the members of past generations. This study aims to understand some questions about the hybrid teaching methodology, also known as blended learning. This methodology is characterized by the union of classroom teaching through projects and problem solving, and study mediated on online environment, changing the teacher-student dynamic where the teacher assumes the role of mediator of knowledge, not the carrier, as it is featured in traditional teaching.

Keywords: Blended Learning. Generation Y. Teaching Development. Ciberculture.

Geração Y e a sala de aula na Cibercultura

O presente tópico disserta sobre o perfil dos membros da geração Y, a mudança no comportamento destes quando comparados com as gerações anteriores, a facilidade de acesso à informação e ao conteúdo em que esses indivíduos encontram-se online e compartilhando informações em tempo real, gerando modos virtualizados relacionamento, comuns aos membros dessa geração.

Segundo o dicionário Houaiss (2010, p.388) o termo geração é definido como: “espaço de tempo que separa cada grau de filiação”. Uma geração pode estar compreendida em períodos de tempo de até 25 anos. Alguns autores classificam como componentes da geração y os indivíduos nascidos entre 1980 e 2000, embora alguns autores ainda incluam indivíduos nascidos no final da década de 70.

Os jovens dessa geração participaram do surgimento e implantação da internet. Muitos vivenciaram sua consolidação, outros a encontraram já consolidada. Estes jovens são imigrantes dessas tecnologias acompanhando o ritmo intenso de atualizações tecnológicas e acesso a informação.

Mudanças constantes formaram uma geração com um perfil bem característico. No livro “Geração Y: O Nascimento de Uma Nova Versão de Líderes” (OLIVEIRA 2010), o autor descreve os jovens dessa geração como flexíveis, criativos e questionadores, mas que necessitam de reconhecimento por tudo o que desempenham. Estes jovens são curiosos, têm pressa em conseguir o que almejam, sabem onde buscar a informação e tem facilidade em consegui-la, segundo trecho de Periscinoto (2008) extraído do site *callcenter.inf.br*:

O acesso fácil às informações, trazido pela internet, temperou o caldo de cultura. O resultado é que, para extrair ao máximo as potencialidades dessa talentosa geração, é necessário abrir-se ao diálogo. Fazê-los entender é muito mais produtor do que simplesmente mandar. Para essa geração, a hierarquia não é um argumento-fim. Sem contar a falta de formalidade desses jovens, cuja educação sempre privilegiou a individualidade – e suas manifestações.

Como é possível analisar na passagem acima, trata-se de jovens que foram criados em um ambiente familiar onde a hierarquia familiar cedeu lugar ao diálogo. É mais produtivo levá-los a pensar sobre tal assunto, do que prover o conhecimento pronto.

Silva e Trevisol (2012, p.8) consideram essa geração como a “de autoestima mais elevada de todos os tempos”. Estes jovens são ativos na apropriação do saber e imediatistas, acreditam que tudo acontece, ou deveria acontecer, na velocidade da internet, vivem na

cultura da tecnologia, das relações virtualizadas, são os jovens da “cibercultura” (LEVY, 1999).

As constantes atualizações tecnológicas e a grande influência cultural na sociedade da segunda metade do século XX até o momento têm causado uma virtualização das relações. Segundo Levy (1996, p.5) entende-se virtualização como:

A palavra vem do latim medieval *virtualis*, derivado por sua vez de *virtus*, força, potência. Na filosofia escolástica, é virtual o que existe em potência e não em ato. O virtual tende a atualizar-se, sem ter passado, no entanto à concretização efetiva ou formal. A árvore está virtualmente presente na semente. Em termos rigorosamente filosóficos, o virtual não se opõe ao real, mas ao atual: virtualidade e atualidade são apenas duas maneiras de ser diferente.

Nesse contexto, o autor não define o virtual como o oposto do real, mas como uma diferente maneira de ser. As interações realizadas no ciberespaço são dotadas de realidade em potencial, onde constituem-se por informações das mais diversas origens, interligadas e com potencial para modificarem a estrutura do pensamento humano.

Santos (2011) define o ciberespaço como um ambiente imaterial constituído por milhões de pessoas interligadas em rede por meio da internet. Logo, as relações criadas nesse espaço não são menos verdadeiras do que as relações praticadas fora do ciberespaço, mas compostas por naturezas e potências diferentes.

Desse modo, pode-se compreender as tecnologias de informação e comunicação (TICs) como elementos de mediação dessas relações virtualizadas.

Baudrillard (1991) afirma que as tecnologias são responsáveis pela liquidação das referências que constituem o mundo que chamamos como real gerando jogos de simulacros e simulações. Harvey (1992), em *Condição Pós-Moderna*, exhibe o conceito de compressão do espaço-tempo, atribuindo uma reinterpretação das distâncias e a quebra de barreiras culturais ocasionadas pela tecnologia, caracterizada nesse contexto como elemento agenciador da virtualização territorial.

Pode-se considerar as TICs como elementos que estruturam um novo modo de vivência e que sustentam conceitos como a “cibercultura” (LEVY,1999), o qual, segundo o autor, tem alterado as relações sociais e, mais amplamente, as relações pedagógicas, que, influenciada por tais mudanças, busca se reinventar.

Será necessário, portanto, buscar encontrar soluções que utilizem técnicas capazes de ampliar o esforço pedagógico dos professores e dos formadores. Audiovisual, “multimídia” interativa, ensino assistido por computador, televisão educativa, cabo, técnicas clássicas de ensino a distância [...] (LEVY, 1999, p.169).

Diferentes métodos têm surgido para tornar a sala de aula mais dinâmica, tecnologias têm se aliado ao quadro negro e ao giz para diversificar os modos de apresentação dos conteúdos e atingir mais efetivamente esses alunos imediatistas por natureza. Nesse momento, o papel do professor se renova, tanto pelo ensino à distância (EaD) quanto pela nova mediação do conhecimento possível por causa da tecnologia.

O EaD explora técnicas de ensino-aprendizagem mediadas pela tecnologia, incluindo as hipermídias, as redes de comunicação interativa que compõem a cibercultura. Mas o essencial se encontra em um novo estilo de ensino, que favorece ao mesmo tempo a aprendizagem personalizada e coletiva em rede.

De acordo com o exposto por Levy (1999 p. 158):

Mas o essencial se encontra em um novo estilo de pedagogia, que favorece ao mesmo tempo as aprendizagens personalizadas e a aprendizagem coletiva em rede. Nesse contexto, o professor é incentivado a tornar-se um animador da inteligência coletiva de seus grupos de alunos em vez de um fornecedor direto de conhecimentos.

Como é possível ver no trecho acima, extraído do livro de “Cibercultura”, Levy (1999) deixa claro as novas funções do professor na cultura da tecnologia, onde o professor não é o portador do conhecimento. Na cibercultura, o conhecimento pode ser encontrado facilmente na rede. Nesse contexto, o professor é um elemento mediador entre conhecimento e aluno. Ou seja, sua função passou a ser um instigador da inteligência coletiva.

O professor, em meio ao processo de mediação, torna-se o elemento norteador do aluno, guiando-o em direção ao saber. Dewey, em seu livro “Experiência e Educação” (1976), disserta sobre a metodologia reflexiva e a capacidade da educação de tornar o homem um ser independente. Logo, ao professor é atribuída a função de agenciador da emancipação do aluno por meio da apropriação do conhecimento.

Os docentes deixam de ser os principais depositários do conhecimento e passam a ser consultores metodológicos e animadores de grupos de trabalho. Esta estratégia obriga a reformular os objetivos da educação. O desenvolvimento de competências-chave (...) substitui a sólida formação disciplinar até então visada. (LABARCA, 1995 apud BARRETO, 2004, p.14)

Nesse momento cria-se uma ruptura entre o que ocorre tradicionalmente na escola e o que a tecnologia e o novo modo de vida em que essa geração está inserida oferecem. Enquanto o ensino básico ainda prega metodologias tradicionalistas, ao encontrar-se na educação superior, o aluno precisa andar com as próprias pernas sem o auxílio constante

do professor entregando a ele o conhecimento pronto.

A grande questão da cibercultura, tanto no plano de redução dos custos como no do acesso à educação, não é tanto a passagem do “presencial” à “distância”, nem do escrito e do oral tradicionais à “multimídia”. É a transição de uma educação e uma formação estritamente institucionalizadas (a escola, a universidade) para uma situação de troca generalizada de saberes, o ensino da sociedade por ela mesma, de reconhecimento autogerenciado, móvel e contextual das competências. (LEVY, 1999, p.172)

Nesse momento encontra-se uma ruptura com os conceitos da educação tradicional, na qual o aluno é considerado um elemento passivo e receptor do conhecimento, e o professor, o portador de tal conhecimento. Nesse novo contexto, a tecnologia pode ser interpretada como um meio de democratizar a educação e o acesso a uma formação verdadeiramente emancipatória (BELLONI, 2005)

Considerando o cenário educacional, o advento e a integração das TICs fazem surgir uma problemática de como transpor a ruptura entre ensino presencial (tradicional) e o ensino tecnológico (EAD) de um modo a minimizar o choque dos alunos na migração de uma modalidade de ensino para a outra.

O que está surgindo, porém, nas universidades de qualidade é a combinação do ensino on-line à distância com o ensino in loco. Isso significa que o futuro da educação superior não será on-line, mas em rede entre nós de informática, salas de aula e o local onde esteja cada aluno. A comunicação mediada por computadores está se difundindo em todo o mundo, embora apresente uma geografia extremamente irregular [...] (CASTELLS, 1999, p.487).

Na passagem extraída do livro “A sociedade em Rede”, de Manuel Castells (1999), é possível ver uma tendência para a miscigenação das técnicas educacionais. Carmo (1997) discursa a respeito dessas novas abordagens como uma convergência dos “paradigmas” presencial e a distância, que se torna possível por meio dos usos adequados das TICs.

Os autores citados nesse capítulo descrevem a importância das novas tecnologias no cotidiano dos membros dessa nova geração, e entendem que as TICs, aliadas aos métodos de ensino aprendizagem, podem ser ferramentas que simplificam o acesso à informação e alteram a dinâmica em sala de aula.

O ensino híbrido e o professor mediador

O tópico a seguir disserta a respeito da modalidade híbrida de ensino, aliando a tecnologia e o ensino em sala de aula, bem como os novos papéis dos professores para a geração Y, em que estes não são mais os portadores da informação, uma vez que esta se encontra on-line, mas como mediador entre o conhecimento e o aluno, utilizando metodologias que direcionam os alunos a apropriação do conhecimento.

Considerando as tecnologias, diversas instituições de ensino superior fora do Brasil, com destaque para Estados Unidos e Europa, têm aplicado metodologias de ensino aprendizagem que mesclam o ensino em ambientes virtuais, priorizando exemplos teóricos e de discussão, mantendo o ambiente em sala de aula para atividades práticas por meio da aprendizagem baseadas em problemas (*Problem Based Learning*).

Através da internet, instituições de ensino como *Florida Virtual School*, um grupo de escolas públicas do estado da Flórida nos Estados Unidos, tem conseguido educar seus alunos desde o jardim da infância (*Kindergarden*) até o último ano do ensino médio (*12th year*) pela modalidade *Blended Learning*.

Michael Horn (2014), em entrevista ao site *porvir.org*, relatou que algumas instituições, como a citada acima, têm conseguido atender e educar seus alunos com uma abrangência maior do que apenas o estado da Flórida, levando educação a diversas partes do mundo. Considerando uma escala menor, Horn também cita *Quakertown Public Schools* na Pennsylvania, outro exemplo de instituição que adotou o *Blended Learning* como modalidade para educar seus alunos na era digital.

Rovai e Jordan (2004), em seu artigo *Blended Learning and the sense of community* (ensino misto e o senso de comunidade), intitulam o ensino misto como pedra fundamental para a nova escola. O título dado pelos autores demonstra a importância da flexibilidade do modo de ensinar a nova geração, proporcionando, através dessa ferramenta de ensino-aprendizagem, possibilidades de adequar o ensino ao modo de aprender do aluno.

Colis e Moonen (2001) explicam o ensino híbrido como modalidade que mescla, em seus componentes curriculares, ensino tradicional presencial com o ensino mediado pela tecnologia (on-line ou em rede) – onde o ensino on-line se torna, para os autores, uma extensão da sala de aula tradicional, resultando em um currículo mais adaptável as necessidades de aprendizagem do aluno, proporcionando-lhe uma maior oportunidade de buscar o conhecimento e aplicá-lo nas atividades presenciais, evitando perder completamente a presença do professor, tornando a aprendizagem mais robusta e

mantendo-a humanizada.

O professor torna-se mediador do conhecimento e não mais transferidor. O aluno aprende por métodos mais ativos de aprendizagem, em que ele busca o próprio conhecimento, sendo a educação como elemento emancipador do indivíduo como vemos em Santos (2010, p. 3):

No campo da educação, as repercussões da emergência desse mundo virtual, proveniente das redes globais de computadores, são bastante óbvias. Sobretudo, se considerarmos que o principal papel da educação reside na preparação do indivíduo para, autonomamente, saber buscar informações e transformá-las no conhecimento de que ele necessita, no momento em que deles necessita e da forma mais criativa possível.

Embora essa modalidade de ensino seja um elemento que une as melhores práticas do ensino presencial e do ensino a distância, onde, possivelmente, os momentos de encontros presenciais supririam as fragilidades do ensino a distância e vice-versa, novas questões emergem dessa problemática: com modos tão diversos de ensinar, como garantir que o ensino seja entregue com qualidade?

Creio que o computador vai substituir o professor. Estou falando, é claro do professor transmissor de conteúdo, parado no tempo, aquele das conhecidas fichas que serviam para todas as turmas, ano após ano, aquele que pensava que, mesmo apresentando as coisas de maneira maçante e tradicional, trazia novidades para as pessoas que não sabiam quase nada. Essa transmissão de dados passará a ser feita pelo computador de um modo muito mais interessante: com recursos de animação, cores e sons; o aluno terá papel ativo, buscando os temas em que deseja se aprofundar. Algo excluído há muito tempo do currículo entrará na escola: a própria vida do estudante. Então caberá a nós reinventar a nossa profissão. (RAMAL, 2000, p.1)

Ramal (2000) deixa claro nesse trecho a necessidade do professor se aprimorar e acompanhar as mudanças advindas da tecnologia. É tarefa das instituições de ensino suportarem a capacitação dos professores, para que acompanhem o avanço da tecnologia, incorporem em suas práticas diárias de ensino e melhor desenvolvam os alunos.

Seja no ambiente virtual ou no presencial, a atualização dos conhecimentos do professor se faz necessária, e, junto com ela, uma mudança de postura de professor detentor para mediador do saber. Com as novas metodologias, o ensino se torna uma troca constante de conhecimento. O docente se torna um guia que leva o aluno a entender a realidade e a adquirir os conhecimentos científicos que lhe interessa, fazendo com que o ensino se torne centrado no aluno.

Os professores aprendem ao mesmo tempo que os estudantes e atualizam continuamente tanto seus saberes “disciplinares” como suas competências pedagógicas. (A formação contínua dos professores é uma das aplicações mais evidentes dos métodos de aprendizagem aberta e à distância). (LEVY,1999 p.157)

Nesse contexto, o aluno torna-se o produtor de seu conhecimento, mas, com um fluxo intenso de informação à sua disposição, é necessário aprender como gerenciar tal conhecimento. Nesse processo, o professor assume a responsabilidade de incitar o aluno a se desenvolver e procurar o conhecimento de que precisa para alcançar tal solução.

Seja como objeto de investigação teórica ou de preocupação empírica, desvendar os processos de ensino aprendizagem no meio virtual é crucial para a investigação de uma nova escola, baseada em uma nova organização do trabalho pedagógico, suscetível a possibilitar o entorno educativo necessário para que a sala de aula possa continuar, de forma renovada, a cumprir sua missão. (SANTOS, 2010, p.3)

Como é possível ver no texto de Santos (2010), é necessário que se investigue novas formas de renovação da sala de aula. O professor precisa de uma liberdade para a escolha de seu próprio material, a fim de formular atividades condizentes com o conhecimento ao qual deseja direcionar seus alunos de forma eficiente. Para que a mediação entre conhecimento e tecnologia aconteça de forma eficaz, o professor necessita estar completamente “à vontade” com o material.

É muito comum vermos situações de ensino-aprendizagem inovadoras, calcadas na virtualidade, empregando materiais didáticos tradicionais, o que desvirtua, sem trocadilhos, as relações educativas almejadas ou alardeadas. O desenvolvimento de materiais didáticos para a sala de aula virtual – objetos de aprendizagem, conteúdos digitais, hiperdocumentos, *sites*, educativos, *blogs* etc. – constitui, portanto, uma necessidade fundamental para subsidiar o trabalho docente em situações de exploração pedagógica das NTCIE². (SANTOS, 2010, p.9)

Como Santos (2010) afirma, é necessário que os materiais sejam repensados para que se incorporem às novas mídias. Utilizar materiais tradicionais que não fazem interface com as novas tecnologias da informação e comunicação, por sua vez, torna-se monótono e maçante, não cumprindo sua função de instigar o aluno a pesquisar e adquirir novos conhecimentos.

A sala de aula para essas novas modalidades precisa estar em sincronia com as novas tecnologias O ambiente virtual precisa ser acolhedor e proporcionar o diálogo,

² NTCIE: Novas Tecnologias de Informação, Comunicação e Expressão

integrando o aluno aos seus pares independentemente de seu posicionamento geográfico, uma vez que, devido à quebra de barreiras espaciais proporcionadas pelas TICS (HARVEY,1992), a sala de aula virtual será “geograficamente dispersa”, como descreve o fragmento abaixo:

Em consequência, os novos papéis docentes na sala de aula virtual são, sobretudo, aqueles relacionados com a gestão de situações educativas virtuais, descentralizados, geograficamente dispersas, sem a perda dos fios condutores, os quais devem conduzir os alunos à conclusão das interações e à realização dos objetivos de aprendizagem previstos, fazendo com que se sintam conectados e em permanente atividade de trabalho. (SANTOS, 2010, p.11)

Conforme descrito por SANTOS (2010), nos novos modelos de educação, é incumbido ao professor a responsabilidade de gerir seus alunos, através da sala de aula virtual e das tecnologias de comunicação. Cabe-lhe não mais ensinar seus alunos sobre conceitos científicos, mas conectá-los a seus pares e ao mundo, manter a informação fluindo entre todos os envolvidos e incitando-os a buscar o conhecimento. O professor torna-se, nesse novo cenário, um mentor de seus alunos, fazendo-os refletir e se dando-lhes elementos para se emanciparem por intermédio da educação, tornando-se indivíduos produtores de seu próprio conhecimento.

O tópico demonstra os benefícios do ensino híbrido enquanto modalidade capaz de instruir o aluno, para que, de forma autônoma, ele mesmo adquira os conhecimentos necessários para o desenvolvimento de tal tarefa ou competência. Ao aliar as TICS, torna-se possível criar um ambiente de ensino geograficamente disperso; no entanto, mostra-se necessário que o professor receba treinamento adequado e tenha liberdade de escolher com quais conteúdos sente-se à vontade, para que seja possível atuar como mediador, direcionando seus alunos de forma correta e eficiente para a apropriação do saber.

Considerações Finais

O objetivo da pesquisa foi entender a influência da tecnologia na sala de aula do século XXI. Conforme os estudos deste artigo, foi entendido que os membros da geração Y não lidam com a hierarquia da mesma forma que a geração anterior. Estes indivíduos foram acostumados, como vemos no texto de Oliveira (2010), a questionar; logo, o debate é algo mais efetivo no processo de ensino aprendizagem do que a transmissão de conteúdo de modo expositivo como ocorria na sala de aula tradicional.

O avanço da TICS tem alterado o modo como os indivíduos se relacionam cotidianamente, criando o que Levy (1999) denominou cibercultura. Esta, por sua vez, gerou novos modos de comunicação e diferentes formas de mediar relações, que se encontram arraigados na formação dos jovens, tornando-se um elemento intrínseco e de alta relevância na formação.

Diante dessas novas influências e do perfil dos alunos que têm alcançado o nível superior, é possível compreender a possibilidade de desenvolver formas mais eficientes e atrativas para esse aluno -- mais questionador e com recursos de acesso à informação praticamente ilimitados, criando um ambiente pautado nas discussões e na liberdade de aprendizado, guiando o aluno em direção ao conhecimento, em vez de impor-lhe tal conhecimento.

Nesse novo contexto, os professores, enquanto mediadores da relação aluno-aprendizagem, precisam ser preparados para os novos modos de ensinar. Nesse cenário, a atualização e o desenvolvimento docente mostram-se cruciais para o bom desempenho dos alunos e para que o processo de ensino- aprendizagem ocorra com qualidade.

A pesquisa demonstra a importância da tecnologia como elemento fundamental para os indivíduos no século XXI. Tais tecnologias permeiam todos os âmbitos da vida desses membros, alterando o modo de se relacionarem com outros indivíduos, noções de espaço-tempo, acesso a informação etc., trazendo uma característica imediatista, que não pode ser ignorada, e que tem capacidade de beneficiar a vida acadêmica com práticas mais eficazes e direcionadas para os indivíduos da geração Y.

Nessa nova modalidade de ensino, que alia tecnologia a encontros presenciais (Ensino Híbrido), o tempo de aula não mais é definido como no método tradicional. Os alunos podem acessar conteúdo, participar de grupos de discussão e resolver problemas ou treinar habilidades importantes ao seu aprendizado de qualquer lugar, a qualquer momento, desfrutando de uma experiência de aprendizagem intensiva e autônoma.

A pesquisa permite compreender que a cultura digital beneficia a sala de aula e a aprendizagem dos alunos, mostrando que a integração entre aluno e tecnologia proporciona experiências mais vívidas e próximas de sua realidade. Ao aliar a sala de aula virtual, redes sociais, formas de comunicação interpessoal e acesso a informação e grupos de discussão independentemente de sua localização geográfica, o resultado consiste em uma experiência de aprendizagem emancipadora e contínua.

Referências

ALFRED, P. Rovai e HOPE, M. Jordan. **Blended Learning and Sense of Community: A comparative analysis with traditional and fully online graduate courses**, IRRODL (The International Review Of Research in Open and Distributed Learning), Athabasca University, Disponível em <http://www.irrodl.org/index.php/irrodl/article/view/192/274>, Ago-2004. acessado em 10/07/2015 as 11:00.

BARRETO, Raquel Goulart. Tecnologia e Educação: Trabalho e Formação Docente, Educ. Soc., Campinas, vol. 25, n. 89, p. 1181-1201, Set./Dez. 2004, Disponível em <<http://www.cedes.unicamp.br>>.

BELLONI, Maria Luiza. Educação a Distância e Inovação Tecnológica, Trabalho, Educação e Saúde, v. 3 n. 1, p. 187-198, 2005.

BOROCHOVICIUS, Eli e TORTELLA, Jussara Cristina Barboza. Aprendizagem Baseada em Problemas: Um Método de Ensino-Aprendizagem e suas Práticas Educativas, Ensaio: aval. pol. públ. Educ., Rio de Janeiro, v.22, n. 83, p. 263-294, abr./jun. 2014

CARVALHO, Joana. Ensino-Aprendizagem do PLE em Modalidade Híbrida, Revista Animação e Educação, Fevereiro de 2010

CASTELLS, Manuel. A Sociedade em Rede volume 1, Trad. Roneide Venâncio Majer colaboração Klauss Brandini Gerhardt, 8ª edição revista e ampliada, São Paulo: editora Paz e Terra, 1999.

DEWEY, John. Experiência e Educação, Trad. Anísio Teixeira, 2ª ed. São Paulo: Ed. Nacional, 1976.

DIAS, Cláudia Augusto. Hipertexto: Evolução Histórica e Efeitos Sociais, Ci. Inf., Brasília, v. 28, n. 3, p. 269-277, set./dez. 1999.

ENGELMANN, Deise Cristina. O Futuro da Gestão de Pessoas: Como Lidaremos com a Geração Y?, Disponível em <http://www.rh.com.br/Portal/Mudanca/Artigo/4696/o-futuro-da-gestao-de-pessoas-como-lidaremos-com-a-geracao-y.html#> acessado em 13/07/2-15 15:28.

HARVEY, David. Condição pós Moderna, trad. Adail Ubirajara Sobral, 21ª ed., Loyola, 1992

HERRINGTON, J., REEVES, T.C. and OLIVER, R. A Guide to Authentic e-Learning, Routledge, Murdoch University, New York/ 2010, disponível em <http://researchrepository.murdoch.edu.au/1903/1/a_guide_to_authentic_learning.pdf>, acessado em 07/07/2015 as 11:14.

HOUAISS, Antônio. Minidicionário Houaiss, 4ª edição revisada e aumentada, Rio de

Janeiro: Objetiva, 2010.

LÉVY, Pierrrel. *Cibercultura*, Trad. Carlos Irineu da Costa, 1ª edição, 1ª Reimpressão, São Paulo: Editora 34, 1999.

_____. *O Que é o Virtual*, Trad. Paulo Neves, 1ª edição, São Paulo: Editora 34, 1996.

E-book, disponível em <<http://blogmidia8.com/2010/03/dica-literaria-o-que-e-o-virtual-de.html>>, acessado em 13/06/2015 as 09:20

LINS, Dulciane Torres. *Resenha – Geração Y: O Nascimento de Uma Nova Versão de Líderes*. OLIVEIRA, Sidnei. SÃO PAULO: INTEGRARE EDITORA, 2010. Faculdade Instituto Paulista de Ensino, Revista Científica Hermes, 2011.

MORAES, Maria Cândida. *O paradigma educacional emergente: implicações na formação do professor*, Em Aberto, Brasília, nº 70, 57-70, abr/jun. (1996).

MORAN, José Manuel, Filho, MANOEL Araujo Filho e SIDERICOUDES, Odete. *A Ampliação dos Vinte Por Cento a Distância: Estudo de Caso da Faculdade Sumaré – SP*, Maio/ 2015.

MOREIRA, Antonio Flavio Barbosa e KRAMER, Sonia. **Contemporaneidade, Educação e Tecnologia**, Educ. Soc., Campinas, vol. 28, n. 100 - Especial, p. 1037-1057, Disponível em <<http://www.cedes.unicamp.br>>, out. 2007.

MOREIRA, José Antônio Marques e MONTEIRO, Angélica Maria. *O Trabalho Pedagógico em Cenários Presenciais e Virtuais no Ensino Superior*, Revista Educação, Formação & Tecnologia, v.3, p. 82-94, nov. 2010

OLAPIRIYAKUL, Kamolbhan e SCHER, Julian M. *A Guide to Establishing Hybrid Learning Courses: Employing Information Technology to Create a New Learning Experience, and a Case Study*, Department of Information Systems, New Jersey Institute of Technology, University Heights, Newark, New Jersey/ USA, p. 287-301, Accepted 23rd August 2006.

OLIVEIRA, S. *Geração Y: O Nascimento de Uma Nova Versão de Líderes*. 1ª edição, São Paulo: Integrara Editora, 2010.

PERISCINOTO, Alexandra. *Geração Y Chega ao Mercado de Trabalho*, set-2008. disponível em <http://www.callcenter.inf.br/artigos/34038/geracao-y-chega-ao-mercado-de-trabalho/imprimir.aspx>, acessado em 10/07/2015 as 15:45.

PINTO, Suzi Samá, LAURINO, Débora Pereira e LUNARDI, Guilherme Lerch. *Percepção de Graduandos de Diferentes Gerações em Relação à Educação a Distância*, Revista Iberoamericana e Evaluación Educativa, v.6, p. 245-264 out-2013.

RAMAL, Andrea Cecilia. O Professor do Próximo Milênio, In: Revistas Aulas e Cursos, disponível em <http://www.saladeaulainterativa.pro.br/texto_0018.htm>, acessado em 07/07/2015 as 11:35, 2000.

SANTOS, Gilberto Lacerda. Ensinar e Aprender no Meio Virtual: Rompendo Paradigmas, Educação e Pesquisa, São Paulo, v.37,n.2, p. 307-320, mai./ago. 2011.

SILVA, Helena et al. Inclusão Digital e Educação para a Competência Informacional: Uma Questão de Ética e Cidadania, Ci. Inf., Brasília, v. 34, n. 1, p.28-36, jan./abr. 2005.

WEBER, Aline Andrade e SANTOS Edméa Oliveira. Educação Online em Tempos de Mobilidade e Aprendizagem Ubíqua: Desafios Para as Práticas Pedagógicas na Cibercultura, Revista EDaPECI, São Cistovão (SE), v.13, n.2, p.168-183, maio/ agosto 2013

Pós-colonialismo e feminismo decolonial: caminhos para uma compreensão anti-essencialista do mundo

Gabriel de Sena Jardim¹

Cláudio de São Thiago Cavas²

Resumo: O imperialismo e as práticas coloniais monopolizaram todo um sistema de representações, configurando estruturas ideológicas pautadas por uma suposta essência ou natureza, especialmente atribuída às mulheres e à população negra, justificando a opressão e a dominação de gênero e raça. O presente artigo analisa alguns caminhos teóricos para uma compreensão anti-essencialista do mundo: no quadro dos estudos pós-coloniais, a revisão de alguns conceitos propõe uma leitura crítica sobre a continuidade das relações coloniais de dominação e opressão evidenciando a dupla colonização das mulheres. O feminismo decolonial indica um outro caminho possível propondo analisar a opressão de gênero e raça a partir de uma epistemologia de fronteira. Os resultados indicam uma compreensão histórico-sociológica sobre a colonialidade e suas repercussões na contemporaneidade.

Palavras-chave: Pós-colonialismo; Feminismo Decolonial; Epistemologia de Fronteira.

¹ Professor Adjunto do Instituto de Geografia da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (IGEOP/ UERJ). Doutor em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social – Programa EICOS – Instituto de Psicologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro, com estágio realizado na *Université Charles-de-Gaulle – Lille III* (Doutorado Sanduíche com bolsa de estudos do Programa de Cooperação Internacional CAPES/COFECUB). Atualmente membro do Grupo de Pesquisas ‘Laboratório de Imagens: Gênero, Corpo, Espaço, Participação e Desenvolvimento, Migração e Mobilidades Culturais’. E-mail: gabrielsenajardim@gmail.com

²

Abstract: The imperialism and the colonial practices monopolized a whole representation system, setting ideological structures guided by a supposed essence or nature, especially attributed to women and the black population, justifying the oppression and the domination of gender and race. This article examines some theoretical pathways for an anti-essentialist understanding of the world: in the context of post-colonial studies, the review of some concepts proposes a critical reading about the continuity of colonial relations of domination and oppression, showing the double colonization of women; the decolonial feminism indicates an alternative pathway, proposing to analyze the oppression of gender and race from a border thinking perspective. The results indicate a historical-sociological understanding of the colonialism and its impact on the contemporary society.

Keywords: Postcolonialism; Decolonial Feminism; Border Thinking.

Introdução

Os efeitos do colonialismo iniciado no século XV – protagonista da expansão imperial da Era dos Descobrimentos (ou das Grandes Navegações) – ainda não estão suspensos. Os movimentos por libertação trouxeram, em um plano político, a ‘independência’ das antigas colônias que, todavia, não conseguiram transpor o colonialismo enquanto relação social. As lutas por emancipação política tiveram, paradoxalmente, continuidades com a lógica imperialista, perpetuando a dominação e a opressão através de ideais nacionalistas baseados nos discursos da norma, da ordem e do progresso, configurando um enorme mosaico de desigualdades sociais ainda presentes em nosso cotidiano contemporâneo. A colonialidade de tais relações pode ser compreendida a partir das diversas situações de dominação e opressão definidas pelo estabelecimento de fronteiras dicotômicas e hierárquicas – de gênero, orientação sexual, raça/etnia, classe social e localização geográfica, por exemplo.

Essas desigualdades advindas do período colonial perduram até os dias de hoje, como apontam os indicadores socioeconômicos dos órgãos oficiais de pesquisa. As Estatísticas de Gênero, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), apresentam dados relevantes para um entendimento sobre as desigualdades no Brasil. O indicador de rendimento revela que 33,7% das mulheres e 25,7% dos homens recebiam até 1 salário mínimo em 2010. As mulheres apresentam ainda um rendimento médio equivalente a 67,7% dos homens. Os dados são ainda mais expressivos quando analisados sobre a dimensão da raça. As mulheres negras apresentam um rendimento médio correspondente a 35% do rendimento médio dos homens brancos e o equivalente a 52% do rendimento médio das mulheres brancas. Já as mulheres brancas possuíam 67% do rendimento médio dos homens brancos (IBGE, 2010).

Este artigo propõe revisitar alguns dos conceitos estabelecidos em torno da discussão pós-colonial e suas interfaces com os Estudos Culturais e Feministas trazendo uma leitura crítica sobre a continuidade das relações coloniais de dominação e opressão na contemporaneidade. Igualmente serão apresentadas algumas reflexões pontuadas por intelectuais latino-americanos que propõem repensar os efeitos do colonialismo a partir do chamado ‘Sul’ do globo, ideia também compartilhada pelo feminismo decolonial.

Pós-Colonialismo e Feminismo Pós-Colonial: a dupla colonização das mulheres

O período pós-colonial certamente faz referência ao momento histórico posterior ao processo de ‘descolonização’. Todavia, o ‘pós’ dos estudos pós-coloniais (ou pós-colonialismo) não significa cisão ou encerramento absoluto, ruptura linear e cronológica, com o período colonial; ao contrário, o prefixo busca dar sentido à continuidade das relações coloniais de dominação na contemporaneidade (HALL, 2009). O pós-colonialismo se ocupa, tanto em nível teórico como prático, dos problemas das populações desfavorecidas, da atualidade, dos povos marcados pelas experiências de migração forçada, pela dominação, exploração e opressão em sua variedade de formas. Os estudos pós-coloniais configuram um campo epistemológico de abordagens críticas sobre os efeitos da colonização nas culturas e sociedades atuais, um conjunto de contribuições teóricas desenvolvidas especialmente a partir de estudos literários e culturais (SAID, 2007, 2011; HALL, 2009; GILROY, 2001; BHABHA, 1998). Inspirados pelo pós-estruturalismo, desconstrutivismo e pós-modernismo, os teóricos pós-coloniais propõem a dissolução de dicotomias e hierarquizações que enrijecem identidades culturais, evidenciando processos de essencialização e dominação que se constituíram historicamente, desde o período colonial, e mantiveram-se após as lutas por independência (COSTA, 2006). Essa corrente teórica afasta-se do eurocentrismo, dialogando com os estudos culturais e estudos feministas.

Diversas escolas de pensamento vieram a contribuir para o paradigma pós-colonial como os estudos culturais que enfocam a cultura não como a alta cultura das elites sociais, mas como define Ella Shohat, “cultura é tudo que a gente pensa e faz” (MALUF, COSTA, 2001, p. 2). No campo dos estudos culturais, *O Orientalismo* de Edward Said (2007) é considerado uma importante referência para entendermos as dinâmicas envolvidas pelo pós-colonialismo. A obra examina os modos pelos quais o discurso colonial³ operou como instrumento de poder, oferecendo importantes questionamentos sobre o fim

³ A análise do discurso colonial, baseada no pensamento de Michel Foucault, compreende um sistema complexo de signos e práticas que organizam a existência e a reprodução social dentro de relações coloniais de produção. O discurso constitui-se realidade em um sistema de afirmações estabelecidas por grupos sociais dominantes – colonizadores – dentro do qual o mundo pode ser conhecido, determinando a verdade pela imposição de conhecimentos científicos, disciplinas, valores e crenças, sob grupos dominados – colonizados. O discurso colonial passou a ser compreendido dentro de um campo de estudos, de análises críticas, sobre ideias relacionadas à centralidade europeia em relação à marginalidade das colônias, fixando o colonizador e a metrópole como ideais de civilização e desenvolvimento a serem alcançados (ASH-CROFT, B.; GRIFFITHS, G.; TIFFIN, H., 2007).

do imperialismo no contexto contemporâneo. A partir da interpretação filológica de textos literários e relatos de viajantes o autor investiga, com uma abordagem crítica e humanista, como o Ocidente re-criou o Oriente, ou melhor, como o Oriente tornou-se uma invenção a partir da experiência ocidental/européia das distorções sobre a cultura do Outro colonizado.

Fundado em um suposto sistema de conhecimento sobre o Oriente, o orientalismo concretizou-se como disciplina acadêmica que define, narra e orienta o que constitui o Oriente, assumindo *status* de instituição autorizada a discuti-lo e analisá-lo; seja através de descrições sobre a vida e a cultura dos povos orientais; seja ensinando, colonizando ou educando. O *Orientalismo* analisa um conjunto de generalizações históricas que devem ser consideradas sob a dimensão cultural do imperialismo e das práticas coloniais por ele estabelecidas, por meio do qual espaços – territórios e corpos – são mapeados e submetidos ao domínio imperial.

Enquanto ideologia de controle territorial, o imperialismo se justifica na presumida superioridade do homem branco ocidental; no prazer pelo uso do poder, utilizando a força sempre que necessário; no governo baseado na submissão do *outro* e na ‘redentora’ missão civilizadora, termo frequentemente empregado para significar a implementação de uma série de ideologias, políticas e culturais, discriminatórias e preconceituosas, como estratégia de marginalização das colônias e essencialização dos povos colonizados.

O colonialismo, legitimado pela ideologia imperialista, pode ser compreendido como o estabelecimento de colônias em territórios longínquos. A própria lógica colonial estabelece relações de força e poder através de mecanismos binários e dicotômicos de dominação: enquanto uns dominam (Ocidente), outros devem ser dominados (Oriente). Esta lógica não permite que o Oriente seja auto representado, suas possibilidades de representação são realizadas pelo Ocidente onde os subordinados são sempre considerados grupos homogêneos. Esta mesma lógica, como veremos, também se aplica na dicotomia existente entre os eixos Norte e Sul.

O imperialismo e as práticas coloniais, incluindo a ideologia do patriarcado, monopolizaram todo um sistema de representações. O poder de representar é um importante instrumento ideológico que possibilita descrever e controlar o modo como os Outros são percebidos, seja no colonialismo, nas relações assimétricas entre colonizador/colonizado, ou no patriarcalismo, nas relações de gênero. A questão levantada por Gayatri Spivak (2010), *Pode o subalterno falar?*, suscitou o debate, afinal: “Quem pode falar e por quem?”, “Quem escuta?”, “Como nos representamos e como representamos os ‘Ou-

tros’?”. A análise sobre a representação considera o <falar por> e o <re-presentar> como atos de fala em que se pressupõe um falante e um ouvinte, um espaço dialógico interativo. Trata-se de um posicionamento discursivo que nunca é concedido ao sujeito subalterno, sendo privado de qualquer forma de agenciamento, a autora conclui que o subalterno não pode falar.

O controle dos significados da representação – o poder do discurso colonial – aliado aos significados da produção – a força política, econômica e militar – garantiram a hegemonia europeia. A ideologia da raça e a gestão de uma sociedade fundamentada pelo patriarcalismo foi crucial na construção e naturalização de relações desiguais de força e poder. A classificação do que era considerado humano e civilizado excluía os povos indígenas e negros, considerados selvagens, primitivos e hiperssexualizados. A diferenciação, ou produção da diferença, na intersecção de gênero e raça, estabelecida entre homens e mulheres, brancos e negros, e/ou indígenas, legitimava a dominação, a escravidão e a opressão na inferioridade atribuída aos Outros, reforçando ideais racistas e misóginos. A própria configuração do mundo colonial estava baseada na diferença e na sujeição da diferença, não apenas em relação à história e à civilização, mas em seu caráter ‘naturalmente pré-determinado inferior’ – quase sempre assegurado pelo discurso científico – tornando conveniente explorá-lo como recurso para a produção e a extração de riquezas. Teorias tais como a ‘evolução das espécies’ e ideias de que no mundo sobrevive o mais adaptado – a ‘seleção natural’, tal como foram aplicadas pelo Darwinismo Social, fazem parte das doutrinas científicas imperialistas que contribuíram e ainda muito contribuem para o pensamento baseado na diferenciação biológica, no essencialismo e na hierarquização de gênero e raça. Assim, a dominação colonial e a opressão de gênero e raça encontram-se entrelaçadas onde a condição de domínio colonial determina em termos não apenas simbólicos, mas também materiais, a posição de subalternidade desses grupos minoritários.

Mesmo após a independência política das antigas colônias, o ideal de nação, baseado em um único grupo étnico falando o mesmo idioma e compartilhando os mesmos costumes, contrastava radicalmente com a configuração de uma sociedade pluriétnica e heterogênea, apagando diferenças e ocultando desigualdades, especialmente as de gênero e raça, reiterando a mesma lógica essencializante. “Nossas sociedades são compostas não de um, mas de muitos povos. Suas origens não são únicas, mas diversas” (HALL, 2009, p. 30). Nos estudos pós-coloniais, diversos autores têm alertado sobre os riscos do essencialismo associado à ideia de cultura ou identidade nacional, questionando a configuração homogênea e horizontal produzida pela representação de uma “comunidade imaginada”,

termo empregado por Benedict Anderson (1996). A crítica tem se concentrado em mostrar que a nação é fraturada em seu interior, articulada pelas contra-narrativas dos povos que a constituem, marcada pela tensão provocada pelas diferenças culturais que rasuram suas fronteiras totalizadoras (BHABHA, 1998).

O nacionalismo, enquanto ideologia, reiterou os mesmos ideais de desenvolver, modernizar, instruir e civilizar, dando continuidade ao propalado discurso colonial, internalizando essencialismos e hierarquizações baseadas na discriminação de gênero e raça, dentre outras, reconfigurando ‘novos’ regimes segregacionistas. O denominado nacionalismo cultural, herança iluminista baseada na secularização do Estado e no progresso, tendo como centralidade a razão, trouxe graves problemas para a liberdade, cidadania e autonomia social e política nas sociedades pós-coloniais (GILROY, 2001). Assim, reivindicações por reformas sociais na educação, saúde e reorganização da estrutura fundiária, estão ainda na pauta dos movimentos que buscam novas formas de democracia participativa, baseadas em ideais anti-essencialistas e anti-hierárquicos, especialmente no que concerne às assimetrias sociais.

No Brasil, as fronteiras culturais estabelecidas durante a colonização também tiveram continuidades bastante expressivas no período pós-colonial. Os direitos de minorias étnicas e mulheres, por exemplo, fazem ainda parte da luta, em especial no que diz respeito às suas liberdades democráticas. A especificidade do colonialismo no Brasil não se deve apenas ao fato de termos sido sede oficial do Império Português (1815-1822), distribuindo títulos de nobreza e acomodando novas oligarquias; o sociólogo Boaventura de Sousa Santos (2010) indica ainda a configuração de regimes inter-identitários, entre as representações imaginárias de Próspero e Caliban, personagens da peça de Shakespeare *A tempestade*, como metáforas para as figuras e figurações de colonizadores e colonizados. A ambivalência e hibridação colonizador/colonizado, Próspero/Caliban, é uma experiência do colonialismo português: a identidade do colonizador português contém a identidade do outro colonizado por ele enquanto colonizador colonizado por outrem (a Inglaterra). A redundante subcolonização/hipercolonização resultou em uma colonização com foco muito mais colonialista do que capitalista⁴, internalizando nas sociabilidades a dinâmica inter-identitária Próspero/Caliban, colonizador/colono, observada pelo que Roberto

⁴ Boaventura de Sousa Santos (2010) diferencia o modelo colonialista de colonização, a exemplo dos impérios espanhol e português, baseado na pilhagem (transporte de tesouros das colônias para a Europa) e pouco interessado no desenvolvimento, organização ou sistematização da própria colônia; do modelo capitalista de colonização, a exemplo da Inglaterra e, em menor grau da França, que buscavam expandir seus impérios construindo empreendimentos rentáveis, contínuos e duradouros.

DaMatta (1997) descreve como o “jeitinho brasileiro” ou pelo “você sabe com quem está falando?”, proclamando a diferença como ato discursivo de poder sobre o *outro*.

Acredita-se que é nesse sentido que o ‘pós’ do pós-colonialismo significa atravessamento, impregnação ou proliferação de histórias e temporalidades. As relações verticais de poder, estabelecidas entre colonizadores e colonizados, foram descentradas ou deslocadas pela transversalidade das hierarquias de gênero, raça e posição social no interior das sociedades coloniais; um espaço intermédio de sobreposições identitárias e reconfigurações sucessivas de posicionamentos, interpretações e reinscrições (BHABHA, 1988; HALL, 2009).

Nos estudos pós-coloniais, deslizamento e ambivalência propõem negociar maior flexibilidade às identidades culturais, sugerindo um novo lugar de enunciação contrário à noções essencialistas e totalizantes, um esforço no sentido de transpor as fronteiras herdadas pelo colonialismo⁵. O hibridismo cultural se tornou o paradigma para a compreensão da identidade como rizomática, fractal; rejeitando noções baseadas na homogeneidade de culturas idealizadas como autênticas ou originais. A ideia consiste em desconstruir a possibilidade de um lugar único de enunciação, revelando o caráter plural e híbrido de toda construção cultural. Assim, o *inter*, a tradução, a negociação ou o *entre-lugar*, são termos que caracterizam o significado de uma cultura em movimento.

A crítica pós-colonial concentra a presença de projetos, políticas e imaginários denotando rupturas e continuidades, com ênfase em novas modalidades e práticas colonialistas. A imposição, o controle e a supremacia imperial estão entrelaçados aos contextos espaço-temporais em um *continuum* político, sócio-cultural e econômico, transmitindo geração após geração, um passado que persiste na contemporaneidade de modo dissin crônico; o que então era conhecido como o Novo Mundo passou a ser denominado Terceiro Mundo, termo que reforça hierarquias não apenas econômicas e políticas, mas também sociais, culturais e ideológicas.

⁵ Homi Bhabha (1998) indica a configuração de um Terceiro Espaço de enunciação em que os sistemas culturais são construídos, um espaço contraditório, ambivalente e híbrido, o que torna insustentável às compreensões baseadas em hierarquias de origem ou ideais de ‘pureza’ cultural. No Terceiro Espaço, as condições discursivas da enunciação permitem a fluidez dos significados e símbolos culturais, podendo ser traduzidos e interpretados de outra maneira que não na lógica binária da representação cultural Próspero/Caliban, colonizador/colonizado, etc.

Estudos pós-coloniais: diálogos com estudos feministas

A crítica feminista pós-colonial tem insistido que o colonizado não deve ser considerado em uma categoria única, chamando a atenção para o fato de que as mulheres têm sido marginalizadas no interior da sociedade colonial/patriarcal. Deste modo, a opressão colonial opera de modo consideravelmente diferente para mulheres e homens; as mulheres são duplamente colonizadas, submetidas ao poder da dominação colonial do império e a específica dominação masculina do patriarcado (SPIVAK, 2010; MOHANTY in MEZZADRA, 2008).

Nas colônias, os corpos femininos foram frequentemente o lugar de um poder discursivo diferente; as mulheres eram percebidas não apenas sexualmente, mas como sujeitos reprodutivos, como “ventres do império” (WHITLOCK, 1992). As mulheres negras e indígenas não eram sequer consideradas humanas, mas bestas ou selvagens, suas sexualidades eram objeto de curiosidade e estudo pelo discurso científico naturalista. Nas metrópoles, o exotismo do corpo feminino negro foi também objeto de exibição em espetáculos, seminários de anatomia e medicina, com estudos comparativos em etologia que buscavam comprovar a sua inferioridade, ou hiperssexualidade, em relação à mulher branca ocidental. Os signos da alteridade racial tornaram-se importantes na construção de uma sexualidade feminina transgressiva⁶.

Nas sociedades pós-coloniais o autoritarismo manteve-se como lógica de dominação, perpetuando a opressão sob as mulheres. A tese de Maria Inácia D’Ávila Neto (1994) adquire especial relevância para entendermos as desigualdades de gênero e raça no Brasil em uma leitura psicossociológica pós-colonial; sua pesquisa indica que as raízes do patriarcado colonial estão ainda presentes nas relações de gênero, onde o corpo das mulheres seria o ponto de convergência das estratégias de poder, indicando a mulher não como categoria única, mas com diferenças geracionais, étnicas e de capital cultural, por exemplo.

⁶ O longa metragem *Vénus Noire*, dirigido por Abdellatif Kechiche (2010), é um notório exemplo sobre a objetificação do corpo feminino negro como entretenimento e investigação na metrópole. O filme, baseado na vida de Saartjie Baartman (1789-1815), conta a trajetória de ‘Sarah’, como ficou conhecida desde a sua atuação como *performer* nos conhecidos *freak shows*, onde se apresentava como aberração da natureza e chocava plateias, principalmente na Inglaterra; ou como atração nas *soirées libertines*, até a investigação do seu corpo como objeto de curiosidade científica por médicos e naturalistas franceses. Quando se tornou presidente da África do Sul, Nelson Mandela (1918-2013) formalizou pedido de repatriamento dos restos mortais de Saartjie Baartman à França. Após inúmeros debates e trâmites legais, a solicitação foi atendida apenas em 2002.

É preciso não esquecer, evidentemente, que em nosso Brasil colonial havia um complexo de relações de autoridade e dominação, envolvendo o mundo senhorial (o *domus* e a senzala), em torno dos núcleos familiares agrários e depois urbanos, a população livre – mestiça ou branca – mas pobre, e o macrocosmo social, representado pelas instituições religiosas, administrativas, jurídicas, que faziam o regime da vida colonial. [...] somos forçados a reconhecer que no estudo dos papéis e relações interpessoais da família patriarcal brasileira vamos encontrar as raízes de inúmeros preconceitos, tanto em relação à mulher, como preconceitos que poderíamos chamar étnicos (D'ÁVILA NETO, 1994, p. 46).

As lutas contra o ‘novo’ discurso colonial, os movimentos ecológicos e as contraculturas da modernidade incluem também os projetos políticos feministas pela liberação das mulheres. As lutas feministas são ainda, em grande parte, no sentido de combater os ‘neocolonialismos’ continuados desde o período pós-independência. A libertação se tornou um vagaroso processo, atravessado por lutas internas, que ainda hoje combinam reivindicações por reconhecimento social entrelaçadas a demandas por igualdade redistributiva; sobretudo devido à condição de subordinação cultural e exploração econômica dos grupos ditos desfavorecidos, enfatizando as várias formas de oposição ao colonialismo nas esferas políticas, econômicas, sociais e culturais.

As demandas por redistribuição estão quase sempre associadas à divisão do trabalho produtivo (assalariado), dominado por homens; e doméstico (não-assalariado), designado às mulheres, onde estas precisam negar a especificidade de gênero para garantir igualdade redistributiva. As demandas por reconhecimento em gênero estão associadas ao androcentrismo e ao sexismo cultural que insistem em privilegiar o universo masculino e depreciar quase tudo o que é considerado feminino, neste caso a luta das mulheres consiste em valorizar as características de sua coletividade (FRASER, 2001).

Na perspectiva de Boaventura de Sousa Santos, a redistribuição é imprescindível ao reconhecimento e ambos se encontram em relação recíproca. Dentre as propostas sugeridas pelo autor, destaca-se o desenvolvimento de um projeto político potencialmente emancipatório, contrário à globalização hegemônica e à expansão do fascismo social; *Nuestra América* representaria uma nova cultura política transnacional, a reinvenção de um paradigma subalterno baseado no princípio da igualdade redistributiva e do reconhecimento da diferença simultaneamente, pensamento traduzido em sua célebre citação: “Temos o direito a ser iguais sempre que a diferença nos inferioriza; temos o direito a ser diferentes sempre que a igualdade nos descaracteriza” (SANTOS, 2010, p. 199).

Na ‘nova’ ordem mundial a divisão internacional e sexual do trabalho resulta na precarização do trabalho das mulheres; tanto pela implementação de corporações multinacionais nos chamados países do Sul – na exploração da mão de obra feminina, estigmatizada pela agilidade das ‘pequenas’ mãos e da força laboral dócil e barata – a exemplo das *maquilladoras*, empresas de montagem estabelecidas em países da América Central desde os anos 1960 (sobretudo em Tijuana, fronteira do México com os Estados Unidos, vale destacar o vídeo-documentário *Maquilapolis – city of factories*) (FUNARI; DE LA TORRE, 2006); quanto pelas migrações femininas em direção aos chamados países do Norte, ao ocuparem postos de trabalho em tempo parcial, de baixa qualificação profissional e prestígio social – empregadas domésticas, faxineiras e babás, por exemplo (BENHABIB, 2012; HIRATA, 2009; D’ÁVILA NETO; NAZARETH, 2005). As relações de gênero no universo doméstico-familiar, neste contexto, eufemismo para a não divisão sexual do trabalho doméstico, indicam ainda a intensificação e a vulnerabilidade crescentes no trabalho das mulheres na globalização.

Giro e feminismo decolonial: pensando a partir das margens

As teorias e epistemologias do Sul passaram a denominar um conjunto de elaborações críticas que buscam descobrir e valorizar perspectivas diversas para a decolonização das ciências sociais (SANTOS, 2006). A contribuição do grupo de estudos latino-americano sobre a relação Modernidade/Colonialidade e o feminismo decolonial integram este movimento mundial; trata-se de uma abordagem teórica que nos oferece uma análise crítica do legado colonial em perspectiva relacional, com o compromisso político e filosófico de pensar a partir do Sul, propondo perspectivas para um futuro democrático e libertador.

A história da modernidade inclui a história da dominação e expansão imperial. Os reflexos da dominação e exploração impostos pela violência colonial tornaram-se uma realidade concreta do cotidiano contemporâneo em diversas sociedades, constituindo-se parte da história dos povos oprimidos de quase todo o mundo, incluindo a América Latina, e nela, o Brasil. A partir dessa nossa história compartilhada, construiu-se a perspectiva de inferioridade dos não-europeus, baseada na divisão e exploração sexual e racial do trabalho, naturalizando relações coloniais de dominação e exploração no âmbito do capitalismo mundial.

O Programa de Investigação Modernidade/Colonialidade, conforme denominado por Arturo Escobar (2005), oferece importante contribuição para a compreensão das

lógicas que se impuseram através dos jogos de dominação e colonização na América Latina. O programa, constituído no final da década de 1990, reúne estudiosos latino-americanos e interessados pela América Latina dedicados a um novo entendimento sobre a modernidade. Trata-se de um projeto político e crítico de reavaliação sobre os enfoques dominantes da modernidade, investigando o processo histórico de conquista, dominação colonial e exploração econômica da América Latina, rejeitando noções de modernidade estabelecidas pelo centro europeu que marginalizam o conhecimento e as culturas de grupos considerados periféricos.

A perspectiva do pensamento latino-americano reúne vasto acervo compreendendo debates sobre a relação modernidade/colonialidade a partir da teoria da dependência, a teologia da libertação, a pedagogia dos oprimidos, além de ensaios filosóficos e sociológicos sobre uma possível ciência livre e autônoma, indicando uma necessária decolonização da epistemologia e dos cânones ocidentais (MIGNOLO, 2000; GROSGOUEL, 2008). O eixo que orienta o grupo pode ser definido por “uma reflexão continuada sobre a realidade cultural e política latino-americana, incluindo o conhecimento subalternizado dos grupos explorados e oprimidos” (ESCOBAR, 2003, p. 53).

A opção ou o giro decolonial, termo cunhado por Maldonado-Torres durante o encontro do grupo Modernidade/Colonialidade – *Mapping Decolonial Turn* – realizado em Berkeley, consiste em um movimento de resistência, teórico, prático, político e epistemológico, em relação à lógica modernidade/colonialidade (CASTRO-GÓMEZ; GROSGOUEL, 2007). O giro decolonial é a marca epistêmica, teórica e política deste grupo de estudos que busca compreender a permanência da colonialidade global em diferentes níveis, na vida pessoal e política, nas relações de gênero, raça, sexualidade e localização geográfica, traçando estratégias de pensamento – não dicotômicas e não hierárquicas – que permitam desfazer, ou superar, a colonialidade das relações estabelecidas. O projeto decolonial deve complementar a descolonização levada a cabo nos séculos XIX e XX, isso significa que a independência jurídico-política das antigas colônias não extinguiu as relações de colonialidade instauradas na vida econômica e cultural.

O conceito de ‘decolonialidade’ [...] resulta útil para transcender a suposição de certos discursos acadêmicos e políticos, segundo o qual, com o fim das administrações coloniais e a formação dos Estados-nação na periferia, vivemos agora em um mundo descolonizado e pós-colonial. Nós partimos, ao contrário, do pressuposto de que a divisão internacional do trabalho entre centros e periferias, assim como a hierarquização étnico-racial das populações, formada durante vários séculos de expansão colonial europeia, não se transformou sig-

nificativamente com o fim do colonialismo e a formação dos Estados-nação na periferia (Castro-Gómez; Grosfoguel, 2007, p. 13).

No paradigma decolonial, a lógica modernidade/colonialidade não pode ser dissociada. A colonialidade consiste na negação da existência de outros mundos com diferentes pressuposições ontológicas e cosmológicas, é constitutiva da modernidade, ou seja, a modernidade só se tornou possível através da constituição de lógicas de dominação e opressão fundadas pelo poder colonial. A crítica decolonial busca analisar as dimensões, culturais e econômicas, organizadas pelo processo de expansão europeia em torno da colonialidade do poder, sugerindo modos de pensar alternativos ao modelo hegemônico ocidental.

Colonialidade do poder é um conceito que dá conta de um dos elementos fundantes do atual padrão de poder, a classificação social básica e universal da população do planeta em torno da idéia de “raça”. Essa idéia e a classificação social baseada nela (ou “racista”) foram originadas há 500 anos junto com América, Europa e o capitalismo. São a mais profunda e perdurável expressão da dominação colonial e foram impostas sobre toda a população do planeta no curso da expansão do colonialismo europeu. Desde então, no atual padrão mundial de poder, impregnam todas e cada uma das áreas de existência social e constituem a mais profunda e eficaz forma de dominação social, material e intersubjetiva, e são, por isso mesmo, a base intersubjetiva mais universal de dominação política dentro do atual padrão de poder (QUIJANO, 2002, p. 4).

A expressão colonialidade do poder assinala então um processo fundamental de estruturação do sistema-mundo moderno/colonial que articula relações do tipo centro-periferia, estabelecidas entre as metrópoles e suas respectivas colônias, fundando a divisão internacional, étnico-racial e sexual do trabalho. O sistema de poder colonial agregou ideologias patriarcais que se traduziram em práticas sexistas e misóginas, justificando dicotomias e hierarquizações estabelecidas entre os sexos masculino e feminino, resultando em violências de todo o tipo contra a mulher no interior da sociedade colonial. A colonialidade das relações de gênero faz parte do regime de poder instaurado nas colônias.

Deste modo, a colonialidade do poder configura uma matriz complexa de controles entrelaçados pelas relações de dominação, exploração e conflitos nos âmbitos do trabalho, da autoridade coletiva, da inter/subjetividade e do sexo, dando continuidade às várias formas de domínio hegemônico pela manutenção das estruturas e culturas coloniais. A colonialidade do poder é também assegurada pela colonialidade do saber, pela legitimidade de tudo aquilo que é considerado conhecimento científico (QUIJANO, 2005). O referencial de conhecimento produzido é muitas vezes eurocêntrico, excluindo os sabe-

res locais e as experiências cotidianas de mulheres e grupos desfavorecidos. Isso significa que é necessária uma compreensão crítica sobre a produção do conhecimento em uma geopolítica da dominação estabelecida no mundo, esse cenário aponta para uma necessária decolonização do poder e do saber.

O processo de globalização e suas consequências, como por exemplo, o aumento de fluxos migratórios, traz a necessidade de pensar sobre o conceito de fronteira. O pensamento fronteiro ou *border thinking*, considerado a partir da perspectiva da subalternidade colonial, constitui-se em uma importante contribuição para refletirmos sobre a colonialidade do poder e a identidade cultural de grupos desfavorecidos, a partir de um pensamento transitório que rejeita noções baseadas em essencialismos e hierarquias; trata-se de um conhecimento produzido entre a multiplicidade de histórias locais e os desenhos de projetos globais, ou também os chamados interstícios (MIGNOLO, 2003).

A noção de fronteira engloba as dimensões geográficas, culturais, históricas e políticas (D'ÁVILA; REVOLLO, 2012). “Os homens sempre dividiram o mundo em regiões que possuem diferenças reais ou imaginadas entre si. [...] As fronteiras geográficas acompanham as sociais, étnicas e culturais de maneiras previsíveis” (SAID, 2007, p. 72 - 91). A fronteira, compreendida como zona limítrofe ou divisão territorial que separa lugares e pessoas, é apropriada para pensarmos tanto nos mapas imperiais, nas cartografias que demarcam os domínios coloniais no chamado território ultramarino (*frontier*), quanto pela sua dimensão cultural, como por exemplo nas hierarquias fundadas pela divisão sexual e racial do trabalho (*borderland*) (ANZALDÚA, 1987). A fronteira é também a imagem a partir da qual se constroem espaços de enunciação, local onde se encontram os saberes e experiências capazes de deslocar o sujeito da vitimização para a condição de agenciamento, ou sujeitos da sua própria história.

Inúmeros movimentos, políticos, teóricos e sociais, têm transformado a geografia do conhecimento na medida em que estabelecem um pensamento de fronteira; trata-se de um conhecimento produzido a partir das bordas, sugerindo um outro modo de pensar, uma consciência crítica em ruptura com o modelo hegemônico ocidental⁷. O feminismo

⁷ O Fórum Social Mundial (FSM) é talvez uma das maiores expressões da contemporaneidade na tentativa de traduzir as diversas reivindicações dos diferentes movimentos sociais – afro-americanos, indígenas, feministas, etc. – a partir de um ‘pensamento de fronteira’. Em 2001, o evento teve a sua primeira edição realizada em Porto Alegre, no Brasil, simultaneamente ao Fórum de Davos, na Suíça, reunião da qual participam os chefes de Estado das principais economias mundiais desenvolvidas. Desde então, o FSM propõe a construção de um ambiente crítico e plural de debates frente à globalização e ao neoliberalismo, oferecendo alternativas formuladas a partir de um modelo contra-hegemônico, simbolizado pela idéia/slogan de que “um outro mundo é possível”.

decolonial representa um importante giro epistemológico a esse respeito, ao propor uma revisão crítica das estruturas de dominação do conhecimento e dos poderes por ele instaurados.

Em *Toward a decolonial feminism*, María Lugones (2014) propõe analisar a opressão de gênero, raça e a exploração capitalista a partir de uma epistemologia de fronteira estabelecida pela chamada diferença colonial, pela experiência subjetiva da colonialidade das relações de gênero localizada na própria ferida colonial, na dominação e opressão instauradas pela lógica da colonialidade. A fronteira, ou as margens, de acordo com a autora, constitui-se em um *locus* fraturado onde a subjetividade é construída e percebida por uma dupla ou múltipla consciência, ou, para utilizar o termo empregado por Gloria Anzaldúa (2005), “uma nova consciência mestiça”.

A ideia de uma consciência que se estabelece pelo seu caráter liminar/marginal, situada a partir da diferença colonial, considera que apenas uma parte do sujeito colonizado é oprimido; a fronteira simboliza então esse lugar periférico que inclui, simultaneamente, as dicotomias hierárquicas que organizam a subjetificação do colonizado (Ocidente/Oriente, Próspero/Caliban, civilizado/selvagem, desenvolvido/subdesenvolvido, branco/negro, homem/mulher), mas também a subjetividade ativa que resiste à invasão colonial (os movimentos anticoloniais, insurreições e formações de quilombos são bons exemplos sobre a aglutinação dessas subjetividades subversivas que se organizam em defesa conjunta).

A perspectiva da diferença colonial revela também as oposições concretas vividas na experiência cotidiana da colonialidade de gênero. O feminismo decolonial promove a crítica contra a universalidade imposta pela modernidade colonial, reivindicando intersecções de gênero, raça, classe e sexualidade na epistemologia feminista (LUGONES, 2007).

A interseccionalidade revela o que não é visível quando categorias como gênero e raça são conceitualizadas separadamente. O movimento para intersectar essas categorias foi motivado pelas dificuldades de tornar visível aquelas/es dominadas/os e vitimizadas/os nos termos de ambas categorias. Embora cada um/a na modernidade capitalista eurocêntrica seja racializado/a e gendrado/a, nem todos são dominados/as ou vitimizados/as com base em seu gênero ou raça. (...) É somente quando percebemos o entrelaçamento ou fusão do gênero e da raça que vemos efetivamente a mulher de cor (LUGONES, 2007, p. 192-193).

A colonialidade das relações de gênero apresenta múltiplas dimensões. As desigualdades de gênero e raça podem ser observadas tanto localmente, nas sociabilidades organizadas no interior da esfera doméstico/familiar/comunitária, quanto globalmente, nos programas e projetos para o desenvolvimento das mulheres do Sul. A proposta de Chandra Talpade Mohanty (2003) para um “feminismo sem fronteiras” incorpora o pensamento de feministas engajadas com o compromisso internacional de decolonizar traços que ainda se constituem obstáculos para o desenvolvimento das mulheres do Sul. Essa proposta, reconhecida no âmbito do feminismo decolonial, abarca importantes considerações sobre a teoria e a prática das mulheres do Terceiro Mundo (*Third World Feminism*) e das políticas do feminismo negro contemporâneo (*Black Feminism*). As relações coloniais de poder instituíram, através de lógicas dicotômicas e hierárquicas, categorias que invisibilizam boa parte das experiências de mulheres do Sul.

Em *Bajo los ojos de Occidente: saber academico y discursos coloniais*, Mohanty (in MEZZADRA, 2008) assinalou o “etnocentrismo latente” do feminismo Ocidental ao representar as mulheres do Terceiro Mundo a partir de uma categoria monolítica; ao avaliar e julgar as vidas destas Outras mulheres tomando como norma o referente implícito no padrão feminino de classe média do Ocidente. A representação das mulheres do Terceiro Mundo – pobres, analfabetas, domésticas, submissas, etc. – estabelecida por feministas ocidentais, tende a contrastar com a sua própria autorepresentação implícita – desenvolvida, educada, moderna, livre, etc. – caracterizando uma análise normativa e binária, reiterando a lógica colonialista.

O discurso hegemônico feminista ocidental apaga as experiências de raça/etnia, classe social e localização geográfica das mulheres do Sul, universalizando-as ou homogeneizando-as culturalmente, limitando o potencial político dessas mulheres e subordinando-as em relação às mulheres do Norte. O ‘novo’ discurso colonial tem representado as mulheres do Sul como as Outras da modernidade, oprimidas não apenas nas relações de gênero, mas também pelo subdesenvolvimento do chamado Terceiro Mundo; elas são muito comumente destinatárias de programas e projetos para o desenvolvimento que muitas vezes não reconhecem seus saberes e práticas como uma forma de conhecimento legítimo para enfrentar as adversidades cotidianas da vida.

O foco na diferença tem sido um dos aspectos mais notáveis da crítica feminista pós-moderna. A diferença de gênero foi reivindicada no plural, a questão das desigualdades e da opressão vivida pelas mulheres não se resume ao binarismo homem/mulher, as reivindicações pela inclusão das categorias de raça, cultura e classe social passaram

a fazer parte das demandas de uma análise crítica feminista. A perspectiva da diferença permitiu mudar o olhar sobre as representações centradas na mulher de classe média, europeia e branca, que não refletia necessariamente as reivindicações das mulheres negras do Norte, das mulheres latinas e de todo o chamado Terceiro Mundo, um pouco por toda a parte, dado o fenômeno das migrações e da ‘nova’ divisão internacional do trabalho na contemporaneidade.

As teorias e conceitos apresentados são potencialmente favoráveis para incorporar, com maior amplitude, as vozes subalternas, incluindo possíveis transformações nos papéis de gênero que podem contribuir para novas práticas e saberes. Ao pensar a partir das margens, o trabalho dos pesquisadores na tradução cultural, ou transcultural, atravessam fronteiras, ao estabelecer uma crítica em relação à imposição de hierarquias, presumidamente universais e essencializantes, que excluem determinados grupos sociais, estigmatizados e marcados simbolicamente e socialmente como inferiores.

Desde o século XVI, os colonizadores impuseram essa maneira de pensar, utilizando o poder religioso e militar, assim como outras formas de exploração que perduram na contemporaneidade, símbolo da dominação do Ocidente sobre o resto do mundo. Os caminhos apresentados neste trabalho indicam uma compreensão anti-essencialista, podendo recriar e subverter fronteiras, traduzindo novas subjetividades.

Referências Bibliográficas

ANZALDÚA, Gloria (2005). “La conciencia de la mestiza / Rumo a uma nova consciência”. Revista Estudos Feministas, v. 13, n. 3. p. 704-719, set/dez.

_____(1987). *Borderlands / La Frontera: The New Mestiza*. San Francisco : Aunt Lute Books.

ASHCROFT, Bill; GRIFFITHS, Gareth; TIFFIN, Helen (2007). *Post-Colonial Studies: the key concepts*. London and New York: Routledge.

BENEDICT, Anderson (1996). *L’imaginaire National. Réflexions sur l’origine et l’essor du nationalisme*, Paris: La Découverte.

BENHABIB, Seyla (2012). “O declínio da soberania ou a emergência de normas cosmopolitanas? Repensando a cidadania em tempos voláteis”. Revista Civitas, v. 12, n. 1, p. 20-46, jan/abr.

BHABHA, Homi (1998). *O local da cultura*. Belo Horizonte: UFMG.

CASTRO-GÓMEZ, Santiago; GROSGOUEL, Ramón. (Eds.) (2007). *El giro decolonial: reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global*. Bogotá: Siglo

del Hombre Editores.

COSTA, Sérgio (2006). “Desprovincializando a sociologia: a contribuição pós-colonial”. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 21, n. 60, pp. 117-134, fev.

DAMATTA, Roberto (1997). *Carnavais, malandros e heróis: para uma sociologia do dilema brasileiro*. Rio de Janeiro: Rocco.

D’ÁVILA NETO, Maria Inácia; REVOLLO, Catalina (2012). “Desplazamiento y ‘nuevas’ identidades en la migración”. *Revista Tramas*, n. 37, p.13-31.

D’ÁVILA NETO, Maria Inácia; NAZARETH, Juliana (2005). “Globalization and Women’s Employment”. *Peace Review*, v. 17, n. 2-3, p. 215-220.

D’ÁVILA NETO, Maria Inácia (1994). *O autoritarismo e a mulher: o jogo da dominação macho-fêmea no Brasil*. Rio de Janeiro: Artes & Contos.

ESCOBAR, Arturo (2005). *Más allá del Tercer Mundo. Globalización y Diferencia*. Bogotá: ICANH.

_____ (2003). “Mundos y conocimientos de otro modo: el programa de investigación modernidad/colonialidad latino-americano”. *Tábula Rasa*, n.1, p. 58-86.

FRASER, Nancy (2001). “Da redistribuição ao reconhecimento? Dilemas da justiça na era pós-socialista”. In: SOUZA, Jessé (Org.) *Democracia Hoje: novos desafios para a teoria democrática contemporânea*. Brasília: Ed. UnB. p. 245-282.

FUNARI, Vicky; DE LA TORRE, Sergio (2006). *Maquilapolis: city of factories*. In V. Funari et De La Torre (Producer), *POV: WKMJ*.

GILROY, Paul (2001). *O Atlântico negro: modernidade e dupla consciência*. São Paulo: Ed. 34.

GROSGOUEL, Ramón (2008). “Para descolonizar os estudos de economia política e os estudos pós-coloniais: transmodernidade, pensamento de fronteira e colonialidade global”. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, n. 80, p. 115-147, mar.

HALL, Stuart (2009). *Da Diáspora: identidades e mediações culturais*. Belo Horizonte: Editora UFMG.

HIRATA, Helena (2009). “A precarização e a divisão internacional e sexual do trabalho”. *Sociologias*, ano 11, n. 21, p. 24-41, jan/jun.

IBGE (2013). Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Censo demográfico 2010*. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 10 set.

LUGONES, Maria (2014). “Rumo a um feminismo descolonial”. *Revista Estudos Feministas*, v. 22, n. 3, p. 935-952, set/dez.

_____ (2007). “Heterosexualims and the Colonial / Modern Gender System”. *Hypatia*. v. 22, n. 1, p. 186-209.

MALUF, Sônia. et COSTA, Claudia (2002). “Feminismo Fora do Centro: entrevista com Ella Shohat”. Revista Estudos Feministas, v. 9, n. 1, p. 147-163.

MIGNOLO, Walter (2003). Histórias locais/projetos globais. Colonialidade, saberes subalternos e pensamento liminar. Belo Horizonte: Editora UFMG.

_____(2000). “Diferencia colonial y razón postoccidental”. In: CASTRO-GÓMEZ, Santiago (Edit.). La reestructuración de las ciencias sociales en América Latina. Bogotá: Instituto de Estudios Sociales y Culturales. Colección Pensar.

MOHANTY, Chandra Talpade (2008). “Bajo los ojos de Occidente: saber academico y discursos coloniais”. In: MEZZADRA, Sandro (Org.). Estudios postcoloniales. Ensayos Fundamentales. Madrid: Traficantes de Sueños.

_____(2003). Feminism Without Borders: Decolonizing Theory, Practicing Solidarity. Durhan: Duke University.

QUIJANO, Anibal (2005). “Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina”. In: EDGARDO, Lander. (Org.). A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas Latino-Americanas. Buenos Aires: CLACSO.

_____(2002). “Colonialidade, Poder, Globalização e Democracia”. Novos Rumos. Ano 17. n. 37. p. 4-28.

SAID, Edward (2011). Cultura e Imperialismo. São Paulo: Companhia das Letras.

_____(2007). Orientalismo: o Oriente como invenção do Ocidente. São Paulo: Companhia das Letras.

SANTOS, Boaventura de Sousa (2010). A gramática do tempo: para uma nova cultura política. São Paulo: Cortez.

_____(2006). “Globalizations”. Theory, Culture & Society, v. 23, n. 2-3, p. 393-399.

SPIVAK, Gayatri (2010). Pode o subalterno falar? Belo Horizonte: Editora UFMG.

VÉNUS Noire (2010). Direção Abdellatif Kechiche. Produção: Charles Gillibert, Marin Karmitz e Nathanael Karmitz. Roteiro: Abdellatif Kechiche e Ghalia Lacroix. Intérpretes: Yahima Torres e outros. MK2 Production. 1 filme (159 min).

WHITLOCK, Gillian (1992). Outlaws of the Text: Women’s Bodies and the Organisation of Gender in Imperial Space. Paper presented at the Australia/Canada: **Postcolonialism and women’s texts research seminar**, Calgary Institute for the Humanities, February.

A elite do atraso: uma reinterpretação do Brasil por Jessé Souza

Jorge Felix¹

Ao assinar uma portaria reduzindo o poder de vigilância da Divisão de Fiscalização para Erradicação do Trabalho Escravo e limitando a divulgação das chamadas empresas da “lista suja”², Michel Temer ofereceu ao leitor de “A elite do atraso – da escravidão à lava jato” (Ed.Leya), obra mais recente do sociólogo Jessé Souza, um fato inapelável ao argumento principal da obra: o *impeachment* de Dilma Rousseff constituiu-se em “um pacto dos donos do poder para perpetuar uma sociedade cruel forjada na escravidão” – tal como está escrito já na capa do livro.

Antes de chegar a essa conclusão, no entanto, o autor percorre uma análise inédita sobre “os intérpretes do Brasil” e demonstra como nossa sociologia contribuiu para construir uma ideia de nós mesmos que foi indispensável para o convencimento, sobretudo da classe média, a favor do golpe contra uma presidente eleita democraticamente, assim como de outros golpes na história, inclusive o suicídio de Getúlio Vargas, em 1954. Portanto, é necessário aqui explicar a revisão conceitual empreendida por Souza antes de retornar ao tema da escravidão.

Em sua trajetória acadêmica, é bom dizer, essa revisão é trabalho de longa data. A novidade, do ponto de vista da pesquisa sociológica, é, como Souza articulou, duas linhas aparentemente independentes de sua investigação: o empirismo nas classes

¹ Professor convidado da Universidade de São Paulo (EACH) e da Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo, doutorando em Ciências Sociais (PUC-SP) e mestre em Economia Política (PUC-SP).

² No dia 16 de outubro de 2017, o Ministério do Trabalho publicou portaria limitando os critérios para divulgação da “lista suja” que inclui as empresas onde são constatados trabalhos similares à escravidão. A medida foi tomada atendendo à reivindicação da bancada ruralista do Congresso Nacional como moeda de troca para a absolvição de Michel Temer em processo de corrupção a ser aberto pelo Supremo Tribunal Federal. Ver Folha de S. Paulo, disponível em <http://m.folha.uol.com.br/mercado/2017/10/1927436-governo-cria-regras-que-dificultam-acesso-a-lista-suja-do-trabalho-escravo.shtml> Acesso em 18 de outubro de 2017.

sociais, em especial, interessado em descortinar o efeito sobre elas das políticas sociais implementadas a partir de 2003 no Brasil; e a teoria crítica à sociologia clássica brasileira, sobretudo aquela elaborada por Sérgio Buarque de Holanda e seus seguidores, somada à ciência política de Raimundo Faoro.

Em relação à primeira linha de pesquisa, Souza produziu “A construção da subcidadania” (que será reeditado este ano), “A ralé brasileira” e “Os batalhadores brasileiros: nova classe média ou nova classe trabalhadora?” (ambos pela editora UFMG). A “ralé”, denominada assim “provocativamente para denunciar seu abandono”, só se diferencia dos escravos negros africanos porque, na atualidade, se expandiu para todas as cores de pele e constitui hoje a força de trabalho gratuita que Temer oferece, de bom grado, para as empresas ou para os latifundiários. Ou são aqueles que, muitos defendem, deveriam ser alimentados por uma espécie de “ração” sintética³. É, no dizer do autor, a antiga “raça condenada” que se transmuta em “classe condenada”.

Os “batalhadores”, por sua vez, constituem uma *classe-que-vive-do-trabalho* e, portanto, sujeitos a uma “coerção silenciosa” pela necessidade e embora, desde 2003, possam ter sido incluídos no mercado consumidor de bens duráveis ou conquistado maior acesso ao capital imaterial – principalmente os mais jovens beneficiados por programa de crédito educacional ou cotas nas universidades - e carregam em seu DNA uma defasagem cultural e civilizatória em relação à classe média, logo, jamais poderiam ter sido confundidos como uma nova versão desta⁴.

A pesquisa empírica de Souza o permitiu concluir que a novidade nesse segmento social é a cristalização de uma nova classe trabalhadora que, a despeito de permear as franjas de um simulacro de estado de bem-estar social – ou mesmo por este motivo -, está confinada a uma ascensão bastante limitada por carência de capital social, cultural e simbólico (uma “renda diferencial”) jamais herdados como patrimônio de seus antepassados. A grande questão é que, ao lado da classe média, os “batalhadores” sonham com esse pertencimento e isso os torna presa frágil para seus algozes, como será visto mais tarde.

³ Ver “Dória dará alimento granulado feito a partir de itens perto do vencimento a famílias carentes”, portal G1, Disponível em <https://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/prefeitura-de-sp-dara-alimento-granulado-a-familias-carentes.ghtml> Acesso em 18/10/2017.

⁴ A ausência desse capital imaterial torna-se ainda mais relevante por sua perenidade, mesmo em caso de ascensão de renda, no entendimento do autor. Portanto, extrapola até a condição trabalhista formal ou informal, o que enfraquece a capacidade de explicação da categoria “precariado” para a sociedade brasileira. A própria tradição escravocrata sempre manteve a maior parte da força de trabalho em regime precário no Brasil.

O importante a destacar por enquanto é a especificidade da definição de Souza para classe social, uma vez que sua interpretação é fundamental para compreender sua intrigante reinterpretação da sociedade brasileira. Souza afrouxa o parafuso da definição de classe tanto da renda, como determina a teoria liberal, como da posição no modo de produção capitalista, como a define Marx. Ele avança as fronteiras economicistas e incorpora o capital cultural e o capital social como tão definidores quanto os critérios tradicionais para o pertencimento à determinada classe. Esse simbolismo emerge a partir do conhecimento, do refinamento intelectual, do domínio de uma certa etiqueta, da capacidade reflexiva e das relações estabelecidas com “gente importante”.

Quanto à segunda linha de pesquisa, o autor encontrou na conjuntura política atual um bom motivo para difundir sua visão crítica e análise teórica madura que estavam excessivamente restritas aos muros acadêmicos. Ele inicia a exposição de sua conclusão também com “A construção da subcidadania”, mas amplia e correlaciona seus efeitos a partir da publicação de “A tolice da inteligência brasileira”.

Neste “A elite do atraso”, Souza interessa-se por mostrar como o pensamento sociológico culturalista racista (de Gilberto Freyre) ou a sociologia do brasileiro vira-lata, cujo ícone é a categoria do “homem cordial” de Buarque, uniu-se ao patrimonialismo de Faoro e contaminou toda a *esfera pública*. Essa sociologia, afirma o autor, colonizou corações e mentes, mesmo da esquerda, e jamais foi contestada, servindo assim como um “falso argumento científico” que, em vez de explicar a sociedade brasileira em sua totalidade, encobriu sua maior mazela social: a perpetuação e reprodução do privilégio escravista por uma “elite do dinheiro”.

A primeira categoria, principalmente depois de traduzida como “jeitinho brasileiro”, nos faz acreditar que o expediente de maximizar relações pessoais em detrimento da impessoalidade para aferir vantagens é uma exclusividade do Brasil. Todas as outras sociedades são idealizadas na cabeça dos brasileiros como mais impessoais e meritocráticas. O patrimonialismo, a partir de uma interpretação errônea pelos sociólogos brasileiros, segundo Souza, encaixou-se nessa visão de vira-lata e atribuiu toda a corrupção ao Estado porque afinal esta é a nossa maldita herança portuguesa. Enquanto o mercado tornou-se a casa de toda a ilibação. Dito de outra forma, a sociologia clássica brasileira tratou de arrumar explicação com um argumento culturalista, atribuindo a corrupção e o compadrio a uma maldição lusa, independentemente de estas práticas serem afeitas a tantas outras sociedades – mesmo aquelas sem influência portuguesa – e essa mesma sociologia, forjada pela elite, destaca o autor, ignorou completamente a particularidade de nossa gênese: a escravidão, que não existia em Portugal.

Souza, nos livros citados, já havia vindo até aqui. Neste novo livro, o que nos traz são questionamentos pertinentes ao momento político, como defendido aqui logo no início. Se o pensamento sociológico vira-lata dominou a *esfera pública* é ela que precisa ser objeto de investigação para desvendarmos o intuito desse projeto sociológico empreendido pela elite brasileira na primeira metade do século XX. Na visão do autor, essa investigação explica as causas ou razões da crise atual semeada pela “mais longeva das tradições brasileiras”: a estigmatização dos pobres. Esmiuçar o modo singular que essa esfera pública burguesa institucionalizou-se no Brasil, para Souza, é o desafio da esquerda para impedir a repetição de novas rupturas democráticas sempre que forças “não palatáveis pelo mercado ávido de capturar o Estado apenas para si” assumem o governo no país.

Se as questões chave para a sociologia é “quem somos?”, “de onde viemos?” e “para onde vamos?”, a identidade de um povo é construída, portanto, na *esfera pública*, o *lôcus* de encontro e reprodução dessas teses formuladas pela classe intelectual (obrigatoriamente a elite) com as outras classes sociais. “O que é afinal uma *esfera pública*? Por que ela é tão importante para uma democracia sólida? Que tipo de aprendizado coletivo ela ensina?”. Nos nossos dias, o principal ator da *esfera pública* é a mídia e, destaca Souza, a elite do atraso construiu a esfera midiática adequada a seus fins. Colonizou-a. No Brasil, isso se deu por uma institucionalização das concessões públicas de telecomunicações de maneira desregulamentada e abriu oportunidade para um monopólio da Rede Globo, segundo analisa o autor.

O discurso da emissora de televisão líder de audiência está à mercê da elite do dinheiro, aquela que está acima mesmo do Estado, uma *casta* desterritorializada, globalizada e interessada em manter o país como exportador de matérias primas, isto é, colonizado. No entanto, a efetivação desse projeto econômico, depende de cooptar a classe média e, assim, faz uso, com ajuda indispensável da mídia, dos argumentos da sociologia vira-lata: a corrupção do Estado, denominada por Souza como “corrupção dos tolos”, baseada na tese do patrimonialismo, o “jeitinho brasileiro”, o populismo, a estigmatização da pobreza e escondem a real intenção do projeto: “manter o padrão de rapina selvagem do trabalho de todos para seus bolsos”.

A esfera pública “colonizada” impede qualquer possibilidade de aprendizado coletivo, ampliando assim a desigualdade social. “A classe média torna-se vítima fácil de qualquer moralismo que a faça se sentir melhor do que ela é”. Manipulada pela mídia, apoia uma operação como a Lava-Jato baseada em uma “corrupção seletiva”, como

destaca o autor e é, mais uma vez, autorizado pelos fatos políticos que punem mais uns por corrupções menores e absolvem outros sob provas de corrupções maiores, desacreditando as instituições do Estado Democrático de Direito.

Souza alerta para o sucesso desta configuração para esconder a verdadeira corrupção da qual o Brasil é vítima, a pilhagem do capital financeiro internacional às riquezas nacionais e ao mercado interno. Enquanto o debate é tomado pela “corrupção dos tolos” a enfraquecer empresas nacionais e desviar a atenção para o patrimonialismo, a nação é subtraída em transações globais muito mais tenebrosas. “A lógica de funcionamento do mercado é tornada invisível e a noção de elite dominante, portanto, restringe-se à esfera estatal”, escreve. Essa lógica impede o cidadão comum de saber quem produz o quê, para quem e como? Ou seja, as relações sociais de humilhação e subordinação também desaparecem da *esfera pública*. Até que uma portaria burocrática necessite de uma assinatura e o simples ato remeta toda a sociedade ao ano de 1888.

Nessa reinterpretação do Brasil, Souza conclui: “As falsas ideias existem para fazer as pessoas de tolas, posto que apenas os feitos de tolos dão de bom grado e volitivamente o produto de seu esforço a quem os engana e oprime”. O livro de Souza oferece robusta argumentação científica para a sociologia brasileira se repensar e reinterpretar o Brasil de hoje a partir da triste constatação de que a crise política e a dominação da esfera pública pela elite do atraso colocaram em xeque o princípio mesmo da igualdade social como valor fundamental da democracia.

Reseña del 2º Congreso Internacional Interdisciplinario sobre vejez y envejecimiento.

20 al 22 de junio de 2017.

Ciudad de México

Unidad de Posgrado de la Universidad Nacional Autónoma de México.

Ciudad Universitaria.

Autónomos, autodependientes y libres en movimiento. Personas mayores como espacio y tiempo en la atención de las agendas académicas y pública y foco de interés del sector privado.

Dr. Oscar Gerardo Hernández Lara

97

Se realizó en la Ciudad de México el Segundo Congreso Internacional Interdisciplinario sobre Vejez Y Envejecimiento (2-CIIVE), el más grande sobre el tema en América Latina organizado por el Seminario Universitario Interdisciplinario sobre Envejecimiento y Vejez (SUIEV) de la Universidad Nacional Autónoma de México (UNAM), coordinado por la Dra. Verónica Montes de Oca Zavala.

Según datos ofrecidos por la investigadora y profesora de la máxima casa de estudios en México, la Dra. Montes de Oca, para este Congreso se recibieron más de 400 propuestas, de las cuales se seleccionaron poco más de 150 para su presentación oral. En total, fueron 53 sesiones durante tres días, en los cuales también se presentaron 11 conferencias magistrales de expertos internacionales que atendieron la invitación extendida por parte del SUIEV y del Comité Científico del 2-CIIVE. Ponentes y conferencistas visitaron la UNAM desde países como Argentina, Brasil, Chile, Colombia, Costa Rica, España, Estados Unidos, Francia, Uruguay.

El objetivo del 2-CIIVE fue

“discutir evidencias científicas de tipo interdisciplinario sobre tres temáticas centrales en el envejecimiento y que permiten pensar interdisciplinariamente ya que es posible que converjan científicos de distintas ciencias enfocados

a la movilidad física o social, las estrategias para el mantenimiento de la autonomía personal o colectiva, así como los mecanismos psicobiológicos o socioeconómicos para generar adaptación a través del curso de vida en el envejecimiento”.

En efecto, los conceptos/ejes rectores se establecieron desde la primera reunión del SUIEV de este año, éstos fueron: autonomía, movilidad y adaptación. En aquella reunión se propuso destinar un día de congreso a cada uno de esos conceptos. Así funcionó el congreso, que como en su antecesor del año 2015, convocó a profesores, académicos, investigadores, alumnos, tomadores de decisiones y representantes de organizaciones civiles de diferentes latitudes, no solo del país, sino también de países de otros continentes.

Así, en el primer día se analizaron “los elementos necesarios para mantener la independencia y los procesos de empoderamiento en la vejez [...] la autonomía también es un constructo ideal que ha sido motor del desarrollo de las civilizaciones humanas”. La autonomía engloba el poder de decisión de sí en las personas mayores, comprende incluso, el gran tema de los derechos humanos.

Este primer día contó con la apertura de la conferencia magistral impartida por Ricardo Iacub titulada “Autonomía y dependencia: diálogos y tensiones”, en la cual planteó al menos cuatro tipos de dependencia y sus representaciones: física, estructural, conductual y temida. Iacub instó: “los ideales requieren del contexto para pensar en su adecuación”. Así, de inicio y con sus propuestas, el Dr. Iacub invitó a un pensamiento espacial de los conceptos del congreso y desde su formación como psicólogo, invitó a pensar espacialmente los ejes del congreso.

También en este primer día se habló de un pensamiento latinoamericano en el estudio y experiencia del envejecer, así como la actualidad en las relaciones México-Estados Unidos en la coyuntura de la era Trump y lo que ello implica para temas relevantes para el estudio de la vejez y el envejecimiento como son la migración y las reformas estructurales que se asoman en la agenda pública de ambos países, además del estudio de población latina envejeciendo en los Estados Unidos, es decir, envejeciendo de manera compartida con la población de ese país.

Un tema relevante de este primer día, y vértice entre los países de asistentes al congreso mismo, fue el de los pueblos indígenas, en el entendido que los países de la gran región cuentan con mayoría o alguna minoría, de población indígena, lo cual implica una diversidad amplia de formas de envejecer y, a su vez, formas de comprender el envejecimiento.

Al final del día, se retomaron un par de premisas recientes en la discusión y análisis del proceso de la transición demográfica que retomaría al día siguiente el Profesor Jorge Félix con su presentación “Urbana, residencial y personal: contribuciones de la economía de la longevidad a la movilidad de los mayores”. Y se trata del uso de la tecnología, sus avances, sus adaptaciones y constante innovación para el mejoramiento de la calidad de vida de las personas mayores, precisamente en su vida cotidiana; y por otra parte, los roles del Estado y del mercado, el primero como prestador de servicios, y el segundo, como provisor de servicios para el gran mercado que se avecina, compuesto por personas mayores, a diferencia del actual, compuesto por jóvenes o adultos jóvenes en transición, todos y sin excepción, hacia la vejez.

Así, en el segundo día se abordó el tema de la movilidad de las personas, que no solo de los cuerpos, sino también de los diferentes grupos de edad mayores a los sesenta años, pues las capacidades varían dentro de este gran grupo de edad considerado como de la tercera edad. La movilidad tiene que ver con la capacidad física de desplazamiento, pero también de una capacidad cognitiva de liberación de ataduras físicas y espaciales. Fueron presentadas innovaciones y casos exitosos de promoción y esfuerzos relevantes a nivel mundial para la movilidad de las personas mayores en contextos urbanos mayormente. Así mismo, se planteó a las nuevas tecnologías, entiéndase las redes sociales, grupos virtuales, la nube, entre otras, como herramientas que motivan y mantienen formas de vida, socialización y unión entre iguales y entre personas mayores con individuos de diferentes latitudes, grupos de edad, intereses, etc., lo cual suma a una vida cotidiana dinámica, autónoma y diversa para las personas mayores, lo anterior especialmente en contextos urbanos.

Un tema novedoso entonces, fue también la robótica asistida, como cuidadores, pero también dirigida y utilizada directamente por personas mayores, a lo cual, el Profesor Jorge Félix fue claro “la generación de esta tecnología deberá venir como producto de la innovación y capacidad autónoma de estos países y no de la importación de la misma”, ello reduciría costos y la dependencia económica y productiva que ya se tiene hacia otros países.

Otro tema relevante y coyuntural en las presentaciones fue el de la ergonomía y diseño adecuado de espacios al interior de las viviendas y puestos de trabajo, tal cual lo presentó el Dr. Pierre-Henri Déjean en su conferencia magistral “Bien vivir en su territorio”, en la cual ofreció soluciones no sólo para lugares de trabajo para personas mayores o con discapacidades, sino también para viviendas.

Por último, como parte de la movilidad, se debe contemplar también a la accesibilidad, que a su vez es también parte de un ya viejo pero actual derecho, el derecho a la ciudad. Abundaron ejemplos de calles, transporte y espacios públicos, viviendas, supermercados, etc., con deficiencias y hasta agresivos para las personas mayores. Trabajar en ambientes favorables, tanto física, como psicosocialmente para personas mayores es aún tema pendiente y naciente en la investigación amplia referente a este grupo de edad.

El último día fue dedicado a la adaptación, aquello referente a la adaptación de entornos favorables para la movilidad y autonomía. La adaptación del medio físico, pero también del entorno social, del entorno cultural para el buen envejecer. Esta adaptación, se dijo, se debe de promover y facilitar también con ayuda de tecnología y aprovechando los recursos del mismo entorno, lo cual favorecerá a que los mismos sujetos sean más autónomos.

Para el logro de lo dicho con relación a los conceptos-eje, es necesaria la vinculación del conocimiento científico con la elaboración de políticas públicas y programas sociales que adecúen la teoría con la práctica. En las mesas y sesiones magistrales se hizo hincapié en esa necesidad, pues de lo contrario, el discurso puede quedar sin trastocar a aquellos quienes precisamente son fuente de inspiración y trabajo de grandiosas ideas e innovaciones, las personas mayores.

Como se podrá interpretar, el espacio, la llamada cuestión y condición espacial, aún a pesar que no fue central en los ejes temáticos,¹ deberá ser considerada como vértice entre los conceptos/ejes rectores que ordenaron y configuraron al congreso y su organización.

Como categoría no sólo de análisis geográfico, sino también de las ciencias sociales, considero que fue una reafirmación hacia el espacio, su importancia, reconsideración de su capacidad explicativa y analítica, y establecimiento como punto en común entre disciplinas de las ciencias sociales, e incluso con disciplinas de las ciencias exactas y de la salud. Algunos le llamaban entorno, otros, medio físico, algunos otros medio ambiente o contexto, en fin, sea espacio geográfico o espacio social, el espacio resultó ser la categoría explicativa implícita y explícita en la mayor parte de las ponencias magistrales y sesiones.

¹ Éstos fueron: a) sociedad, comunidad y apoyos intergeneracionales; b) población, territorio y desarrollo; c) condiciones de salud y cuidados; d) adaptación del entorno, infraestructura y accesibilidad; e) acceso a la justicia, derechos humanos y políticas públicas; f) educación y tecnologías; g) diversidad étnica, clase y género; h) cambios culturales, axiomas y lenguaje; i) mecanismos psicobiológicos.

Si bien en su mayoría se abordaron temas, situaciones, ejemplos, prácticas, etc., desarrolladas y/o referentes al ámbito urbano, habrá que trabajar más en temas específicos de la contraparte urbana: lo rural. Ahí, las redes intergeneracionales, la atención de programas a la salud, pobreza, marginación, el trabajo, la movilidad diaria o necesaria para recibir atención especializada, la lejanía, la dispersión, etc., son temas que se deben vincular cada vez más con el proceso de envejecimiento y la vejez rural ya existente y en mayor proporción, incluso, que en ciudades.

Como en el primer CIIVE, en esta ocasión también se contó con una verdadera novedad que solo un congreso de esta magnitud y convocatoria podría ofrecer, y ello es la cercanía con los expositores magistrales, conocida como “mentorías”, en la cual, previa inscripción, cualquier persona asistente al congreso, puede interactuar y charlar con el expositor invitado. El congreso, además, fue animado y dinamizado por talleres, cuenta cuentos, obras de teatro, proyecciones audiovisuales y actividades culturales postcongreso como por ejemplo visita al Jardín Botánico del Instituto de Biología de la UNAM y recorridos por el campus de la UNAM, declarado como Patrimonio Cultural de la Humanidad en 2007.

En la conferencia de clausura, *La reivindicación ética de la vejez, ideas sobre la senectud para esas sociedades antiguas*, impartida por la Profesora Emérita de la UNAM y del Consejo Nacional de Ciencia y Tecnología, Dra. Juliana González, se agració al auditorio con el mayor gesto de humanidad y filosofía relativas a la vejez jamás presenciada por quien escribe. La Dra. González obsequió al auditorio reflexiones relativas a la interpretación de la vejez en dos civilizaciones antiguas, los griegos y los romanos. En una conferencia ajustada a una hora de duración, la eminente Dra. González proporcionó su extraordinaria interpretación de lo dicho y escrito por los principales filósofos, líricos, escritores, poetas de ambas civilizaciones. Habló del cuerpo y cómo fue visto por algunos filósofos griegos como mera flacidez de la carne, carencia (de movimiento, moción, lucidez) y de ímpetu, resultando en una fantasmagórica realidad del cuerpo envejecido. En cambio, indicó la Dra. González, Séneca y Cicerón contaban con una idea positiva de la vejez. Pues era una etapa vivida con sabiduría, una etapa pacífica. De Cicerón, rescata las cuatro razones que el autor defiende para vivir y reconocer a las personas mayores: cuentan con autoridad moral y justicia; no hay enfermedad en ser viejo; no es una vida privada de los goces del amor; la muerte puede tanto ser nada como ser un tránsito hacia la vida eterna. Para finalizar su participación, la Dra. González citó a S. de Beauvoir, como una de las máximas defensoras del *ethos*.

“Para que la vejez no sea una parodia ridícula de nuestra existencia anterior no hay más que una solución, y es seguir persiguiendo fines que den un sentido a nuestra vida: dedicación a individuos, colectividades, causas, trabajo social o político, intelectual, creador”

Se espera que para el año 2019, se lleve a cabo la tercera edición del CIIVE con expositores internacionales de alto nivel como es tradición, con novedades, actividades artísticas y culturales, y aún, con la participación de personas mayores en los talleres, sesiones y conferencias, como es de rescatarse de esta segunda edición

